

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E AS PROPOSTAS DE
REFORMA DO ENSINO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: ANÁLISE
DAS *CARTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE* (1760)**

MARIA DO CARMO GONÇALVES DA SILVA LIMA

**MARINGÁ
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E AS PROPOSTAS DE REFORMA DO
ENSINO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: *ANÁLISE DAS CARTAS SOBRE A
EDUCAÇÃO DA MOCIDADE (1760)***

Dissertação apresentada por MARIA DO CARMO GONÇALVES DA SILVA LIMA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:
Profº Drº: CÉLIO JUVENAL COSTA.

MARINGÁ
2018

MARIA DO CARMO GONÇALVES DA SILVA LIMA

**ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E AS PROPOSTAS DE REFORMA DO
ENSINO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: *ANÁLISE DAS CARTAS SOBRE A
EDUCAÇÃO DA MOCIDADE (1760)***

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa
(Orientador) – UEM

Prof^a. Dr^a. Vanessa Campos Mariano
Ruckstadter – UENP – Jacarezinho

Prof^a. Dr^a. Solange Montanher Rosolen – UEM

MARINGÁ, 23 DE ABRIL DE 2018.

Dedico este trabalho a todos os **MEUS ALUNOS**,
aos que já tive, aos que tenho e aos que ainda
terei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, autor e consumidor da minha fé. Consolo bem presente na tribulação. A quem tudo dirige, governa e reina.

Agradeço ao professor Dr. Célio Juvenal Costa, pela paciência, compreensão, apoio e por sua singularidade em ser professor.

Agradeço ao meu esposo Jean, pelo companheirismo, dedicação, auxílio, paciência e por gostar de história tanto quanto eu; por termos juntos, concluído este trabalho, com as discussões que tantas vezes compartilhamos.

A minha querida mãe Roselina que, apesar de nunca ter frequentado uma escola, sempre me ensinou a valorizar os estudos, a respeitar meus professores e a amar os livros. O primeiro livro que li foi adquirido por minha mãe. Muito obrigada sempre!

Aos professores Dr. Reginaldo Aliçandro Bordin e Helaine Ferreira, que me ensinaram a dar os primeiros passos na construção de uma pesquisa. A dedicação desses mestres me ajudou a amar o que faço.

Aos professores do Departamento de Educação, que conheci nas disciplinas que cursei.

Aos professores Doutores, César Alencar Arnaut de Toledo, Vanessa Campos Mariano Ruckstadter, Solange Montanher Rosolen, pelas considerações e sugestões no exame de qualificação.

À Taissa Lozano Burgo, que me prestou auxílio, desde o processo de seleção e, sempre quando precisei, ajudou-me.

A professora e amiga Josiane Cremonesi, que me incentivou a avançar sempre. A conclusão deste trabalho se deve muito a você.

Apegue-se à instrução, não a abandone;
guarde-a bem, pois dela depende a sua vida.
(Provérbios 4:13).

LIMA, Maria do Carmo Gonçalves da Silva. **ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E AS PROPOSTAS DE REFORMA DO ENSINO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: ANÁLISE DAS CARTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE (1760)**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof^o Dr^o Célio Juvenal Costa. Maringá, 2018.

RESUMO

Esta dissertação se insere na linha de História e Historiografia, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá e nas pesquisas realizadas pelo Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP-UEM), que realiza estudos sobre o Império Colonial Português. O trabalho tem como objetivo, analisar as propostas de reforma para o ensino em Portugal, no século XVIII, contidas nas *Cartas sobre a Educação da Mocidade (1760)*, escritas por António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). Trata-se de uma pesquisa documental e de utilização de literaturas de apoio, que versam sobre o autor. As *Cartas* foram escritas em 1759 e publicadas em 1760, no momento de efervescência das ideias iluministas que eram disseminadas pela Europa. Intelectuais portugueses, que tiveram acesso a essas ideias, consideraram o ensino em Portugal atrasado, em comparação ao que ocorria em outras regiões da Europa. Quando o rei português D. José I ascendeu ao trono (1750), nomeou como ministro da Secretaria do Exterior e da Guerra, a Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Este trouxe consigo a experiência diplomática adquirida enquanto vivera no exterior, empreendendo grandes mudanças no reino português, especialmente, quando em 1756, após o terremoto de Lisboa, foi nomeado secretário de Estado dos Negócios do Reino. Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou a Companhia de Jesus do reino luso, considerando que, os jesuítas, como monopolizadores do ensino em Portugal, eram os grandes entraves para a modernização e progresso do reino. Para tanto, precisavam ser afastados da administração do ensino, para que acontecessem as mudanças que se faziam necessárias para a utilidade do reino. Feito isto, Pombal reestruturou os Estudos Menores, reformou os estudos nas Escolas Maiores e criou o Colégio Real dos Nobres em Portugal. O médico português António Nunes Ribeiro Sanches, que há trinta anos vivera no exterior e tivera contato com as ideias que se espalhavam pela Europa, escreveu suas sugestões para o projeto de reforma do reino luso, por meio das *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, em que Sanches elaborou sugestões para a reforma dos Estudos Menores, para os Estudos Maiores, sugeriu a criação do Colégio dos Nobres, como também, a secularização do ensino. Nesse sentido, as *Cartas* foram escritas por Ribeiro Sanches, com o intuito de serem as diretrizes pedagógicas que embasariam as reformas pombalinas no ensino. Na análise realizada, consideramos que, algumas das propostas do médico português coincidiram diretamente com as reformas empreendidas por Carvalho e Melo.

Palavras-chave: António Nunes Ribeiro Sanches. Cartas sobre a educação da mocidade. História da Educação. Reformas pombalinas.

LIMA, Maria do Carmo Gonçalves da Silva. **ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES AND HIS PROPOSALS ON EDUCATIONAL REFORM IN 18th CENTURY PORTUGAL: ANALYSIS OF THE *CARTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE* (1760)**. 139 f. Master's Dissertation in Education – Universidade Estadual de Maringá. Supervisor: Dr Célio Juvenal Costa. Maringá, Brazil, 2018.

ABSTRACT

Current dissertation may be contextualized within the History and Historiography of the Postgraduate Program in Education of the Universidade Estadual de Maringá and within research work at the Laboratory for Studies on the Portuguese Empire (LEIP-UEM) with investigations on the Portuguese Colonial Empire. The dissertation, a documentary research characterized by literature on the author, deals with teaching reform proposals in 18th century Portugal in the *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760) by António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). The *Cartas* were written in 1759 and published the next year, precisely during the effervescent period of the Enlightenment in Europe. The Portuguese intellectual elite, who had access to the ideas of the Enlightenment, were convinced that teaching in Portugal was backward when compared to that in other European countries. When Joseph I became king in 1750, he appointed Sebastião José de Carvalho e Melo as his Foreign and War Minister. The future Marquis of Pombal brought his diplomatic experience acquired when living abroad to endeavor great changes within the Portuguese Kingdom. His activities were particularly highlighted in 1756, after the Lisbon earthquake, as Minister of the Kingdom's Affairs. In 1759, Pombal expelled the Jesuits from the kingdom since he was convinced that they had the educational monopoly in their hands and they impaired the kingdom's modernization and progress. They had to be removed from the teaching administration so that changes required could be undertaken. Subsequently, Pombal restructured the Basic Studies, reformed University studies and established the Royal Noble College in Portugal. The Portuguese physician António Nunes Ribeiro Sanches, with more than thirty years' experience abroad and who assimilated the Illuminist ideas current in Europe, suggested a reform project for the Portuguese kingdom and wrote his *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Sanches recommended reform for Basic Studies, for University Studies and suggested the establishment of the Royal Noble College. Moreover, he insisted on the secularization of studies. The *Cartas* targeted the pedagogical guidelines that would foreground Pombal's teaching reforms. In fact, the dissertation underscores that the proposals of the Portuguese physician coincided directly with the reforms of Carvalho e Melo.

Key words: António Nunes Ribeiro Sanches. *Cartas sobre a educação da mocidade*. History of Education, Pombal's reform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rosto da edição de 1760 das <i>Cartas sobre a Educação da Mocidade</i> ...	94
Figura 2: Estatutos do Colégio Real dos Nobres de Lisboa	126
Figura 3: Edifício do Colégio Real dos Nobres de Lisboa	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lições desde o princípio do mês de outubro, até o fim do mês de março. 116

Quadro 2: Lições no Verão desde o princípio do mês de abril117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A TRAJETÓRIA DE ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES	16
2.1 RIBEIRO SANCHES E A HISTORIOGRAFIA	17
2.2 VIDA E OBRAS	27
3 O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ILUMINISTA	45
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO ILUMINISMO	45
3.2 AS <i>LUZES</i> INVADEM A EUROPA	51
3.3 O ILUMINISMO PORTUGUÊS E AS REFORMAS POMBALINAS NO ENSINO	56
3.4 O REINADO DE D. JOÃO V.....	66
3.5 A IGREJA NO SÉCULO XVIII	70
3.6 O REINADO DE D. JOSÉ I	74
3.7 AS REFORMAS POMBALINAS NO ENSINO	78
3.7.1 A Reforma dos Estudos Menores.....	83
3.7.2 A Reforma Universitária de 1772	88
4 ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E AS REFORMAS POMBALINAS NO ENSINO EM PORTUGAL	93
4.1 ANÁLISE DA PROPOSTA DE REFORMA EDUCACIONAL NAS <i>CARTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE</i>	95
4.2 O PLANO DE REFORMA DAS ESCOLAS MENORES	106
4.3 O PLANO DE REFORMA DAS ESCOLAS MAIORES	112
4.4 A EDUCAÇÃO DOS MENINOS NOBRES	117
4.4.1 O Colégio Real dos Nobres.....	120
4.4.2 Os Mestres do Colégio dos Nobres.....	122
4.4.3 Ciências que deveriam ser ensinadas no Colégio Real dos Nobres	123
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	133

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere na linha de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e tem, como objeto de estudo, as *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, elaboradas por António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782), como diretrizes pedagógicas para as reformas pombalinas no ensino português, na segunda metade do século XVIII. Publicadas em 1760, as *Cartas* escritas por Ribeiro Sanches tiveram como objetivo, embasar as reformas pombalinas do sistema de ensino em Portugal, a partir da expulsão da Companhia de Jesus do reino e demais domínios ultramarinos, administrados pela coroa portuguesa. A análise das propostas de reforma para o ensino português, contidas nas *Cartas*, é o objetivo geral deste estudo. Para alcançarmos esse objetivo, definimos os seguintes objetivos específicos: compreender o desenvolvimento do pensamento Iluminista na Europa; analisar as Reformas Pombalinas e as mudanças ocorridas no ensino; e, analisar as cartas de Ribeiro Sanches, como proposta pedagógica para o ensino em Portugal.

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), posteriormente denominado Marquês de Pombal, foi nomeado ministro da Secretaria do Exterior e da Guerra, em 1750, quando o rei D. José I ascendeu ao trono português. Em 1756, após o terremoto de Lisboa, Sebastião José assumiu o cargo mais importante da monarquia: secretário de Estado dos Negócios do Reino, que equivalia à função de Primeiro Ministro, administrando o reino português com mão forte, promovendo mudanças políticas, econômicas e, especialmente, educacionais, como a reforma dos Estudos Menores, a criação do Colégio dos Nobres e a reforma da Universidade de Coimbra. As ações enérgicas, empreendidas por Pombal, deram-se devido ao atraso do reino lusitano, em comparação com os demais reinos da Europa, que passavam por mudanças e intensas transformações. Intelectuais, que tiveram contato com as ideias disseminadas no exterior, defenderam a formação de súditos capacitados para assumirem funções necessárias ao contexto português do período para a modernização de Portugal. Essas mudanças deveriam ocorrer não apenas nas funções administrativas, econômicas ou religiosas, mas também na própria mentalidade portuguesa.

Essas transformações ficaram conhecidas como a época das “Luzes” ou “Iluminismo”, momento em que o homem busca a compreensão do mundo por intermédio da razão e da ciência, abandonando o que eles consideravam como superstições medievais ligadas ao pensamento pautado no sobrenatural. O pensamento Iluminista preconizava a liberdade intelectual, política e religiosa, condenando toda forma de pensamento fundamentado no absolutismo político e religioso.

As reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal estavam alicerçadas nesse movimento e, nesse sentido, era necessário separar Igreja e Estado para efetivação das mudanças propostas pelos intelectuais ilustrados e direcionadas por Pombal, com o intuito de fortalecer o poder do Estado.

Dentre os intelectuais que sugeriram mudanças e reformas no sistema de ensino do reino lusitano estava António Nunes Ribeiro Sanches que, por meio de suas *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, propôs sugestões para a reforma da educação portuguesa. Diante da análise das *Cartas* podemos questionar: em que contexto se deu sua composição? Quais sugestões elaboradas por Ribeiro Sanches repercutiram nas mudanças do sistema de ensino realizadas por Pombal? Qual alcance teve suas *Cartas* no projeto de reformas? Para respondermos a esses questionamentos, buscamos compreender as mudanças ocorridas na sociedade europeia, que estava em transformação naquele período.

Os documentos que nortearam esta pesquisa foram fontes documentais e bibliográficas, como as *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), o *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* (1770), entre outros, que nos auxiliaram a compreender as transformações ocorridas no século XVIII, que culminaram com as reformas pombalinas. Por meio do estudo das fontes, de interpretações dos principais biógrafos de Ribeiro Sanches foi possível compreender as mudanças que se processaram em Portugal e o papel da educação na formação de um novo homem, que correspondia às necessidades econômicas e ideológicas da sociedade portuguesa.

Por se tratar de uma pesquisa documental, as *Cartas* de Ribeiro Sanches foram analisadas a partir do contexto histórico em que foram escritas, relacionando as ideias sugeridas, aos fatores políticos, econômicos, culturais e sociais em que o autor estava inserido. Compreendemos que, no século XVIII, momento da publicação da obra, Ribeiro Sanches residia na França, que vivia um momento de

efervescência de ideias iluministas, disseminadas por intelectuais que se preocupavam com o desenvolvimento econômico, científico e a modernização de seus reinos. Sanches escreveu suas propostas de modernização para o reino luso, a partir desse contexto de transformações que se espalhavam pela Europa e que caracterizavam o reino luso como atrasado em relação a essas mudanças.

Destacamos que nosso interesse pela temática surgiu com a participação, em 2012, no grupo de estudos do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP/UEM), que possibilitou o contato com leituras, estudos e pesquisas sobre o Império Colonial Português. Na época, desenvolvemos, na graduação, uma pesquisa acerca da educação franciscana no Brasil Colônia. Essa pesquisa nos levou ao processo de seleção para o mestrado em 2015. No estudo da disciplina do mestrado, História da Educação no Brasil, tivemos contato com as Cartas de Ribeiro Sanches, e a concepção dada a obra como suporte teórico para as reformas pombalinas no ensino em Portugal, o que nos levou a buscar compreender melhor como se deu as propostas de Sanches no contexto das reformas realizadas por Pombal.

Iniciamos o mapeamento das produções acerca do tema no banco de teses e dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, na Biblioteca Digital da Unicamp, na Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal – Sistema de Informação Científica, e encontramos diferentes pesquisas acerca de Ribeiro Sanches sobre diversos temas abordados pelo escritor. No entanto, não encontramos pesquisas relacionadas diretamente à questão das propostas para a educação no reino luso contidas nas *Cartas*. As obras que encontramos, que mais se aproximam do tema, foram três: o livro do professor português Fernando Augusto Machado, *Educação e Cidadania na Ilustração Portuguesa – Ribeiro Sanches*, publicado em 2001, na cidade do Porto; a tese de António Manuel Nunes Rosa Mendes, *Ribeiro Sanches e as Cartas sobre a educação da mocidade*, defendida pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, em 1991; e o livro lançado no final de 2017, da professora Carlota Boto, *Instrução Pública e Projeto Civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*.

Nesse sentido, analisar o projeto pedagógico contido nas *Cartas*, que embasou diretamente as reformas pombalinas de ensino, constitui um importante

exercício de compreensão do contexto em que ocorreram as reformas pombalinas, que culminaram, também, com as reformas da educação na sociedade brasileira.

Assim, pretende-se que esta pesquisa contribua para o campo educacional, ao conhecer as transformações da sociedade e da educação lusitana que, conseqüentemente, resultaram nas mudanças ocorridas na educação do Brasil. Além disso, também procura contribuir para uma análise da história da educação em Portugal, buscando, em suas fontes, o entendimento das atividades e princípios educacionais em sua origem. Acreditamos, que compreender a trajetória da história da educação no ensino português, torna-se referência necessária para o estudo da história da educação brasileira e as permanências e mudanças que ocorreram na educação do Brasil.

No cumprimento desse objetivo, este trabalho está dividido em três seções de conteúdo. Na segunda seção, pois esta introdução é a primeira, apresentamos um mapeamento cronológico, de obras produzidas acerca de Ribeiro Sanches, em Portugal e no exterior, analisando as diferentes abordagens sobre o médico português e a abrangência dos escritos produzidos por ele. Como também, apresentamos sua biografia.

A terceira seção, intitulada *O desenvolvimento do pensamento Iluminista*, é dedicada à discussão sobre a trajetória das ideias iluministas na Europa. Com a decadência do sistema feudal e fortalecimento do poderio dos reis, surgiu uma nova forma de governo: o Absolutismo Monárquico, que logo foi questionado por uma classe social que estava em ascensão, a burguesia. Nesse contexto, nasceu pensamentos modernos como: humanismo, individualismo e racionalismo, e a Igreja, controladora das mentalidades, foi contrariada pelas ideias promovidas pelos intelectuais que buscaram na ciência e na razão, a explicação para os fatos. O Iluminismo promoveu a defesa do liberalismo, racionalismo, cientificismo e o deísmo. Essas ideias se expandiram por toda Europa e, conseqüentemente, a Portugal.

Ainda na terceira a seção, analisamos o processo de desenvolvimento do Iluminismo em Portugal e as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal no sistema de ensino do império lusitano. Para isso, contextualizamos os acontecimentos econômicos, políticos e religiosos ocorridos em Portugal, entre a primeira metade do século XVIII, até o reinado de D. José I. Abordamos as reformas no ensino, empreendidas pelo Marquês de Pombal, após a expulsão da Companhia de Jesus do território luso.

Na quarta seção, intitulada *António Nunes Ribeiro Sanches e as Reformas Pombalinas no Ensino em Portugal*, analisamos as *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, como proposta de reforma educacional para o sistema de ensino em Portugal. Ribeiro Sanches tinha como premissa a separação total entre Igreja e Estado. O intelectual preconizava um novo rumo dado à educação portuguesa, como formadora de indivíduos políticos, em detrimento da ênfase constante dada anteriormente: a formação moral e religiosa. Essa nova proposta de ensino destinava-se ao progresso da nação pela sua eficácia em transmitir os novos saberes que, conseqüentemente, formaria novos súditos leais ao rei e à nação portuguesa. Nesse sentido, analisamos as propostas de reforma educacional sugeridas por Sanches, para as Escolas Menores, o plano de reforma das Escolas Maiores e a educação dos meninos nobres.

2 A TRAJETÓRIA DE ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES

Ribeiro Sanches é considerado, pela historiografia, como um ícone do desenvolvimento da prática médica, um grande intelectual, cientista e educador. Sanches nasceu em Penamacor, região da Beira Baixa em Portugal, em 7 de março de 1699. Era o filho primogênito do sapateiro e comerciante Simão Nunes e de Anna Nunes Ribeiro, uma família de cristãos-novos, ou seja, descendentes de judeus. Formou-se em medicina pela Universidade de Salamanca, em 5 de abril de 1724, com aprovação *nemine discrepante*, isto é, ninguém discordou, pois Sanches demonstrara notável persistência e capacidade nos estudos (SANCHES, 1952).

O médico português vivera grande parte de sua vida na Rússia, onde exercera a carreira médica. Findou sua vida e carreira em Paris, em 1783, aos 83 anos.

Neste capítulo faremos um mapeamento cronológico de algumas obras acerca de Ribeiro Sanches, em Portugal e no exterior, analisando as diferentes abordagens feitas sobre o médico português. Discorreremos sobre a trajetória de Sanches, percorrendo desde os primeiros anos em Portugal, até a permanência na Rússia e a estadia na França. Abordaremos a construção de sua carreira médica, como também, a busca por aperfeiçoamento constante nas diferentes universidades por onde passou.

A produção da historiografia, acerca de Ribeiro Sanches, deu-se em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, as abordagens sobre a vida do médico português, realizadas em épocas distintas, trazem, também, diferentes compreensões e apreensões sobre sua vida e escritos.

O mapeamento, que apresentamos em relação às concepções historiográficas sobre Ribeiro Sanches, revela o quanto as análises acerca do médico português foram se modificando, à medida em que novos estudos foram construídos para o entendimento da história. Assim, de uma concepção positivista de análise histórica, passou-se para um olhar sobre a história vista sob diferentes aspectos, a partir dos pressupostos franceses elaborados pela “nova história”¹. E

¹ A expressão “nova história” está associada à corrente historiográfica correspondente à terceira geração da chamada *École des Annales*, na França (1970). A nova história rejeita a análise dos acontecimentos apenas como narrativa, valorizando as fontes documentais oficiais, como também, as intenções individuais, as motivações são consideradas elementos explicativos para os acontecimentos históricos (BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992).

essas diferentes abordagens demarcaram os estudos realizados pelos diversos autores, que se debruçaram em analisar e compreender os escritos do intelectual português.

O historiador Victor de Sá (1980) buscou delimitar o lugar histórico de Ribeiro Sanches, no Portugal do século XIX, apresentando os principais autores e escritos sobre o médico português, do período em análise. Nelson de Campos Ramos Júnior, em sua instigante dissertação, defendida em 2013, pela Universidade de São Paulo, intitulada *Mediador das Luzes: concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783)* fez uma análise aprofundada sobre as principais produções acerca do médico português, organizando-as cronológica e geograficamente, como também, analisou a semântica contida nessas produções, associando-as ao momento histórico em que foram escritas.

O mapeamento historiográfico, que demarcamos a seguir, não se destina a apresentar todas as produções realizadas acerca de Ribeiro Sanches. Elencamos algumas das principais obras escritas em diferentes países e buscamos organizá-las cronologicamente.

2.1 RIBEIRO SANCHES E A HISTORIOGRAFIA

Considerado um grande intelectual, um homem célebre e insigne português, António Nunes Ribeiro Sanches foi pouco conhecido em sua pátria, assim afirmou o professor Victor de Sá (1921-2003), que, em 1972, publicou uma coletânea de textos de Ribeiro Sanches, inéditos até então, encontrados no acervo da Biblioteca Pública de Braga. Naquele período, Sá (1980)² defendeu que, apesar de Sanches haver se dedicado a escrever vários pareceres e sugestões em relação a diferentes aspectos, tanto para Portugal, como para a Rússia, faltavam ainda estudos mais aprofundados sobre os apontamentos escritos pelo médico português. O autor afirma que, em Portugal, Ribeiro Sanches só veio a ser conhecido quando já contava com 60 anos de idade.

² A primeira edição da obra escrita por Victor de Sá: *Ribeiro Sanches: Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se e outros textos*, ocorreu em 1972. Nesta pesquisa, utilizamos a segunda edição de 1980.

Os primeiros escritos, acerca de Sanches, foram produzidos por estrangeiros. O médico francês, Charles Louis François Andry (1741-1829), foi membro da Sociedade Real de Medicina de Paris (1778) e amigo de Ribeiro Sanches, a quem o médico português legou os seus manuscritos. O Dr. Andry escreveu, em 1783, pelo motivo do falecimento do amigo, a biografia *Précis Historique sur La vie de M. Sanches*. O segundo escrito foi produzido em 1784, por Félix Vicq d'Azyr, secretário da Sociedade Real de Medicina de Paris, que também foi um médico e anatomista francês que, em 1784, tornou-se médico pessoal de Napoleão Bonaparte (1769-1821) e redigiu o *Éloge de Sanchèz*, que consta nas *Mémoires de la Société royale de médecine* (1776-1789). Os elogios foram redigidos a partir das informações expostas por Charles Andry em relação ao médico português (SÁ, 1980).

Quando o Doutor Andry faleceu, foram leiloados os manuscritos que estavam em seu poder e alguns deles foram para diferentes bibliotecas da Europa. Outros escritos, referentes a Portugal, foram adquiridos pelo embaixador português António Araújo Azevedo (1754-1817) e hoje são encontrados na Biblioteca Pública de Braga. Os elogios, escritos pelo médico Vicq d'Azyr, foram traduzidos para o português e publicados em Paris, entre 1817 e 1819, pelo poeta português Francisco Manuel do Nascimento, mais conhecido como Filinto Elísio (1734-1819). Cerca de vinte anos depois foram divulgados em Portugal (SÁ, 1980).

Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876) iniciou em 1858 a organização do *Dicionário Bibliográfico Português*, introduzindo o verbete *António Nunes Ribeiro Sanches*, em que menciona, “[...] possivelmente pela primeira vez, a existência das *Cartas sobre a educação da mocidade* [...]” (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 22). Diogo Barbosa Machado (1682-1772) também escreveu, para o *Dicionário*, uma breve referência biográfica a respeito de Ribeiro Sanches.

Em 1868, Francisco António Rodrigues de Gusmão (1815-1888) produziu o artigo *Um Invento Portuguez*, mencionando duas cartas escritas por Sanches ao Pe. Theodoro de Almeida (1722-1804). Souza Viterbo publicou, em 1880, o artigo *O Doutor Sanches* (SÁ, 1980).

Apesar do destaque dado a Ribeiro Sanches, nas obras que informamos até aqui, muito ainda estava por conhecer de seus escritos. O historiador Nelson de Campos Ramos Júnior afirma:

Mencionado muito brevemente nos textos referentes a Ribeiro Sanches até a segunda metade do século XIX, seria somente com a emergência da historiografia positivista e do centenário de morte do Marquês de Pombal (1882) que se estreitaria, na tradição lusitana, os laços entre o médico cristão-novo e o valido de D. José I. É com a “Questão Coimbrã” (1865-1866), compreendida como marco de surgimento de uma nova geração, que se inserem na vida cultural lusitana as principais vertentes da filosofia da história positivista (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 22-23).

Assim, novos escritos foram sendo difundidos sobre as produções de Ribeiro Sanches e a figura do médico português e suas obras começaram a atrair maiores interesses nas pesquisas. Destacamos a divulgação das *Cartas sobre a educação da mocidade*, publicadas em forma de folhetim de revista, na comemoração do centenário de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 1882. No entanto, foi somente em 1922, que o professor Joaquim de Carvalho (1892-1958) organizou, em volumes as *Cartas*, juntamente com outras obras de Sanches, porém, o trabalho foi interrompido, devido ao seu abrupto falecimento. Foram publicados apenas dois volumes após sua morte, uma publicação em 1959 e outra em 1966, não havendo continuidade na edição do trabalho, intitulado *Obras* (SÁ, 1980). Todavia, o professor Fernando Augusto Machado afirma que, em 1922, o médico português Maximiano Lemos tomou a iniciativa de publicar as *Cartas* através da Imprensa da Universidade de Coimbra. Em 1952, Joaquim Ferreira elaborou um prefácio para as *Cartas* e publicou uma nova edição dos textos, no entanto, incompletos, pela editorial Domingos Barreira³ (MACHADO, 2001). Neste trabalho, utilizamos a versão prefaciada por Joaquim Ferreira e publicada em 1952, a versão publicada por Maximiano Lemos, em 1922. E a versão disponibilizada *online*, Covilhã, 2003, por conter uma versão atualizada da língua portuguesa, que facilitou a escrita das citações diretas, utilizadas no texto.

De acordo com Victor de Sá (1980, p. 13), foi Teófilo Braga (1843-1924) quem destacou a importância “[...] científica, pedagógica e reformadora de Ribeiro Sanches [...]” em sua obra *História da Universidade de Coimbra* (1892-1902). Braga afirmou que o médico português foi o principal organizador do curso de medicina da Universidade de Coimbra. Camilo Castelo Branco (1825-1890) também fez uma importante análise sobre o vínculo entre o Marquês de Pombal e as ideias

³ A obra não contém a data da publicação, no entanto, concordamos com a hipótese do professor Fernando Augusto Machado (2001), de que tenha sido publicada em 1952, e assim datamos o texto.

reformadoras de Sanches, na obra *Perfil do Marquês de Pombal* (1882). Castelo Branco, na obra supracitada, afirmou que o médico português foi o

[...] mais proficiente colaborador das reformas pombalinas [...]. Os estadistas portugueses consultavam Ribeiro Sanches sobre variadas providências da reformação, e em toda sciencia de governo, na politica, na economia e nas sciencias (CASTELO BRANCO, 1900, p. 104-105).

Entretanto, a mais completa pesquisa acerca do médico português foi desenvolvida pelo médico Maximiano Lemos (1860-1823), publicada em 1911, intitulada *Ribeiro Sanches: sua vida e sua obra*. Essa obra é considerada pelos historiadores, como fundamental para análise da trajetória de Sanches, retratado pelo médico e pesquisador, como figura ilustre entre os grandes nomes da medicina portuguesa e russa. O autor, assim descreve a concepção de seu trabalho:

Encarregado em 31 de agosto de 1909 de escrever, em comissão gratuita, a historia da medicina em Portugal, pelo meu amigo Wenceslau de Lima, que então geria a pasta do reino, entendi que, de preferencia a refazer trabalhos anteriores, me devia consagrar ao estudo do período moderno dessa historia cujo começo se póde datar do advento de Ribeiro Sanches (LE MOS, 1911, p. 5).

O professor Victor de Sá (1980, p. 13) definiu a obra de Lemos como o “estudo mais exaustivo que entre nós se empreendeu sobre o nosso grande humanista.” No entanto, nesse período ainda prevaleciam os estudos voltados à busca por informações sobre a trajetória biográfica dos autores investigados, sem grandes aprofundamentos sobre as produções desses mesmos autores (SÁ, 1980).

Dentre os pesquisadores que também se ocuparam em colher notícias biográficas em fontes documentais, estiveram os médicos Ricardo Jorge (1858-1939), Arthur Araújo (1883-1953), e o historiador Artur Viegas. Em 1920 e 1921, Viegas publicou dois artigos na *Revista de História* em Lisboa, sobre a correspondência mantida entre Ribeiro Sanches e os jesuítas da missão chinesa: *Ribeiro Sanches e os Jesuítas* (1920), e *Pe. Polycarpo de Souza, terceiro bispo de Pequim* (1921). Nesses estudos, Viegas teve como objetivo, analisar a relação entre Sanches e os padres inacianos (RAMOS JÚNIOR, 2013).

Além dessa geração que se preocupou em pesquisar fontes e documentos referentes à trajetória de Ribeiro Sanches, uma nova geração de pesquisadores

buscou analisar e difundir, não somente as fontes inéditas com temas biográficos, mas também, os diferentes temas escritos pelo médico beirão. Luís de Pina (1901-1972) foi um desses expoentes, com a divulgação das obras: *Verney, Ribeiro Sanches e Diderot na História das Universidades* (1955) e, em 1957, *A marca setecentista de Ribeiro Sanches na história da Higiene político-social portuguesa (1756-1956)*. Nessas obras, Luís de Pina deu atenção ao caráter médico e educador de Sanches, contido em seus escritos (RAMOS JÚNIOR, 2013).

Na década de 1950, foram divulgadas diferentes pesquisas com novas abordagens sobre as produções de Ribeiro Sanches. O historiador Jaime Cortesão (1884-1960) conferiu a Sanches a imagem de “estrangeirado” e “inspirador de Pombal”, na obra *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (CORTESÃO, 2001, p. 90-91). O médico e romancista Fernando Namora (1919-1989) dedicou um capítulo de seu livro *Deuses e Demônios da Medicina* (1952) ao médico português. António Ferrão (1882-1961) publicou, em 1956, duas edições portuguesas dos escritos de Sanches sobre a *Origem da denominação de Christão-velho e Christão-novo em Portugal* (SÁ, 1980). Já na década de 1960, o diplomata António Coimbra Martins redigiu dois verbetes intitulados: *Estrangeirados* e *António Nunes Ribeiro Sanches*, para o *Dicionário de História de Portugal*, organizado pelo historiador Joel Serrão (1919-2008). O último verbete trata da biografia de Sanches e traz um resumo das suas principais obras (SERRÃO, 2002).

Segundo Nelson de Campos Ramos Júnior, novas apreensões historiográficas se expandiram e,

A partir da década de 1960 intensifica-se, em Portugal, a difusão de novas concepções historiográficas. Gradativamente, a tradição que renovou a história no território lusitano – encontrada, no princípio do século, no exterior das universidades – instala-se nas instituições de ensino superior. Nesse contexto, o fim do Estado Novo (1933-1974) permite com a abolição dos mecanismos de censura e de legitimação de uma história nacional voltada para a exaltação dos marcos históricos da política lusitana, uma maior difusão dos ideais historiográficos provenientes do estrangeiro, principalmente do paradigma francês da “nova história” (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 32).

Assim, em 1979, Rômulo de Carvalho (1906-1997) dedicou um capítulo de seu livro *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*, para narrar a trajetória médica de Sanches na Rússia (CARVALHO, 1979).

Maria Helena Carvalho dos Santos fez um estudo sobre a questão religiosa em Ribeiro Sanches e a relação com o governo pombalino, no artigo publicado em 1982, *Ribeiro Sanches e a questão dos judeus* (RAMOS JÚNIOR, 2013). Em relação ainda ao governo pombalino, na obra *Pombal Revisitado*, vol. I, a mesma autora redigiu o capítulo *Poder, intelectuais e contra-poder* (1984), fazendo uma relação entre os intelectuais franceses e os portugueses, demonstrando não ter se desenvolvido entre os portugueses uma produção de textos contrários ao governo vigente daquele período, pelo fato de os escritores dependerem economicamente do governo para as produções de suas obras e, portanto, não eram homens livres em relação ao poder, diferentemente dos intelectuais franceses (SANTOS, 1984).

Zília Osório de Castro trouxe, em 2004, novas argumentações acerca das análises produzidas até então, em relação à secularização defendida por Ribeiro Sanches, com a publicação do artigo *O Estado e a Igreja: pensamento de António Nunes Ribeiro Sanches* (CASTRO, 2004).

O professor Fernando Augusto Machado, na produção do livro *Educação e Cidadania na Ilustração Portuguesa* (2001), dedicou-se à investigação das propostas pedagógicas do médico português que, influenciado pelo pensamento educacional europeu, deixou transparecer as “marcas” estrangeiras em suas obras (MACHADO, 2001). Diante dessas novas apreensões historiográficas sobre os escritos de Sanches, Ramos Júnior afirma:

[...] no caso das representações sobre Ribeiro Sanches, principalmente a partir da década de 1980 –, portanto, os textos que eram, antes, unicamente dedicados à reprodução de fontes documentais para a história do médico cristão-novo dão espaço a sistematização de aspecto mais teórico, geralmente com a intenção de categorizar Ribeiro Sanches em determinados campos semânticos. Dessa maneira, será constante, ainda, a referência ao conceito de estrangeirado. No entanto, seu significado cada vez mais variado passa a privilegiar não somente “o reformador”, mas também “o cientista”, operando, aos poucos, a espacialização da figura do médico português no contexto europeu (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 33).

Nesse sentido, um intenso estudo acerca do médico português foi dedicado pela pesquisadora Ana Cristina Bartolomeu Araújo. O artigo *Ilustração, pedagogia e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches*, publicado em 1984, revela o entendimento cada vez mais crescente em relação a Sanches enquanto intelectual, educador e cientista (ARAÚJO, 1984).

Em seu outro artigo, publicado no ano 2000, a pesquisadora fez uma análise dos trabalhos de Sanches, relativos à questão médica, intitulado *Medicina e Utopia em Ribeiro Sanches*. Seguindo a mesma metodologia de análise, acerca das questões médicas, Araújo, em 2007, publicou o trabalho sobre a abordagem do médico português em relação ao terremoto de Lisboa (1755), com o título: *Ribeiro Sanches e o desastre de Lisboa* (RAMOS JÚNIOR, 2013).

A relação de Ribeiro Sanches com o estrangeiro continuou sendo mantida por meio dos textos escritos, que faziam referência à sua imagem enquanto “estrangeirado”, mas também, como médico e cientista. Destacamos o artigo do professor inglês Charles Boxer (1904-2000) *An enlightened portuguese: Dr. Ribeiro Sanches* (1970). Segundo Ramos Júnior (2013), Boxer discute a questão da Ilustração Portuguesa, atribuindo a Sanches e a Sebastião José de Carvalho e Melo o título de estrangeirados, mas destaca que havia pontos de vista diferentes entre os dois. E, em 1997, outro inglês, Kenneth Maxwell, fez menção a Sanches nas relações com o Marquês de Pombal, com a publicação da obra, intitulada *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Já o historiador holandês David Willemse se distanciou da abordagem dos demais autores, pois se preocupou em analisar o contato estabelecido entre o médico português e o império russo, publicando, em Leiden (1966), a obra *António Nunes Ribeiro Sanches – Élève de Boerhaave et son importance pour la Russie* (RAMOS JÚNIOR, 2013).

No Brasil, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias analisou as primeiras tentativas dos brasileiros em se adaptar à cultura ilustrada, que emergia no país. Para a autora, Ribeiro Sanches teria sido um ícone dessa nova cultura. Publicou em 1968 a obra *Aspectos da Ilustração no Brasil* (RAMOS JÚNIOR, 2013).

O historiador Francisco José Calazans Falcon realizou um estudo intenso sobre o período pombalino em 1975, mas publicado somente em 1982, *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. Ribeiro Sanches é mencionado pelo autor como “[...] um estrangeirado, e ausente, no sentido físico apenas, porquanto colaborou ativamente com várias das reformas do período pombalino” (FALCON, 1982, p. 347).

De acordo com as pesquisas realizadas por Ramos Júnior (2013, p. 40), Fernando Antônio Novais fez uma análise sobre o papel dos estrangeirados “[...] como o primeiro movimento de atualização da mentalidade portuguesa no

setecentos”. Produziu as obras *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, publicada em 2001, e *O reformismo ilustrado luso-brasileiro* (1984).

A professora e pesquisadora Carlota Boto redigiu diferentes abordagens acerca de Ribeiro Sanches. Em 1998, foi publicado, na revista *História da Educação*, o artigo *O Enciclopedismo de Ribeiro Sanches: Pedagogia e Medicina na Confecção do Estado*. Nesse trabalho, Boto discorreu sobre o Iluminismo português e a atuação de Ribeiro Sanches como suporte teórico das Reformas Pombalinas (BOTO, 1998). Em 2004, a pesquisadora publicou o texto *Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX*, como parte integrante do livro *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. I. Em sua pesquisa, Carlota Boto (2004) analisou o pensamento iluminista português, relativo à educação, dando ênfase à concepção teórica das reformas educativas, a partir do pensamento de Luís António Verney e de Ribeiro Sanches. E, em 2010, foi publicado, na *Revista Brasileira de Educação*, o artigo *A dimensão iluminista da reforma dos estudos: das primeiras letras à universidade*, no qual, Boto (2010) discute a reforma dos estudos empreendidos por Pombal, à luz dos ideais políticos e pedagógicos de D. Luís da Cunha, Ribeiro Sanches e Luiz António Verney.

A mais recente obra da professora e historiadora foi publicada em 2017, com o título: *Instrução Pública e Projeto Civilizador: O século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. Na obra, Boto discorre sobre os teóricos do Iluminismo no século XVIII, fazendo uma análise acerca dos temas abordados por esses autores, sobre os conceitos de ciência, infância e escola, e como o ensino público se tornou veículo de propagação da razão e do esclarecimento à população. Para tanto, a autora analisa as propostas de D. Luís da Cunha, Luís António Verney, António Nunes Ribeiro Sanches, Sebastião José de Carvalho e Mello, Rousseau e o Marquês de Condorcet.

Nos últimos anos, percebemos que Ribeiro Sanches tem se tornado objeto de estudo cada vez mais constante nas pesquisas, não apenas pela imagem de reformador, mas também, pelos diferentes temas de suas obras. No levantamento que realizamos no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 2017⁴, encontramos os resumos que seguem dos trabalhos de pós-graduação, em que são abordados

⁴ Os resumos de teses e dissertações podem ser consultados em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>.

aspectos singulares das obras de Ribeiro Sanches. No entanto, isso não significa que apresentamos todas as pesquisas relacionadas ao médico português, mas destacamos àquelas que são mais relevantes ao tema em discussão.

Ricardo Cabral de Freitas apresentou, em 2012, a dissertação de Mestrado em História das Ciências, pela Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, intitulada *O físico e o moral na Dissertação sobre as paixões da alma (1753) de António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783)*⁵. Cabral de Freitas analisou a obra *Dissertação sobre as Paixões da Alma (1753)*, apresentando a dinâmica entre o corpo humano e a alma e os efeitos causados pelas paixões, tanto no aspecto físico, quanto na alma.

A dissertação defendida por Nelson de Campos Ramos Júnior, no Mestrado em História Social, pela Universidade de São Paulo (2013)⁶, já citada anteriormente, aborda as concepções de ciência e progresso nas obras de Ribeiro Sanches, como mediador entre o Iluminismo europeu e o reformismo ilustrado em Portugal, na segunda metade do século XVIII.

Rafael de Lima Fonseca defendeu, em 2015, pela Universidade Federal de Uberlândia, Mestrado em História, a dissertação: *Ressentimento, imitação e governamentalidade: propostas de uma leitura de António Nunes Ribeiro Sanches (1747-1783)*⁷. O autor fez uma análise acerca do médico português e o modo como lidou com os sentimentos de mágoa, angústia e ressentimento sentidos por Portugal, relacionando os apontamentos de Sanches com os conceitos referentes à governamentalidade em Michel Foucault.

Já, Rodrigo de Mello de Moraes Pimenta, defendeu a dissertação no Mestrado em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo, também em 2015, intitulada *Vão-se os anéis, ficam-se os dedos: a educação da mocidade e a ilustração portuguesa nas obras de Luís António Verney, Martinho de Pina de*

⁵ FREITAS, Ricardo Cabral de. *O físico e o moral na dissertação sobre as paixões da alma (1753) de António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783)*. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20122>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁶ RAMOS JÚNIOR, Nelson de Campos. *Mediador das Luzes: Concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783)*. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042013-124043/>> Acesso em: 15 jan. 2017.

⁷ FONSECA, Rafael de Lima. *Ressentimento, Imitação e Governamentalidade: Propostas de uma leitura de António Nunes Ribeiro Sanches (1747-1783)*. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16504>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

*Proença e António Nunes Ribeiro Sanches*⁸. Na dissertação apresentada, Rodrigo de Mello abordou o advento do Iluminismo e a modernidade ilustrada portuguesa, enfatizando o ideário político da mesma. Para conceituar a ilustração católica portuguesa, o autor investigou as obras sobre educação em: Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1734), *Apontamentos sobre a Educação de hum menino nobre*, Luís António Verney (1746), *Verdadeiro Método de Estudar* e as *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, de António Nunes Ribeiro Sanches (1760).

Outra abordagem sobre o médico português foi apresentada em 2016, por Guilherme Marchiori de Assis, pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestrado em História. O pesquisador retrata os novos espaços alcançados pelas obras de Ribeiro Sanches, com a dissertação intitulada *A ilustração e o primado da educação: as visões de António Nunes Ribeiro Sanches e do Marquês de Condorcet*⁹. O autor pesquisou a proposta de educação pública em Ribeiro Sanches e pelo francês Marquês de Condorcet, analisando as aproximações e divergências em relação à educação, sob a primazia iluminista, nas visões desses dois autores.

Em 2017, Iverson Geraldo da Silva defendeu a tese: *Textos e contextos ilustrados: as avaliações de Luíz Antônio Verney, Antônio Nunes Ribeiro Sanches e Sebastião José de Carvalho e Melo sobre o Portugal Setecentista*¹⁰, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, no Programa de Pós-Graduação em História. Silva (2017) propôs um estudo da Ilustração Portuguesa, “mais especificamente a visão que alguns pensadores lusos tinham de sua nação no século XVIII e como através de seus escritos teciam críticas e propostas para os diferentes campos da cultura lusa” (SILVA, 2017, p. 9). Para tanto, o historiador fez uma análise das obras de Ribeiro Sanches, o Marquês de Pombal e Luís António Verney.

⁸ PIMENTA, Rodrigo Mello de Moraes. *Vão-se os anéis, ficam-se os dedos: a educação da mocidade e a ilustração portuguesa nas obras de Luís António Verney, Martinho de Mendonça de Pina e Proença e António Nunes Ribeiro Sanches*. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <<http://www.historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS/dissertações-defendidas?page=6>> Acesso em: 18 jan. 2017.

⁹ ASSIS, Guilherme Marchiori de. *A ilustração e o primado da educação: as visões de António Nunes Ribeiro Sanches e do Marquês de Condorcet*. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <http://www.portais4.ufes.br/.../tese_7882_Dissertação%20completa%20-%20versão%20final.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

¹⁰ SILVA, Iverson Geraldo da. *Textos e contextos ilustrados: as avaliações de Luíz Antônio Verney, Antônio Nunes Ribeiro Sanches e Sebastião José de Carvalho e Melo sobre o Portugal Setecentista*. 2017. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2017/03/Textos-e-Contextos-Ilustrados.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

Assim observamos que, nos últimos anos, as produções acerca de Ribeiro Sanches têm-se expandido para além de uma abordagem apenas biográfica ou atrelada às reformas pombalinas, para estudos que destacaram, e ainda destacam, a imagem do médico português como um grande cientista, produtor de um vasto campo de estudos merecedor de análises aprofundadas e cuidadosas.

Nesse sentido, compreender sua trajetória de vida, para análise de suas produções, compreendendo, também, o contexto em que estiveram inseridas, torna-se essencial para apreensão da importância dos escritos de Ribeiro Sanches, especificamente as *Cartas sobre a educação da mocidade*.

2.2 VIDA E OBRAS

Para compreendermos a trajetória de vida e as produções de Ribeiro Sanches, examinamos, mais detidamente, a biografia escrita pelo médico português, Maximiano Lemos, *Ribeiro Sanches: sua vida e sua obra* (1911), citada anteriormente. Para construção de seu estudo, Lemos pesquisou a biografia a respeito de Sanches, produzida pelo médico francês Charles Andry (1783) e os *Elogios*, escritos por Vicq d'Azyr (1776-1789). No entanto, Lemos (1911, p. 5) afirmou que os dois médicos haviam escrito a biografia de Ribeiro Sanches, porém “[...] nenhum delles lhe tinha consagrado a atenção que elle merecia.” Além desses e outros autores, com as quais Ribeiro Sanches teve contato, o livro de Lemos apresenta fontes documentais e a relação das obras impressas de Sanches.

Na legenda do brasão de Ribeiro Sanches, doado pela Academia Imperial de Ciências de São Petersburgo e confeccionado em 1777, está escrita a seguinte frase: “*Nec sibi, sed tot igenitum se credere mundo*”, Maximiano Lemos (1911, p. 210) a traduziu da seguinte forma: “Não para si, mas para o mundo todo creado se julgou”. Assim foi considerada, pelo biógrafo, a trajetória do médico português António Nunes Ribeiro Sanches, não viveu para si mesmo, mas para ser útil a humanidade.

Segundo as análises de Lemos (1911), o médico francês Charles Andry (1783), descreveu, em sua biografia, a figura de Sanches, sua conduta e aparência física.

O Senhor Sanches era de estatura medíocre, mas tinha uma physionomia espirituosa, animada por uns olhos pequenos mas vivos. Illuminava-a por vezes um sorriso fino que na conversa parecia ser o fiador da sua inteligência ou o interprete do seu pensamento. Vivia com a maior simplicidade; vestuário e mobília eram modestísimos e tinha tal desapego aos confortos da vida que criticava, por vezes com injustiça, os medicos que procuravam o fausto e o luxo. Apesar da propaganda que fazia do casamento, conservou-se sempre solteiro, não por indiferença para com as mulheres, mas para guardar a sua liberdade (LEMOS, 1911, p. 206).

De acordo com os estudos realizados por Maximiano Lemos, Sanches possuía uma grande habilidade para lidar com discussões, era sempre comedido e evitava a disputa acalorada.

A conversa de Sanches era interessante, as vezes até animada. Avesso a disputas, gostava todavia de discutir, citando sempre a proposito factos interessantes para apoiar um solido raciocínio. O seu carácter fazia-o pender mais para a indulgencia do que para a severidade. De uma cortesia espontânea que mais inspirava do que procurava agrado, o seu comercio era facil, benevolo, amavel. Raras vezes se apartava desta tranquila bonhomia, mas adquiria a vivacidade dos trinta anos, se a conversa versava sobre certos assumptos. Um particularmente o irritava: era a Inquisição. Lembrava-se do muito que a família soffrera do hediondo tribunal e manifestava-lhe uma aversão que nunca se dissipou. No viver domestico, era sujeito a impaciencias e irritações, mas a corrigia logo a amargura de uma censura imerecida ou pouco merecida, com um acolhimento mais brando em que transparecia o arrependimento (LEMOS, 1911, p. 207-208).

Lemos ainda destaca que, a serenidade revelada por Sanches demonstrava a bondade pessoal que lhe era intrínseca e que o faziam prezar pelo bem estar alheio, até mesmo, em detrimento de sua própria comodidade. O autor relata um fato ocorrido em 1765, quando uma mulher chegou à casa do médico levando uma criança de três anos para uma consulta:

Como Sanches a animasse muito, esta não o queria deixar e desatou a chorar quando a mãe empregou a violencia para a separar do medico. Sanches offereceu-se para a guardar, adoptou-a, olhou por ella e mandou-a educar em um convento, contemplando-a no seu testamento (LEMOS, 1911, p. 209).

Esse fato confirma bem a legenda escrita no brasão do médico português, de que não veio ao mundo para si mesmo, mas para ser útil. De fato, o médico francês

Charles Andry afirmou que Sanches não passava um dia sem se ocupar com a felicidade do próximo e sem praticar alguma ação generosa. Mas, apesar de sua generosidade, Lemos afirma que Sanches sempre viveu com muitas dificuldades, pois, uma parte de sua renda era distribuída em donativos aos pobres e aos amigos que estavam enfrentando problemas financeiros, independente de onde estivessem, “[...] e isto com uma generosidade tão firme e por assim dizer tão obstinada que não era possível resistir-lhe sem lhe aumentar a aflição” (LEMOS, 1911, p. 208).

Maximiano Lemos revela também que Sanches sempre foi muito doente. Aos 12 anos levava uma pedrada na cabeça, que o deixara em um estado de debilidade, o qual perdurou até os 26 anos. Sentia-se muito fraco nas viagens que fazia e pelo excesso de estudos que realizava. Enquanto permaneceu na Rússia, sofreu vários infortúnios, que comprometeram ainda mais a saúde já debilitada. Utilizava constantemente ruibarbo da China¹¹ para amenizar as “crises” e fazia uso frequente da manteiga de cacau. O conhecimento da medicina tornou-se, para Sanches, a arte com a qual conseguiu prolongar sua vida.

O historiador Nelson de Campos Ramos Júnior afirma que o médico francês Vicq d’Azyr (1776-1789), ao redigir os elogios a Sanches, destacou sua constituição frágil e sua conduta exemplar¹²:

Um homem de constituição frágil e delicada, quase sempre sofrendo, de personalidade tímida e doce, que, cheio de ardor pelo estudo, não tem desejo algum pelo sucesso, que não faz questão nenhuma de riquezas e que acima de tudo está muito afastado de qualquer espírito de negócios e de intrigas: esse homem entra numa carreira na qual ele não conhece nem cansaço nem perigos; ele percorre os climas gelados do Norte, é testemunha das guerras mais sangrentas, se distingue por seus serviços no tratamento das epidemias mais desastrosas, é levado pelo sucesso a uma das cortes mais brilhantes da Europa, é coberto de honrarias; e, finalmente, comprometido na querela de Reis perde tudo em meio à tempestade; teme inclusive por seus dias: mas a fortuna, que quer antes de tudo instruí-lo ao invés de afligi-lo, lhe restitui à calma, dando suas costas lhe fazem sentir todo o preço. Dessa vez as lições da experiência e do infortúnio não são perdidas. Esse homem estimável, ao abrigo de qualquer abalo, vive tranquilo, coleta suas observações, as escreve ou as publica, e não morre antes de ter sido durante muito tempo um

¹¹ Planta nativa da Ásia, cultivada como ornamental e conhecida por suas propriedades medicinais.

¹² Félix Vicq d’Azyr redigiu o elogio de Ribeiro Sanches entre 1776-1789, no entanto o pesquisador Nelson de Campos Ramos Júnior utilizou o exemplar da obra: Félix Vicq d’Azyr. “*Éloge de Sanchèz*”. In: *Oeuvres de Vicq d’Azyr*; org: Jacques L. Moreau, Paris: chez L. Duprat-Duverger, T. 3, 1805, p. 217-257 (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 17).

modelo de benfeitoria e de virtude (d'AZYR, 1805 *apud* RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 18).

De acordo com Ramos Júnior, a prática dos elogios na Sociedade Real de Medicina de Paris, impôs-se às outras sociedades científicas no século XVIII e se constituiu como um meio de informação, legitimação e de difusão de um modo de conduta exemplar e de lição filosófica, destinada a inculcar uma nova visão do mundo, uma ideologia. E essa conduta exemplar recaiu, especialmente sobre o caráter fundamental da educação, na formação do bom médico.

[...] fruto das divergências entre a Sociedade Real de Medicina e a “visão escolástica” da Faculdade de Paris, a nova visão do ensino médico proposta pelos membros da Sociedade encontram no elogio um meio de legitimação e de difusão. Da mesma forma, a prática laudatória demonstra-se como mecanismo de comunicação de um ideal de postura que se aproxima do estoicismo – ao contrário da imagem do libertino, o médico deve aparentar uniformidade, regularidade dos costumes e o equilíbrio das paixões e dos hábitos, evitando os excessos – e de uma luta mordaz contra o charlatanismo que, conseqüentemente, visa a institucionalização de uma visão hegemônica de ciência em contraposição às visões consideradas populares (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 20).

Além de destacar as características de Sanches como um homem bom, de vida exemplar, o médico Vicq d'Azyr, ressalta também o grande intelecto de Sanches e que o médico português era daqueles homens raros “[...] que pedem conselho de si mesmo antes de agir: também não existe nenhum de seus trabalhos em que não se encontrem dessas ideias originais e novas que tendem ao avanço dos conhecimentos, nos levando para fora do círculo de nossos hábitos” (d'AZYR, 1805 *apud* RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 19). Nesse contexto, compreendemos as críticas feitas por Sanches ao ensino ministrado em Portugal (críticas mostradas nas seções seguintes) e seu desejo por mudanças e atualizações, pois grande parte de sua vida fora dedicada a elaborar novas ideias, que promovessem a modernização da sociedade russa, como também, da sociedade portuguesa.

António Nunes Ribeiro Sanches nasceu em 7 de março de 1699, em Penamacor (região da Beira Baixa) em Portugal. Seu pai era Simão Nunes, um comerciante de sapatos, e sua mãe, Anna Nunes Ribeiro, filha de Manuel Henriques de Lucena e de Maria Nunes. Os pais de Anna Nunes tiveram cinco filhos: António

Ribeiro Sanches (estudante de medicina), Luiz Lopes (cirurgião), Clara Henriques e Diogo Nunes Ribeiro (médico).

A família de Ribeiro Sanches fazia parte do grupo de famílias de cristãos-novos que habitavam a região das duas Beiras (Beira Alta e Beira Baixa) em Portugal. Maximiano Lemos (1911) afirma que, apesar da vigilância do Santo Ofício e das violências sofridas pelos inquisidores, havia uma grande comunidade cristã-nova em diferentes locais daquela região. Sanches pertencia a uma dessas famílias fortemente experimentada pela Inquisição. Simão Nunes apresentou-se ao Santo Ofício em 30 de maio de 1715¹³.

Em Penamacor, Sanches frequentou a escola de latim, manifestando grande interesse pela leitura. Pedia a todos, livros emprestados, pois não havia muitos em sua casa. Victor de Sá (1980) afirma que esse desejo pelo conhecimento nasceu pelo contato que Sanches tivera com o Doutor Taborda Nogueira, que lhe fornecia livros e o estimulou em diferentes atividades literárias.

Em 1712, aos 13 anos de idade, o pai mandou-o para a Guarda (cidade da Beira Alta em Portugal) onde morou com a tia paterna Leonor Mendes. Segundo Lemos: “A casa paterna só de fugida volvia, o que póde explicar-se porque foi essa a epocha das violencias inquisitoriais sobre os seus. O pae apresentava-se em 1715 no Santo Officio em Lisboa e provavelmente já antes lhe inspirava desconfiança” (LEMOS, 1911, p. 11).

Em 1716, matriculou-se no Colégio das Artes em Coimbra e depois no curso de Direito Civil. Teve como professor de filosofia o Pe. Manuel Baptista, da Companhia de Jesus, há quem muito estimava. Em uma carta, que escreveu em 1747 ao Pe. Manuel, Sanches relembra saudoso as aulas do professor, mas não era com o mesmo saudosismo que relembra as aulas de outros professores. Victor de Sá (1980) afirma que Ribeiro Sanches não estava pessoalmente interessado num curso jurídico e que esta opção lhe fora dada por sugestões familiares, também não lhe agradou os métodos pedagógicos utilizados pelos padres jesuítas, como também, os hábitos sociais dos estudantes.

O médico Fernando Namora fez uma descrição do ambiente que permeava a Universidade de Coimbra:

¹³ O processo de Simão Nunes foi publicado por Maximiano Lemos na obra: *Ribeiro Sanches: Sua vida e sua obra* (1911, p. 312). Processo de 1715, nº 7906.

Coimbra, porém, não era o burgo ordeiro que os Sanches esperavam. As rixas e os desmandos eram ali freqüentes e múltiplos também os pretextos da boémia. As ruelas do bairro acadêmico eram percorridas, até altas horas, por grupos arruaceiros que, por vezes acopleados com quadrilhas de malfeitores, chegavam a justificar que as autoridades mandassem ocupar a cidade por esquadrões de cavalaria. Os motins, as orgias e os raptos constituíam seduções capazes de corromper os jovens afastados da guarida paterna, mas António Ribeiro Sanches, em parte por timidez e fragilidade física, não pareceu vulnerável à turbulência do meio. Detestava o ambiente. E de tal modo desagradado, rogou e obteve facilmente a permissão de transitar para Salamanca (NAMORA, 1951, p. 139).

Nos diversos escritos de Ribeiro Sanches há muitas informações a respeito da condição da Universidade naquele período, inclusive nas *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), cuja primeira parte do texto é todo dedicado à análise de Sanches, sobre os infortúnios que os problemas apresentados na Universidade causavam na sociedade de seu tempo. Nos estudos de Maximiano Lemos, “O ilustre médico vê no proprio character da instituição universitária não só a causa da ruína dos estudos, mas uma origem da perturbação social” (LEMOS, 1911, p. 18).

Assim, em 1719, António Nunes Ribeiro Sanches deixou a Universidade portuguesa e, em 1720, matriculou-se no curso de Medicina da Universidade de Salamanca. No período em que Sanches estudou na Espanha, passou suas férias na Guarda, realizando a prática da medicina com o Doutor Bernardo Lopes de Pinho, pois seu tio materno Diogo Nunes Ribeiro (que também era médico) o havia indicado. Na Guarda, Ribeiro Sanches também conheceu Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), membro da Academia Real de História Portuguesa, que, de acordo com Sá (1980, p.19), inculcou em Sanches “[...] além da curiosidade pelo mundo e pelas novidades culturais e sociais, as primeiras noções de filosofia moderna.” Ribeiro Sanches comentou, na carta enviada a Francisco de Pina e de Melo, em 16 de setembro de 1760:

Quando voltou das suas viagens no ano de 1721 o conheci na Guarda, e na sua terra de Benespera; ali o ia buscar para explicar-me o que eu não entendia em Wolf que me tinha emprestado, e outros livros; naquele tempo me dizia muitas vezes que pensasse sair fora de Portugal para saber o que jamais se pode aprender nele (SANCHES, 1760 *apud* SÁ, 1980, p. 19).

Em 1724, Ribeiro Sanches foi aprovado nos exames de Medicina, da Universidade de Salamanca e retornou para Portugal. Fixou-se em Benavente, cidade próxima a Lisboa, onde exerceu a prática da medicina, morando com os tios, João Nunes e Clara Henriques, por dois anos. Em 1726, Sanches saiu de Benavente, decidindo-se por deixar Portugal. Embarcou em Lisboa, rumo a Gênova e, de lá, dirigiu-se a Londres (LEMOS, 1911).

A saída de Sanches de Portugal foi defendida por Charles-Louis-François Andry e Félix Vicq d'Azyr, como tendo sido pelo desejo que o médico português possuía por obter novos conhecimentos, e essa curiosidade científica o teria levado a buscá-los em cidades da Europa, onde as ciências eram mais desenvolvidas (RAMOS JÚNIOR, 2013). No entanto, na biografia escrita por Maximiano Lemos (1911), Sanches teria deixado a pátria, devido às perseguições religiosas de que a sua família vinha sofrendo.

Qualquer que fosse a curiosidade científica de nosso medico – e nós não a pômos em duvida – o motivo que o levou a abandonar a patria deve ter sido o receio de ser alvejado pelas perseguições religiosas de que a sua familia tinha sido victima quase ininterruptamente durante vinte anos (LEMOS, 1911, p. 68).

Essa hipótese também é defendida nas análises de Victor de Sá, “[...] contando apenas 27 anos de idade, ausenta-se do país sem se despedir pessoalmente de ninguém. A sua retirada deve-se ao receio de perseguições da Inquisição” (SÁ, 1980, p. 20).

Na obra escrita por Lemos estão registrados vários documentos, que comprovam as perseguições sofridas pela família de Sanches, demonstrando que, pela ordem cronológica dos acontecimentos, a Inquisição se aproximava do médico cristão-novo. Entretanto, se a fuga de sua terra Natal deveu-se as perseguições do Tribunal do Santo Ofício às comunidades de cristãos-novos, “[...] essa fuga também acarretou o contato com outras estruturas socioeconômicas e, principalmente, com variados aspectos de uma ‘comunidade científica’ em processo de consolidação” (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 49).

Assim, Victor de Sá descreveu a trajetória de Ribeiro Sanches após deixar sua terra Natal:

Em Londres onde foi acolhido por familiares que aí viviam entre judeus portugueses e emigrados, frequentou escolas e hospitais, conviveu com médicos de diferentes nações, e seguiu cursos não só de Medicina e Cirurgia, como ainda de Matemática, Física, Química, Ciências Naturais e Farmácia, procurando desse modo saciar as exigências de curiosidade e saber do seu espírito ávido e inquieto (SÁ, 1980, p. 20).

Em Londres, o médico beirão também se integrou na comunidade judaica de portugueses, por dois anos, inclusive foi circuncidado. No entanto, o entusiasmo com que abraçara a prática da lei de Moisés, logo se converteu em dúvidas por não ter refletido seriamente na questão. Em carta escrita a Sampaio Valadares em 1735, Sanches afirmou:

Passado quase um anno com muita miséria, porque tinha vergonha, comecei a conhecer alguns defeitos da lei que professava, já não podia soffrer os judeus, com aquelle humor e costumes barbaros misturados com o do Norte; quanto mais vivia, mais aprendia a conhecer as faltas que comettiam os judeus: umas vezes me arrependia, outras me imaginava que seguindo o que dizia a Biblia e rejeitando o Talmud que me podia salvar, outras enfurecido fallava e imaginava como deista. Enfim, doido dos pensamentos da salvação e condemnação, sahi de Londres (SANCHES, 1735 *apud* LEMOS, 1911, p. 79).

Segundo Victor de Sá (1980), ao deixar Londres, Ribeiro Sanches deu continuidade aos estudos na França, na Universidade de Montpellier, e depois visitou Paris, Marselha, Bordeaux, seguindo para a Itália e, depois voltou para Bordeaux. Em Marselha, Sanches conheceu o médico Jean Baptiste Bertrand (1670-1752) que, de acordo com Lemos (1911), teve uma influência decisiva na vida de Sanches, pois foi o primeiro que lhe falou sobre o grande médico Herman Boerhaave, mostrando a ele seus aforismos e o aconselhando a que fosse aprender os ensinamentos do médico holandês¹⁴.

¹⁴ Médico e químico holandês, que nasceu em Voorhout, próximo de Leiden, o mais célebre clínico de seu tempo, cujos aforismos foram adotados ao lado dos de Hipócrates, pregou em suas lições o ajustamento do hipocratismo e do galenismo às novas descobertas e concepções, e foi o primeiro químico a imaginar que o ar tivesse participação na queima das substâncias. Foi educado na Universidade de Leiden, tornando-se doutor em filosofia (1689) e iniciou estudos em medicina, química e botânica (1690). Formou-se em medicina na Universidade de Harderwijk (1693) e, então, retornou para Leiden, onde foi nomeado conferencista em teoria da medicina (1701) e professor de medicina e botânica (1709). Neste período publicou dois trabalhos com os quais fez sucesso: *Institutiones Medicae* (1708) e *Aphorismi de Cognoscendis et Curandis Morbis* (1709). Para combinar prática com teoria, fundou um hospital no qual ele dava instrução clínica para seus alunos, assim introduzindo o método clínico no ensino de medicina. Tornou-se professor de química (1718) e publicou *Elementa Chemiae* (1724), um trabalho que contribuiu, em muito, para a

Em 1729, Sanches retornou a Bordeaux, recebendo auxílio da família de um antigo discípulo seu de Londres. Maximiano Lemos descreveu esse ocorrido:

Resolveu ella (a família) que o rapaz fosse estudar medicina a Leyde e que Sanches o acompanhasse. Era não só assegurar-lhe a existencia por algum tempo, mas satisfazer-lhe o desejo de ouvir o grande mestre que enchia toda a Europa com o seu nome. O irmão voltaria para Londres onde ficaria amparado pelos parentes. Partiram ambos para Inglaterra, onde esta combinação encontrou dificuldades. Por fim, Sanches conseguiu que o irmão fosse para Paris estudar cirurgia “por favor e outras razões mais” e elle seguiu com o discípulo para Leyde (LEMOS, 1911, p. 84).

Em Leiden, permaneceu de 1730 a 1731, ali assistiu as aulas de Pieter Burmann Senior (1668-1741), que ensinava humanidades, Bernard Siegfried Albinus (1697-1770), a anatomia, Gerard van Swieten (1770-1772), a farmácia, Hyeronimus David Gaubius (1705-1780), a química, e Herman Boerhaave (1668-1738), professor de medicina (LEMOS, 1911). Boerhaave tornou-se para Sanches o grande exemplo de médico, professor e reformador do ensino da medicina. Na obra *Método para aprender e estudar medicina* (1763), Sanches afirmou¹⁵:

Eu me lembro que antes que ouvisse o grande Boerhaave, o último Livro de Medicina que estudava, sempre me parecia o melhor, e seguia os seus ditames, e prática Médica; de tal modo, que dentro de um ano a mudava tantas vezes, quantos tinham sido os autores que tinha lido naquele tempo, sendo a causa que não julgava do que lia: descansava o juízo no alheio, e nisto consistia então o meu raciocínio. Não obstante que tinha aprendido a Filosofia escolástica em Coimbra e Salamanca, não obstante que tinha estudado a Medicina com algum louvor dos meus Mestres, não tinha adquirido aquela Lógica ou raciocínio, que sabe discernir o falso do verdadeiro, o certo do duvidoso: sendo a causa de meus Mestres nunca ouvi, nem aprendi até aquele tempo, tal modo de governar o entendimento. Cheguei a ouvir Boerhaave por dois anos, e dele aprendi esta Lógica, e aquele limitado método que possuo para me determinar a fugir ao erro e a abraçar a verdade (SANCHES, 2003, p. 8-9).

Além da influência pessoal que Boerhaave exerceu sobre Sanches, os textos do médico holandês formaram as bases para a composição da obra *Métodos para*

ciência de química se tornar clara e compreensível. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/HermnBoe.html>> Acesso em: 15 ago. 2017.

¹⁵ A obra *Método para aprender e estudar medicina*, escrita por Ribeiro Sanches, foi publicada em 1763. Nesta pesquisa, utilizamos a versão de 2003, disponível em: <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/metodo_aprender_estudar_med.pdf> Acesso em: 8 jan. 2017.

Aprender e Ensinar a Medicina (1763), como também as obras *Aforismos* (1709) e *Instituições de Medicina* (1708), escritas por Boerhaave, tornaram-se as principais obras introduzidas na Universidade de Coimbra, na reforma pombalina (RAMOS JÚNIOR, 2013).

Em 1731, o Colégio dos Médicos do Império da Rússia solicitou através da imperatriz Anna Ivanovna (1693-1740), que Boerhaave lhe enviasse três dos seus discípulos para servirem ao império e Sanches foi um dos escolhidos. O contrato foi assinado no mês de julho em Amsterdam e, em outubro, o médico português estava em Moscou, como médico do senado e da cidade, logo se tornou Examinador de Médicos e Cirurgiões (SÁ, 1980). Rômulo de Carvalho relata:

Ribeiro Sanches preparou imediatamente a sua partida. Munido de uma carta de recomendação de Boerhaave e sob a proteção do príncipe Kurakine, que fora embaixador da Rússia na Haia, e a quem D. Luís da Cunha, nosso embaixador na mesma cidade, a pedira, entrou na Rússia em Outubro de 1731, e aí se iria conservar durante dezesseis anos (CARVALHO, 1979, p. 21).

Nesses primeiros anos na Rússia, Sanches foi auxiliado pelo médico holandês Nicolau Bidloo, que havia sido o primeiro médico de Pedro, o Grande (1672-1725). Após a morte do imperador, Bidloo passou a exercer a medicina particular. Com as atividades médicas exercidas, Ribeiro Sanches ganhava cerca de três mil cruzados por ano, honorários que, segundo ele próprio, mal pagavam as despesas que o cargo de médico lhe exigia (CARVALHO, 1979).

Em 1734 Sanches foi promovido a médico do exército russo, transferindo-se de Moscou para São Petesburgo. Víctor de Sá afirma que: “Foi nesta qualidade que Ribeiro Sanches participou na campanha da Crimeia (1735-1736) contra os Turcos e Tártaros, tendo estado presente no cerco e tomada de Azov. Este foi um período rico em experiências humanas e observações do mundo e da natureza” (SÁ, 1980, p. 22). Segundo Rômulo de Carvalho, “O prestígio que lhe permitiu a colocação nos serviços do exército, impusera-o, em pouco tempo, na sociedade russa em que se encontrava, e acentua-se nos convites que então recebeu para a realização de trabalhos de vulto e de responsabilidade” (CARVALHO, 1979, p. 22). Ainda, de acordo com Carvalho, teria sido nesse período que o médico português ingressou na Academia de Ciências de São Petesburgo (fundada em 1725 pelo imperador Pedro, o Grande). A associação de Sanches a essa academia rendeu-lhe contatos importantes com diferentes personalidades e sua influência cresceu gradativamente,

obtendo em 3 de março de 1740, a nomeação de médico da corte russa. De acordo com Victor de Sá, Sanches também foi eleito, membro correspondente da Academia de Ciências de Paris. E com isso,

[...] mantinha correspondência com muitos sábios, e exercia influência em diversos centros científicos, para alguns dos quais promovia o envio de livros: assim, por exemplo, livros de astronomia para os jesuítas na China, e outros para a Academia Real da História, em Lisboa (SÁ, 1980, p. 23).

A presença de Ribeiro Sanches, como membro da Academia Imperial de Ciências de São Petesburgo, favoreceu um intercâmbio cultural entre a Academia russa e a Academia Real de História de Lisboa (1720). Para Portugal foram enviados dez ou doze livros que versavam sobre matemática, botânica, antiguidades de língua chinesa etc. Essas obras chegaram ao reino português em 1736 (CARVALHO, 1979).

Antes de ter sido nomeado médico da corte russa, Sanches retornou da Crimeia para São Petesburgo, sendo nomeado também, em 1737 a médico do Corpo de Cadetes. Segundo Nelson de Campos Ramos Júnior:

[...] a atividade médica desenvolvida por Ribeiro Sanches no Colégio dos Nobres de São Petesburgo permitiu-lhe apreender com os procedimentos internos a essa instituição, desenvolvendo sobre sua observação uma doutrina pedagógica que procurou difundir em Portugal. Como exemplo, poderíamos citar a relação patente de seu projeto de educação da fidalguia – presente nas *Cartas sobre a educação da mocidade* e baseada na experiência do Corpo de Cadetes – com o estabelecimento, por iniciativa régia, do Colégio dos Nobres de Lisboa, cujos estatutos datam de 1761. Da mesma forma, a função que Ribeiro Sanches desempenhou no hospital dessa instituição russa serviu-lhe como base para pensar a reforma dos estudos médicos portugueses (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 63).

Ainda, em 1740, faleceu Anna Ivanovna, imperatriz da Rússia, que designou, como herdeiro, o sobrinho Ivan Antonovic, filho de Ana Leopoldovna. Entretanto, por este ser menor de idade, sua mãe assumiu o governo do império. Com a nomeação de médico da corte em 1740, o médico português ocupa o cargo de segundo médico da imperatriz Ana Leopoldovna e de seu filho Ivan. No entanto, em 1741, uma revolta interna destituiu a nova imperatriz e o filho de suas funções, e o trono foi ocupado por Isabel Petrovna (1709-1762), filha de Pedro, o Grande (CARVALHO,

1979). De acordo com Lemos (1911), Isabel era antissemita e soubera que o médico português tinha afeição ao judaísmo, assim, temendo pela própria vida, Sanches pediu a exoneração de suas funções, alegando problemas de saúde, e conseguiu obtê-la por meio de protetores poderosos, que intercederam em seu favor. Foi honrado e gratificado pela imperatriz, que lhe concedeu uma pensão. No entanto, em 26 de novembro de 1748, a imperatriz mandou excluí-lo do quadro dos membros da Academia de Ciências de São Petesburgo, e sua pensão foi subitamente cancelada (SÁ, 1980).

Deixando a Rússia, em 1747, Ribeiro Sanches passou por Berlim, manteve contato com o rei da Prússia, Frederico II, abordando assuntos sobre Física e a História Natural, depois foi para Postdam e Estrasburgo. Em dezembro do mesmo ano, instalou-se em Paris (RAMOS JÚNIOR, 2013). Para se fixar em Paris, Sanches contou com o apoio de intelectuais que o estimavam e que mantivera contato quando vivia na Rússia. Ainda, de acordo com Ramos Júnior:

Uma vez na capital francesa, o médico português desempenhou o cargo que recebera da Academia Imperial de São Petesburgo. Assim, como membro correspondente da citada instituição, o médico beirão exerceu segundo Dulac, as seguintes funções: coleta de novidades literárias em diversas disciplinas; relatos dos trabalhos desenvolvidos (inclusive dos não publicados) pelos acadêmicos parisienses; adquirir documentos científicos e cuidar das compras e vendas de livros por conta da Academia; divulgação da academia russa; e auxílio quanto à questão de recrutamento de acadêmicos [...]. O médico cristão-novo correspondera-se também com o grupo dos *philosophes* franceses, mais precisamente com Denis Diderot (1713-1748), Jean Le Rond d'Alembert (1717-1783) e outros membros da *cotterie* de d'Holbach (1723-1789) (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 65-67).

Da correspondência mantida com Jean le Rond d'Alembert, surgiu o convite para que o médico português colaborasse com a *Encyclopédia*. Sanches produziu os verbetes *Maladie vénérienne chronique*, em 1771, e *Afections de l'âme*, em 1787 (BOTO, 2017).

Foi também, na capital francesa, que Sanches encontrou-se com D. Luís da Cunha (1662-1749), embaixador de Portugal, que escrevia o seu *Testamento Político* (1747). Segundo Victor de Sá (1980), os dois amigos possivelmente trocaram ideias sobre os assuntos tratados no *Testamento*, já que um dos temas abordados no texto é a distinção entre cristãos velhos e cristãos novos, e esse tema

também foi tratado por Sanches em sua obra *Origem da denominação de cristão-velho e cristão-novo em Portugal* (1748). Ribeiro Sanches tinha se encontrado com D. Luís da Cunha em 1731, quando este era embaixador em Haia e Sanches havia passado pela Holanda. Maximiano Lemos (1911) afirma que Sanches apresentara a D. Luís um método de se introduzir e ensinar a medicina em Portugal, pois o médico português lamentava que, na Universidade de Coimbra, não fosse ensinado a anatomia nos cadáveres humanos, nem a botânica e a química. Victor de Sá (1980) defende que foi D. Luís quem solicitou um *Projecto para se estudar a medicina em Portugal*, como prenúncio dos preparativos para a reforma da Universidade de Coimbra, que ocorreria quarenta anos depois desse encontro. Todavia, os dois autores confirmam que o diplomata D. Luís da Cunha passou a ser um dos mais firmes protetores de Ribeiro Sanches, tendo sido, por intermédio do embaixador, que o médico português conseguiu recomendações favoráveis para seguir a carreira médica na Rússia, quando indicado por Herman Boerhaave.

Ribeiro Sanches permaneceu em Paris pelo resto da vida e foi então que publicou a maior parte de seus escritos, dava consultas para a Rússia e para Portugal que, “[...] desde 1756, pelo menos, se empenhava por colocar a sua pena ao serviço do país que lhe fora berço” (SÁ, 1980, p. 26). Lemos (1911) relata em sua biografia, que Sanches vivia sempre a escrever. Escrevia sobre: medicina, economia, religião e tudo o mais que tinha pesquisado. Redigiu a *Dissertation sur l'origine de la maladie vénérienne* (1750) que teve várias edições e foi traduzida para o inglês e para o alemão, depois foi publicada em Paris (1752) e o *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, publicado em Paris (1756), juntamente com as *Considerações sobre os Terremotos*, que escrevera devido à tragédia ocorrida em Lisboa em 1755 (SÁ, 1980). Ainda, em 1752, a Faculdade de Medicina de Estrasburgo solicitou conselhos e pareceres de Ribeiro Sanches, acerca de um curso de Cirurgia Patológica que seria instituído na faculdade. Victor de Sá afirma também que Sanches, “Em 1761 enviou memórias para Espanha e Portugal sobre a reforma das Universidades de Salamanca e de Coimbra” (SÁ, 1980, p. 25).

Mesmo estando em Paris, Sanches ainda manteve contato com membros da corte russa. Segundo os estudos realizados por Victor de Sá,

Não vinha a Paris nenhum Russo, nenhum Português de qualidade, que não se dirigisse a casa de Sanches; todos vinham vê-lo não

somente como Médico célebre, mas como um homem raro, como um homem versado em todas as ciências: mesmo na política a mais profunda e, sobretudo como um homem virtuoso (SÁ, 1980, p. 28).

A relação com o reino russo novamente estreitou-se quando a imperatriz Catarina II (a quem o médico português havia tratado quando criança) ascendeu ao trono, em 1762, concedendo a Sanches uma pensão anual e vitalícia de mil rublos e o título de acadêmico honorário e pensionista da Academia Imperial de Ciências de São Petesburgo. Catarina II pretendia promover o progresso cultural do reino na Rússia, mas isso só seria viável, segundo Lemos (1911), se a imperatriz recorresse às competências estrangeiras e Sanches seria um dos grandes personagens que poderiam contribuir para a realização do projeto de reforma na Rússia. E, conforme as análises feitas por Rômulo de Carvalho:

Agora, de Paris, tão longa distância de Petesburgo e com tão morosas comunicações, Ribeiro Sanches passou a ser, para a Rússia, um conselheiro a quem se pediam pareceres sobre temas pedagógicos e científicos e cujas opiniões tiveram pesada influência nas reformas que então se planeavam nesse país (CARVALHO, 1979, p. 44).

O correspondente de Sanches na Rússia era Ivan Ivanovich Beckoj (1704-1795), General russo, assessor de Catarina II para a educação e diretor do Corpo Imperial de Cadetes. Era de Beckoj que o médico português recebia solicitações para dar seu parecer sobre diferentes assuntos. Ribeiro Sanches redigiu “[...] um longo projeto sobre o desenvolvimento do ensino das ciências na Rússia, no qual se incluía a reforma do Colégio dos nobres cadetes [...]”, como afirma Carvalho (1979, p. 44), o projeto foi intitulado *Sur la Culture des Sciences et des Beaux Arts dans l'Empire de Russie* (1765). Rômulo de Carvalho afirma que, o projeto elaborado por Sanches trouxe uma antecipação da ideia de criação de organismos estatais, destinados exclusivamente à condução das questões pedagógicas, o que se tornaria mais tarde, nos Ministérios da Instrução organizados nos países desenvolvidos. O historiador faz um resumo das ideias de Sanches, elaboradas no texto:

Como é sabido os trabalhadores russos viviam em regime de servidão, e os nobres a quem serviam eram seus proprietários. Bens e homens constituíam propriedade dos senhores. Sanches aplaudia

a distinção entre as duas classes, entretanto, não admitia a servidão. Em seu parecer os servos deveriam ser libertados, deveriam auferir benefícios que lhes concedessem dignidade humana, mas sem saírem da sua classe. Considerava Sanches que enquanto se não abolisse a servidão quer fosse na Rússia, onde estava generalizada, quer fosse em Portugal, onde existia em relação às pessoas de cor, quer fosse em outro qualquer lugar, não poderiam existir relações harmoniosas entre os homens, o que impossibilitaria o progresso social. Instrução para nobres não bastava para melhoria da sociedade, mas acompanhada de uma educação que lhes humanizasse o trato em relação aos homens mais desprotegidos. Sanches, no seu projeto, insinua a necessidade da abolição da servidão na sociedade russa, mas com certo compromisso de palavras [...]. Para o médico português as ciências dividiam-se em duas categorias, que designou por “ciências da governação” e “ciências úteis”. As ciências da governação eram seis: Moral, Direito natural, Direito público, Leis municipais e Economia dos Estados. Sanches considerava serem estas as ciências necessárias para o desempenho dos lugares de presidente, conselheiro e secretário dos tribunais. Como estes lugares só podiam ser ocupados por nobres, só os nobres poderiam seguir os cursos da ciência da governação. Estas seriam, portanto, leccionadas apenas nos colégios de nobres, ou colégio de cadetes. Os plebeus, que Sanches designa por *roturiers*, só poderiam receber o ensino de disciplinas “plebeias” que lhes abrissem caminho para virem a ser mercadores, artífices ou profissionais em várias atividades como, por exemplo, médicos ou engenheiros. No exército serviriam como soldados ou como oficiais de baixas patentes. Para isso, frequentariam aulas de certas matérias que constituíam as ciências úteis (Física, Química, Astronomia, História Natural, etc.). As ciências úteis seriam ministradas em universidades que os nobres eram proibidos de frequentar; as ciências da governação seriam ministradas em colégios de nobres, que os plebeus eram proibidos de frequentar (CARVALHO, 1979, p. 46-49).

Ainda, segundo Carvalho (1979), o General russo Beckoj recebeu o projeto de Sanches, fazendo grande proveito do mesmo e tecendo reconhecimento pelo trabalho do médico português, o que pode ser comprovado no texto impresso em 1774, em Petesburgo, *Planos e Estatutos*, para uma reforma geral do ensino do império russo. Ramos Júnior (2013) relata que Sanches havia redigido outro texto anteriormente ao de 1765, foi o *Plan sur la manière de nourrir et d'élever les enfants trouvés dans l'Hôpital de Moscou*, em 1764, e Carvalho (1979) afirma que o médico português escreveu mais treze trabalhos referentes a Rússia.

Ribeiro Sanches manteve pouco contato com o reino português, enquanto permaneceu na Rússia, temos relatos de que escrevera três cartas ao Dr. Manuel Pacheco de Sampaio Valladares (1673-1737) e por meio das relações mantidas entre a Academia Imperial de São Petesburgo e a Academia Real de História

Portuguesa (LEMOS, 1911). Após a vinda para Paris, os contatos portugueses se intensificaram e, a partir de 1750, com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) ao cargo de Ministro do rei D. José I, Ribeiro Sanches foi consultado pelo governo português, sobre a reforma do ensino médico, que se projetava no país. Maximiano Lemos relata:

Em 1758, o governo portuguez, preocupado com a renovação do ensino, mandou-o consultar sobre uma reforma dos estudos medicos. Por um officio de 19 de junho deste anno de Monsenhor Salema, ao tempo nosso enviado em Paris, sabe-se que já então Sanches estava trabalhando no desempenho desta commissão. Podia o ministro acrescentar que a obra estava quasi concluída, se o soubesse. Effectivamente, uma semana depois, o medico portuguez enviava-lhe o seu trabalho que saíra um pouco mais extenso do que a principio cuidava. Dizia ele que, se fosse bem accete a sua proposta de irem aos centros mais cultos aperfeiçoar-se ou estudar alguns alunos, e de se estabelecer uma Escola geral e real de medicina, escreveria como esta sciencia deveria ser ensinada e aprendida e como se estabeleceriam os exames e graus academicos. Tencionava tambem escrever sobre os estudos e pratica da cirurgia. Os seus projetos abrangiam igualmente uma reforma do ensino da pharmacia e um regulamento de boticarios e droguistas. Ahi se occuparia dos damnos que resultavam das pharmacias das comunidades religiosas. Em todo o seu trabalho Sanches se preocupava com a questão economica, não querendo que a despeza fosse superior ao proveito que dela resultava (LEMOS, 1911, p. 168-169).

O projeto de Ribeiro Sanches foi enviado para o reino por Pedro da Costa de Almeida Salema (representante português na França), em 3 de julho de 1758, obtendo a aprovação para dar continuidade aos trabalhos. Foi por intermédio de Salema, que o governo português concedeu-lhe uma pensão anual de 360\$000 réis, começando a ser pago em 1759.

Para colaborar na elaboração do texto, foi enviado de Lisboa para Paris, o médico Joaquim Pedro d'Abreu. No entanto, houve divergências de opiniões entre Sanches e o Dr. Joaquim. De acordo com Lemos (1911), Abreu não aceitava as ideias de Ribeiro Sanches quanto ao envio de estudantes para o estrangeiro, como também, afirmava que em Portugal já havia professores capacitados para ensinar a anatomia, a botânica e a farmácia, não havendo necessidade de capacitação no estrangeiro. Devido a essas divergências, foi lento o processo de conclusão do *Methodo para aprender e estudar a medicina*, e a redação do texto não se manteve semelhante às sugestões expostas no projeto inicial.

A redação do *Methodo* foi concluída em 1761, mas só foi impressa em 1763, junto com os *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real*, texto importante para a reforma dos estudos médicos da Universidade de Coimbra, que ocorrera em 1772. Enquanto preparava o trabalho sobre as reformas médicas, Sanches também escrevia outra obra com assuntos bem diferentes, as *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760). Destinadas ao Monsenhor Salema, as cartas foram escritas, tendo como propósito, contribuir para a reforma pedagógica que estava ocorrendo na nação portuguesa (LEMOS, 1911).

Após a conclusão desses trabalhos, Sanches preparou um novo texto sobre a organização de um Tribunal de Medicina, que estivesse sob sua responsabilidade, a inspeção e direção do exercício da profissão e uma equipe composta por médicos, um presidente do tribunal, um fiscal ou delegado do procurador da coroa, um doutor em leis e um secretário. O texto foi intitulado: *Apontamentos para estabelecer-se um tribunal e collegio de medicina na intenção que esta sciencia se conservasse de tal modo que sempre fosse util ao Reino de Portugal e aos seus dilatados domínios*, publicado em Paris, em 17 de julho de 1761. O médico português sugeriu que ficaria incumbido de prestar assistência aos profissionais da área médica, organizar uma farmacopeia e um regimento dos medicamentos, como também, cuidaria de providenciar ações por ocasião das epidemias. Estaria sob a responsabilidade dessa organização, a instituição de um Colégio Real de Medicina, semelhante ao modelo da Sociedade Real de Londres (LEMOS, 1911).

Sanches, ao propor a criação do Tribunal de Medicina, defendeu a necessidade de o Estado ter o controle das questões relativas à saúde e as doenças que ameaçavam a população, como também, gerenciar a “profissionalização dos médicos, cirurgiões, parteiras, dentistas e boticários” (BOTO, 2017, p. 84). Para que houvesse esse controle, a medicina deveria estar sob a jurisdição estatal.

No entanto, a pensão que Sanches recebia foi interrompida em 1761, dificultando a continuidade dos trabalhos. A pensão foi cancelada por Salema, sem a autorização do rei D. José, devido a atritos pessoais com Sanches. O médico português sequer havia recebido pela impressão do *Methodo para aprender e estudar a medicina*, o que só ocorreu em 1769 quando o Marquês de Pombal lhe restituiu a pensão e o valor gasto com a impressão da obra (LEMOS, 1911).

Muitos outros manuscritos foram escritos por Sanches após a restituição de sua pensão, mas Maximiano Lemos afirma que, se fossem remetidos a Lisboa, seria

duvidoso encontrarem boa acolhida pelo conteúdo que expressavam, como nas sugestões, quanto à secularização do reino português, semelhante ao ocorrido na Rússia. Assim, Ribeiro Sanches acompanhava de Paris a reforma pedagógica que acontecia em Portugal, mas irritava-se ao ver que as suas ideias não eram aproveitadas com o mérito que lhes cabiam e, segundo ele, eram minimamente colocadas em prática por poucos (LEMOS, 1911).

Com o passar dos anos, as enfermidades foram se agravando e, de acordo com Lemos (1911, p. 143), Sanches se afastava lentamente da clínica. “Então, no silêncio do seu quarto, entre os seus livros, passou o resto da vida que tinha diante de si.” Ribeiro Sanches faleceu em 14 de outubro de 1783, aos 83 anos.

Vimos, portanto, no mapeamento que realizamos sobre as principais obras acerca de Ribeiro Sanches e na análise de sua biografia, que a trajetória do médico português foi dedicada intensamente ao estudo, a pesquisa, a prática da medicina e ao registro de suas ideias, demonstradas pela variedade de temas que escreveu e na diversidade de textos publicados.

O pensamento reformador de Ribeiro Sanches e as produções por ele desenvolvidas foram grandemente influenciados pelo movimento de ideias que se espalhavam pela Europa no século XVIII, denominado “século das luzes”. Embasados nos ideais do racionalismo e do progresso, intelectuais que viveram em diferentes países europeus, refletiram de acordo com seus costumes, tradições, modos de pensar, a concepção de homem, a formação dos reinos e da sociedade naquele período. Esse movimento de ideias produziu diferentes modos de reflexão sobre a constituição humana e esses pensamentos foram transmitidos por meio dos escritos que circularam pela Europa, que também se fizeram sentir em Portugal, de certa forma, por meio das medidas reformadoras sugeridas por Ribeiro Sanches.

3 O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ILUMINISTA

Neste capítulo analisaremos o processo de desenvolvimento do Iluminismo na Europa e, conseqüentemente, em Portugal. Para isso, contextualizaremos os acontecimentos econômicos, políticos, religiosos ocorridos na sociedade europeia. Em Portugal, discorreremos sobre os acontecimentos da primeira metade do século XVIII, até o reinado de D. José I. Analisaremos também as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, no sistema de ensino do império lusitano.

O período correspondente ao século XVIII é considerado, pela historiografia, como o período das “luzes”, do desenvolvimento científico e tecnológico e de grandes revoluções. Para compreendermos como ocorreram essas mudanças, precisamos retroceder a séculos anteriores, nos quais observamos que as mudanças e os acontecimentos não aconteceram isoladamente de fatos e circunstâncias antecedentes, nem de rupturas históricas que delimitaram o fim de determinado período e início de um novo marco histórico. Nesse contexto, consideramos que as relações sociais se dão de modo intermitente e não podemos falar de transição de um determinado período, sem considerar os acontecimentos anteriores e posteriores ao dado histórico analisado.

Esta premissa acontece quando analisamos o “século das luzes” e o movimento das ideias defendidas pelos intelectuais daquele período. Para isso, é necessário contextualizarmos o momento histórico em que as ideias iluministas ganharam força e, nesse sentido, compreendermos as mudanças que se faziam emergentes na sociedade que estava em ascensão.

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO ILUMINISMO

Partimos, então, para compreensão da sociedade medieval dos séculos XIV e XV, momento, como afirma o professor Jorge Grespan (2008), de grande crise econômica e política. Tal período, “[...] havia enfraquecido o poder local dos senhores feudais e das cidades que gozavam de certa autonomia, permitindo que fossem combatidos com crescente eficácia pelos reis, especialmente na França, Inglaterra, Portugal e Espanha” (GRESPLAN, 2008, p. 22).

O sistema feudal foi um sistema social, político e econômico que marcou a alta Idade Média e surgiu de heranças romanas e germânicas. Teve como principal característica, a fragmentação do poder do rei, em que a relação política estava demarcada em união recíproca entre suserano e vassalo (FRANCO JÚNIOR, 1983). Nessa relação, Franco Júnior (1983) afirma que, o suserano era aquele que concedia terra ao vassalo, e este, por sua vez, colhia os impostos e devolvia parte ao suserano. Aquela era uma sociedade agrícola, sua economia estava centrada na agricultura, no entanto, havia também, outras atividades econômicas que eram praticadas:

Além de artesãos ambulantes que iam de região em região manufaturando a matéria-prima local em troca de casa, comida e umas poucas moedas, quase todo senhorio tinha sua própria produção artesanal. Os trabalhadores eram os camponeses, com os mais hábeis sendo utilizados nas tarefas que requeriam mais cuidado e qualidade (armas, por exemplo). As matérias-primas a serem transformadas eram quase sempre produzidas no local, fossem de origem animal (leite, carne, couro, lã, ossos), vegetal (fibras têxteis, madeira) ou mineral (ferro, chumbo, carvão). Assim, cada grande domínio agrícola procurava produzir tudo que fosse preciso na vida cotidiana: queijo, manteiga, carnes defumadas, tecidos, móveis, utensílios domésticos, instrumentos agrícolas, armas etc. (FRANCO JÚNIOR, 1983, p. 30).

Portanto, no sistema feudal havia uma economia agrária, mas não isolada de outros produtos tipicamente urbanos. O comércio era mantido por mercadorias que eram encontradas em alguns feudos, enquanto que, em outros, diferentes mercadorias eram produzidas. Os produtores faziam feiras onde trocavam esses produtos excedentes de sua subsistência.

A sociedade feudal europeia estava dividida em três classes ou ordens: *oratores*, *bellatores* e *laboratores*. A primeira ordem era composta pelo clero, que orava para afastar as forças do mal e buscar os favores divinos. Na segunda classe estavam os guerreiros, que lutavam para proteger a sociedade contra os infiéis (muçulmanos) e os pagãos (vikings, húngaros, eslavos). E os *laboratores*, terceira classe, era composta pelos trabalhadores que, com seu trabalho, sustentavam-se e pagavam diversos impostos para o senhor feudal (FRANCO JÚNIOR, 1983). Essa divisão de classes era justificada pela Igreja, que baseava essa organização na ordem celeste: assim como Deus é trino e também uno, a humanidade, feita à imagem do Criador, também deve ser una e trina, desigual, como as funções dos

seres celestiais, mas obediente, para que todos sejam um e se unam num único propósito: servir ao senhor (FRANCO JÚNIOR, 1983).

Diante dessa concepção de sociedade feudal, presente na Alta Idade Média e Idade Média Central (séculos XI a XIII), nos séculos XIV e XV, a Baixa Idade Média, se configurou em um período de grandes conflitos sociais, econômicos e políticos próprios de um sistema que estava chegando a um colapso, por não poder mais sustentar sua própria estrutura. Franco Júnior (1983) defende que: “Esta crise foi global, com todas as estruturas feudais sendo fortemente atingidas. Portanto, é claro, a manifestação da crise em cada setor refletia-se nos demais, num complexo entrecruzamento” (FRANCO JÚNIOR, 1983, p. 78). O historiador David Nicholas (1992) afirma que, uma grande parte das terras agrícolas, no final do século XIII, tinha sido expandida em regiões pouco férteis e que não era propícia para a agricultura. Com o aumento da população, a maioria dos agricultores não tinha terras para sustentar as famílias, migrando de propriedade em propriedade, a procura de trabalho. Além disso,

Uma série de más colheitas, que começou em 1310, culminou em 1315, quando praticamente todas as colheitas do norte da Europa foram destruídas pelas chuvas torrenciais. Os preços dos cereais subiram em flecha, passando a haver uma fome generalizada. A má nutrição de 1315 deu origem, em 1316, a uma peste, uma vez que muitos estavam simplesmente demasiado fracos para resistirem à doença (NICHOLAS, 1992, p. 441).

A Peste Negra, que ocorreu entre 1348 a 1349, causou um grande desolamento em toda a população europeia, matando, de um quarto, a um terço da população. Nas cidades, a mortandade foi maior, perdendo quase metade dos habitantes. Aldeias inteiras deixaram de existir, devido à peste bubônica e às demais pragas que ocorreram nos anos posteriores (NICHOLAS, 1992).

Devido à crise na lavoura, houve grande exploração dos servos pelos senhores feudais, aconteceram altas nos impostos e a vida nos feudos se tornou cada vez mais insuportável. Ocorreram brigas por disputas de territórios agrícolas entre os senhores feudais e, com as fortes chuvas que precipitaram, muitos perderam terras cultiváveis e disputavam novos territórios. Ocorreram, também, vários levantes servis contra os senhores das terras, conhecidos como *jacqueries*. Nesses levantes, muitos nobres foram assassinados (ANDERSON, 1994).

As pestes, a fome e os desastres nas lavouras fizeram com que muitos trabalhadores migrassem dos campos para as cidades. Nos burgos, surgiram outras classes de trabalhadores: os artesãos, comerciantes, cambistas, banqueiros. As guerras constantes, como a Guerra dos Cem Anos (disputa por território entre franceses e ingleses), enfraqueceram o poder dos senhores feudais e fortaleceram o poder dos reis, que buscavam, cada vez mais, centralizar e unificar o território para maior controle do soberano (GRESPLAN, 2008).

Nos feudos, tudo era particular, cada feudo tinha sua própria moeda e suas leis próprias. Para comercializar seus produtos, o comerciante deveria pagar pedágio em cada feudo que passasse. Isso trazia enormes prejuízos ao burguês, desta forma, as fronteiras se tornaram obstáculos para o comércio (GRESPLAN, 2008).

Os burgueses não possuíam nome nobre e nem poder para combater os senhores feudais, mas tinham dinheiro e, assim, tornaram-se aliados dos reis, pagando impostos apenas para o monarca. Isso fortaleceu o poderio do rei. Com os impostos pagos pela burguesia, os reis se equiparam e combateram os senhores feudais, unificando pesos e medidas, moedas, e eliminando fronteiras. Esta ação do monarca trouxe embates, não apenas às senhorias feudais, como também, às cidades relativamente autônomas da autoridade real.

Quanto às cidades e suas burguesias de mercadores e mestres artesãos, a centralização do poder implicou retirar delas a autonomia para determinar a qualidade e a quantidade dos bens produzidos e comercializados. Essa autonomia, garantida pela Idade Média pela fragmentação da autoridade, contraria a necessidade concentradora do Estado moderno e levou a um longo confronto de interesses entre este e os patriciados urbanos, às vezes muito poderosos (GRESPLAN, 2008, p. 24).

O poder central, na figura do rei, manteve o domínio sobre as fronteiras, controlando-as e as coordenando para seu próprio benefício. Se os senhores feudais cunhavam moedas, fixavam impostos, leis e taxas, cobravam pedágios, em seu benefício, esses privilégios eram então concentrados para a monarquia absoluta que centralizava, unificava e convergia o poder sobre todos dentro de um território.

Esse cerceamento da monarquia, no intuito de unificar os territórios e fortalecer o domínio do Estado, se deu, também, ao fato de que as ideias defendidas pelos reformistas protestantes estavam sendo disseminadas pelos países europeus

e, assim, era necessário impor o controle para impedir a invasão da nova doutrina, que se propagava fundamentada na defesa da fé na *sola scriptura*¹⁶, em detrimento das tradições impostas pela Igreja, por séculos (ANDERSON, 1994).

A ordem social centralizadora deste período é conhecida como Absolutismo Monárquico, onde a figura do rei era soberana e o governo gravitava em torno dele de maneira praticamente incontestável. Entretanto, devemos entender que no regime absolutista o monarca não governava sozinho. O soberano tinha seus conselheiros, geralmente eram nobres, a quem consultava, e o Parlamento ou Assembleias Gerais, com representantes da sociedade: clero, nobreza e burguesia (GRESPLAN, 2008).

O Absolutismo Monárquico se estendeu do século XVI ao século XVIII, nesse período, os reis ganharam grande prestígio e poder. Uma das mais proeminentes figuras daquele período foi Luís XIV (1638-1715), “o Rei Sol”, pois tudo gravitava em torno de si, e a ele se atribui a famosa frase *L'Etat c'est moi* (O Estado sou eu). Nas palavras do historiador Samuel Mateus:

O Sol é o astro-rei que simboliza precisamente esta autodeterminação dos tempos acentuadamente modernos. É ele que incessantemente ilumina cada manhã, ao mesmo tempo que permite a orientação do homem. Mas é também ele que torna aparente toda a ordem, regularidade e harmonia cósmicas funcionando como medida de todo o comportamento, compassando os tempos de actividade e de ócio. Luís XIV, o Rei-Sol, aproveitou toda a aura luminosa do Astro-rei para se mostrar à corte. Tal como o Sol fazia gravitar à sua volta os planetas, assim o magnífico rei se colocava no centro da corte francesa (MATEUS, 2013, p. 8).

Luís XIV, rei da França, tornou-se símbolo do Absolutismo Monárquico, ao concentrar em sua Corte a aristocracia, mantendo a nobreza ao seu redor, para manter o controle. Construiu o Palácio de Versalhes em 1682, quando transferiu a capital da França, de Paris para Versalhes. O Rei Sol fez diversas reformas em seu reinado, exercendo poder absoluto sobre todos os seus súditos. Os camponeses e os artesãos viviam em grande miséria, e a Corte ostentava o luxo e esplendor. Em 1685 revogou o Édito de Nantes, que proclamava liberdade religiosa aos protestantes, iniciando grande perseguição contra estes (ANDERSON, 1985).

¹⁶ Termo defendido pela Reforma Protestante de que a Bíblia é a única regra de fé e prática, estando acima das tradições e dogmas apresentados pela Igreja Católica.

Durante o reinado de Luís XIV, o rei manteve sob seu controle, as fronteiras e barreiras existentes, criando os “Regulamentos” das manufaturas francesas. De acordo com Jorge Grespan:

[...] tais regulamentos conservam as limitações típicas das antigas corporações de ofício e de comércio, estabelecendo a forma de produção, o número de mestres, aprendizes e assalariados de cada manufatura, bem como o tipo e a quantidade de cada produto e a esfera de sua comercialização (GRESPLAN, 2008, p. 25).

Esse cerceamento de fronteiras, com a criação dos Regulamentos e das guildas nacionais, em parte, trouxeram benefícios para os Estados europeus, pois romperam com a fragmentação do comércio e da economia presentes no feudalismo (GRESPLAN, 2008). Para Jorge Grespan, naquele momento, nascia o assim chamado “mercantilismo”, enquanto doutrina econômica, teoricamente elaborada, ou seja, a “política de regulamentação governamental da economia, que passa a ser concedida também como esfera pública e não apenas privada” (GRESPLAN, 2008, p. 24). Todavia, essa regulamentação contraiu o comércio e favoreceu a alta dos preços dos produtos, por não haver concorrência. Assim, o mercantilismo, que serviu para regulamentar o comércio, pressionou esse mesmo setor, levando-o à crise.

A burguesia (composta pelos comerciantes, banqueiros, médicos, etc.), os trabalhadores e os camponeses, em geral, compunham o Terceiro Estado e era quem pagava os impostos, sustentando a nobreza (segundo Estado) e o clero (primeiro Estado). Os burgueses já não aceitavam passivamente a ideia de soberania plena do rei e a constituição divina da Igreja. Desejam, então, assumir o controle da sociedade tripartida.

Com esse novo modo de pensar a sociedade, os questionamentos se tornaram cada vez mais racionais, produzindo antagonismos entre a fé e a razão. Um movimento intelectual despontou composto por filósofos, homens de letras e pensadores, que buscavam respostas para os dilemas que enfrentavam e também, para compreenderem as razões dos fatos. Assim, a partir do século XVIII, a Europa passou por um processo de mudança no campo das ideias, ocasionando em transformações nos diferentes aspectos da sociedade, desde a produção material, quanto à mentalidade humana. Eram as “Luzes” que invadiam a Europa.

3.2 AS LUZES INVADEM A EUROPA

O Iluminismo, como movimento, como ficou conhecido, é também chamado de Ilustração, termo que, de acordo com Falcon (1986a) seria mais correto Luzes, no sentido de oposição entre luz e sombra, entre dia e noite. Sendo compreendido como o rompimento das superstições, dos erros e da ignorância dos séculos anteriores. Nas palavras de Francisco Calazans Falcon:

Podemos, por exemplo, tentar compreender o *Iluminismo* como culminação de um processo, ou como um começo. Enquanto ponto de chegada, o *Iluminismo* aparece como o clímax de uma trajetória cujos começos se identificam com o Renascimento, mas que só alça vôo realmente com a revolução científica do século XVIII (FALCON, 1986a, p. 6).

Para o filósofo Immanuel Kant (1724-1804), o *Aufklärung* (Iluminismo em alemão) tinha como definição, o “pensar por si mesmo”. Ele sintetizou assim, *Aufklärung*.

A saída do homem da sua menoridade, pela qual ele é responsável. Menoridade, isto é, incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem a orientação de outrem, menoridade pela qual ele é o responsável porque a causa dessa incapacidade não está numa deficiência do seu entendimento, e sim na falta de decisão e de coragem para ele servir-se sem a direção de outrem. *Sapere Aude!* Tem coragem de servir-te do teu próprio entendimento! Eis a divisa das “Luzes” (KANT, 1985, p. 100).

Para Falcon (1986a), esse novo pensar significava “criticar, duvidar e, se necessário, demolir” o pensamento tradicional. Os preconceitos, os ídolos, as superstições eram considerados impedimentos para a construção do conhecimento que conduziria à racionalização das ideias. A razão era o fundamento, a base do pensamento era um guia que direcionava o intelecto no caminho da descoberta. De acordo, ainda com Falcon, “Para o pensamento iluminista, a razão é trabalho, trabalho do intelecto, cujas ferramentas são a observação e a experimentação. A razão é instrumento de mudança” (FALCON, 1986a, p. 37). Nesse contexto de embates entre antigos e modernos:

Pensar por si significa, para os modernos, fechar o livro das escrituras para reescrever um outro mais consonante com os

avanços observados. Nada impede tanto o progresso do homem como a admiração encantatória pelos antigos que obstaculiza que ele próprio conheça. Segundo a crítica dos partidários dos modernos, os antigos confundem a novidade com o erro e a antiguidade com a verdade, como se a teoria da circulação sanguínea de William Harvey fosse falsa apenas por ser nova. “As ideias e palavras de verdade e antiguidade, de falsidade e de novidade estiveram ligadas umas com as outras: de facto, o comum dos homens não a separa mais, e as pessoas de espírito sentem mesmo alguma pena em separá-las convenientemente” (MATEUS, 2013, p. 10, aspas do autor).

Esse livre-pensar caracterizou o Iluminismo como deísta, isto é, acreditava em Deus e na compreensão divina por intermédio da razão, mas não defendia uma religião própria. Também foi anticlerical, pois defendeu a separação entre Igreja e Estado, e não julgava necessária a mediação da Igreja entre Deus e o homem. No entanto, Falcon (1986a) afirma que esse anticlericalismo não significou uma rejeição ao cristianismo, mas o seu alargamento, para compreensão plena das revelações contidas na Bíblia, que ampliariam o entendimento por meio da razão.

Presentes nessa nova ordem social estavam pensadores, que justificaram o poder absoluto dos reis europeus. De acordo com Victor de Sá (1980), esses intelectuais, “Pensavam que só um monarca bom, sensato, amando o seu povo e guiando-se por sábias leis, seria capaz de promover o bem do país, com um Estado organizado segundo os princípios de ordem, de clareza e de unidade que a razão imprimia a todas as coisas” (SÁ, 1980, p. 32).

Esses intelectuais eram os propagadores das luzes, cujos mentores foram: Nicolau Maquiavel (1469-1527), Jean Bodin (1530-1596), Thomas Hobbes (1588-1679), Jean Jacques Bossuet (1627-1704), John Locke (1632-1704), Charles Louis de Secondat, o Barão de Montesquieu (1689-1755), François Marie Arouet, conhecido pelo pseudônimo de Voltaire (1694-1778), Jean Le Rond D’Alembert (1717-1783) e Denis Diderot (1713-1784), organizadores da *Enciclopédia ou Dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios*¹⁷, e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

¹⁷ Calazans Falcon cita o objetivo da Enciclopédia organizada por Diderot e D’Alembert: “O objetivo de uma *Enciclopédia* é o de reunir os conhecimentos que estão esparsos sobre a superfície da terra, expor o sistema geral desses conhecimentos a todos os homens, e transmitir àqueles que virão depois de nós esse mesmo sistema, pois é preciso que os trabalhos dos homens dos séculos passados não tenham sido inúteis para aqueles dos séculos que ainda estão por vir” (FALCON, 1986a, p. 81).

Naquela sociedade de aceleradas mudanças, as ideias dos precursores do Iluminismo se expandiram e debilitaram a crença em um poder supremo e soberano. Ideias como a do filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), que introduziu em seus trabalhos a experiência e o método indutivo; o físico, matemático e astrônomo italiano Galileu Galilei (1564-1642), que questionou a ideia de que a Terra estava no centro do universo; René Descartes (1596-1650), matemático e filósofo francês, defendeu o método lógico e racional para construção do pensamento científico; Isaac Newton (1642-1727), cientista inglês, descobriu as leis da gravidade. Esses pensadores questionavam as verdades tidas como absolutas e legitimadas pela monarquia, que proclamava sua ascensão ao poder como transcendente, de origem divina. Essas discussões levariam a sociedade a novos e intrigantes resultados. Nesse sentido, o pesquisador Iverson Silva afirma:

O Iluminismo foi o ápice das transformações que vinham ocorrendo no espaço sociocultural da Europa setecentista. Designado o *século das Luzes* por pensadores daquele momento, o século XVIII foi o espaço/tempo para grandes questionamentos e transformações na Europa. A *Ilustração ou Iluminismo* foi o movimento filosófico que permitiu tal classificação: com suas propostas percorreu toda a Europa e, até mesmo, extrapolou suas fronteiras. Ergueu a bandeira da *razão* e o ideário de um caráter *universal e imutável da natureza humana*. Pois a *razão* era, em última instância, o mecanismo que permitiria o constante *progresso* do homem e da sociedade – momento este em que não mais se teria o mundo regido pela *superstição* e a *ignorância*, principais causas do atraso do homem e sua sociedade. Outra característica é a amplitude de áreas de estudo abarcadas pelo movimento, que vão da filosofia ao desenvolvimento científico, marcando o universalismo (SILVA, 2017, p. 12).

No entanto, o movimento de ideias, que circulavam pela Europa, não se deu de modo heterogêneo, em todo o território europeu, pois, as ideias desenvolvidas em diferentes regiões permitiram apreensões diversas sobre os sentidos das Luzes e, assim, as formas de expressões ocorreram de acordo com cada cultura, mentalidade e política de determinada região europeia. O historiador Cabral de Moncada afirma que a introdução das Luzes em diferentes reinos impôs: “desvios, limitações e compromissos com o respectivo ambiente cultural preexistente, que determinaram nela formas estruturais objetivas e de atuação muito diferentes” (MONCADA, 1941, p. 11).

Em Portugal predominava a influência do clero sobre as questões do reino, e o que vigorava era a ideia de que o reino português “e o mundo ibérico como um todo, se colocavam em uma situação de atraso frente às mudanças que se processavam na Europa” (PIMENTA, 2015, p. 22), prevalecendo à defesa contra as mudanças e também, contra os porta-vozes das novas ideias. Diante dessa homogeneidade existente no reino, consolidou-se uma monarquia centralizada, e Portugal atrelou-se a uma Ilustração moderada, definida pelos historiadores como “despotismo esclarecido” ou “absolutismo ilustrado”, conforme definiu Calazans Falcon (1986b). Entretanto, assim como em outras regiões da Europa, em Portugal as críticas quanto à cultura, à política, à economia e à educação no reino, também se fizeram emergentes (ASSIS, 2016).

Naquele período, alguns reis absolutistas mantiveram o governo com a aprovação dos filósofos e atendendo os interesses dos súditos, no entanto, mantendo o poder absoluto. Para Falcon:

O *despotismo esclarecido* corresponde na verdade àquilo que os historiadores denominam de *absolutismo ilustrado*. Seu estudo rigoroso é indissociável de questões bem mais abrangentes: o *Iluminismo e a Ilustração política*, por um lado, o Estado absolutista, o mercantilismo, a sociedade do Antigo Regime, por outro. Em suma, trata-se de um problema que remete em última instância ao processo de transição do feudalismo ao capitalismo na Europa, entre os séculos XV, XVI e XVIII / XIX (FALCON, 1986a, p. 6).

No Absolutismo Ilustrado, o modo de agir do príncipe era diferente daquele adotado por Luís XIV, que se dizia absoluto em sua forma de governar. O Estado não existia apenas para atender os interesses do príncipe, mas de todos os súditos. Esse príncipe esclarecido pretendia assegurar a felicidade pública e o bem de todos. No entanto, tornava-se ambíguo esse modo de agir, pois, ao mesmo tempo em que buscava satisfazer os anseios da população, o príncipe também mantinha seus próprios interesses, prevalecendo à autoridade absoluta.

Para a formação do príncipe esclarecido, desde a sua meninice deveria ser educado essencialmente por filósofos, para que fosse preparado a assumir o trono, tendo uma mentalidade ampla, inovadora, racional e esclarecida. De acordo com Falcon (1986b), o príncipe buscava a ilustração para melhor administrar o reino, mas o conhecimento adquirido não seria para beneficiar o indivíduo, porém, o próprio Estado. Um exemplo disso é a tolerância religiosa, que traria mais benefícios ao

reino, do que a intolerância com suas perseguições e conflitos, enfraquecendo o poder da coroa.

A Ilustração no reino luso se evidenciou com as mudanças ocorridas durante o reinado de D. José I (1750-1777), com a administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782), como primeiro-ministro do rei. Pombal, enérgico e tenaz, “procurou destruir as resistências da alta nobreza e dos jesuítas aos seus projetos regalistas” (FALCON, 1986b, p. 63). Estimulou o comércio, sobretudo com as colônias, impulsionou as manufaturas, reorganizou o funcionamento da arrecadação das receitas e das despesas, modernizou o ensino, fazendo grandes mudanças na Universidade de Coimbra, e também promoveu a reforma da Inquisição, transformando-a em tribunal de Estado. Os portugueses que viveram no exterior, dentre eles o Marquês de Pombal, tiveram contato com as ideias iluministas e buscaram disseminar, em Portugal, as mudanças que se faziam emergentes (FALCON, 1986b). Outro português que tivera contato com o exterior, fora Sanches que, de acordo com Victor de Sá:

[...] foi um dos representantes portugueses mais categorizados do iluminismo, não porque se tivesse ocupado a publicar obras de carácter doutrinário, mas pela influência directa que exerceu sobre os estadistas no sentido de adoptarem medidas e de promoverem reformas económicas e sociais de carácter liberalizador. Nesse sentido, a sua ação foi de um *clerc*, atento aos problemas estruturais da sociedade e preocupado em equacioná-los ao nível dos órgãos superiores do Estado (SÁ, 1980, p. 33).

Diante desse contexto, o Iluminismo representou um marco de um período de mudanças e de transição entre pensamentos antagônicos, que se colidiam e requeriam novos conhecimentos e maiores comprovações dos fatos. A busca pela ciência, a verificação dos fatos, a compreensão criteriosa do desconhecido, não mais se satisfaria com explicações místicas, porém tudo era questionado e comprovado pela ciência. Samuel Mateus defende que:

O discurso da modernidade, como época iluminada, inédita e superior a todas as outras, é apenas um entre outros discursos, embora se destaque precisamente como parecendo ser o único possível. Ele pretende abarcar e encerrar toda a experiência, capturar o tempo presente, aprisionar a actualidade de modo a impor a sua própria concepção do futuro (MATEUS, 2013, p. 16).

Nesse sentido, podemos dizer que o significado concreto das “luzes” tem o sentido de permitir que se enxergue em meio à escuridão e, portanto, não ficar à mercê do lugar onde se está. Metaforicamente, é a razão que se guia livremente e permite ao homem ver e se ver no mundo sem as crendices, superstições, que o deixam dependente daquilo que ele domina. A razão iluminista preconizava a independência do pensamento humano das amarras da religião, do obscurantismo do pensamento humano ligado ao supersticioso.

Assim, as “luzes” invadiram a Europa e as mentalidades nunca mais seriam as mesmas, diante do movimento de ideias que insurgiam e que até hoje nos movem e nos tornam, em sentido lato, também iluminista.

3.3 O ILUMINISMO PORTUGUÊS E AS REFORMAS POMBALINAS NO ENSINO

Diante das mudanças que aconteciam na Europa, no século XVIII, imperava a ideia de que Portugal e toda a Península Ibérica estavam inseridos em um contexto de atraso e decadência, frente aos avanços intelectual e científico, que se processavam na Europa (CARVALHO, 2008). Segundo o historiador Rodrigo Mello Pimenta: “No século XVIII, ser atrasado significava não estar colocando em curso as mesmas transformações que estavam em voga na França e na Inglaterra” (PIMENTA, 2015, p. 22). De acordo com o pesquisador, a historiografia portuguesa no Setecentos, bem como os intelectuais que produziram as obras investigadas naquele período, interpretavam a situação de Portugal como decadente, quando comparada ao estrangeiro.

Nas análises feitas pelo historiador Flávio Rey de Carvalho, essa perspectiva de decadência, defendida pelos intelectuais portugueses, pôde ser assim entendida:

O mal-estar luso [...], era sentido não exclusivamente em relação a outros países, mas, principalmente, na comparação à situação pregressa de prestígio e vanguardismo vivida pela Península Ibérica no início do Quinhentos. A confrontação gerou um complexo de inferioridade, não em relação ao caminho diferente traçado pelos demais países da Europa durante os séculos XVI e XVII, mas à perda do status vivido no passado. [...] Com os descobrimentos marítimos, realizados a partir do final do século XV, a Península Ibérica conquistou posição de destaque no cenário da cultura europeia. O quadro se alterou, todavia, com a Reforma e a Contra-Reforma, ambas ocorridas no decurso do Quinhentos. A partir daí, o caminho optado pelos portugueses foi diferente daquele trilhado

pelos países cuja religião havia sido reformada, pois a Reforma marcou o nascimento de “duas Europas”: a protestante e a católica. Com o recrudescimento doutrinário proposto no Concílio de Trento (1545-1563), Portugal passou a lutar avidamente pela manutenção dos princípios culturais e morais defendidos pelo catolicismo. Uma das medidas adotadas nesse sentido foi a cessão paulatina das atividades de ensino do país aos padres da Companhia de Jesus (CARVALHO, 2008, p. 22-23).

Diante da necessidade de proteger as fronteiras do reino luso contra as influências externas, a Igreja se tornou uma forte aliada do Estado “[...] preenchendo e exercendo atividades significativas, na esfera administrativa civil, jurídica e social, destacando-se, nessa última, frente às ações assistenciais e educativas” (PIMENTA, 2015, p. 30).

Além da busca pela manutenção da religião no reino luso, outros fatores contribuíram para a questão do atraso em Portugal. Flávio Rey de Carvalho afirma ainda que:

No século XVII, o país passou por sérios problemas de ordem política: as dificuldades decorrentes da União Ibérica (1580-1640) e a luta pela Restauração a partir de 1640. Houve todo um empenho no sentido de restabelecer, de maneira independente e própria, as instituições do reino português e garantir o seu reconhecimento como nação soberana no cenário internacional. [...] Essas questões, monopolizaram os interesses dos portugueses até o início do Setecentos, fazendo com que eles não se atentassem aos acontecimentos e às mudanças em curso do outro lado dos Pireneus (CARVALHO, 2008, p. 24-25).

Somada a essas questões de justificativa para questão do atraso em Portugal, estava a ideia divulgada até meados do século XX, de se compreender o Iluminismo como tendo sido homogêneo em todos os sentidos, e o “que não estava enquadrado nesse modelo era visto como atraso ao progresso que estava em curso na Europa” (PIMENTA, 2015, p. 22). Nesse sentido, Cabral de Moncada, defende que “o Iluminismo está longe de ter sido um movimento uniforme e homogêneo em toda a Europa. Não houve, rigorosamente, um Iluminismo único: houve vários Iluminismos” (MONCADA, 1941, p. 11).

Ainda, segundo Moncada, o iluminismo português foi “[...] essencialmente Reformismo e Pedagogismo. O seu espírito era não revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista” (MONCADA, 1941, p. 12).

Concomitantemente ao projeto de modernização do país, os iluministas portugueses almejavam inserir o reino luso entre os Estados desenvolvidos e, para isso, precisavam preparar homens capazes de gerir os negócios do reino. Nesse sentido,

Não se tratava de retomar um passado colonial glorioso, mas, de organizar a economia com o que havia de mais moderno, tecnológico e científico, aos moldes das nações industrializadas, em especial, a Inglaterra. Para tanto, era necessário formar homens aptos a atuarem e comporem os quadros burocráticos e administrativos do Estado, ou que estariam a serviço dele qualquer que fosse sua área de atuação profissional (RUCKSTADTER, 2012, p. 26).

O ideário de modernização e progresso, defendido pelos iluministas, estava intrinsicamente ligado à fé na educação, como agente propulsor das mudanças almejadas, tanto como potencializadora para o controle social, quanto como meio de desenvolvimento para a prosperidade dos povos (BOTO, 2010). Segundo a professora Vanessa Ruckstadter: “[...] o pensamento iluminista foi o responsável por construir a ideia do papel redentor e civilizador da nação” (RUCKSTADTER, 2012, p. 31). O historiador Samuel Mateus afirma que: “É com o Iluminismo do século XVIII que assistimos a mais feroz e empolada afirmação da modernidade, a qual repele categoricamente o seu sentido humanista retrospectivo e instaura como ideal acabado da perfeição a sua própria auto-erigida autoridade” (MATEUS, 2013, p. 8).

Nessa perspectiva, a presença dos ideais iluministas em Portugal, defendidos pelos intelectuais portugueses, favoreceu as mudanças ocorridas no reino luso, ao serem promovidas ações de racionalização, de centralização e a secularização do ensino pelo Estado, especialmente, por meio das medidas empreendidas pelo Marquês de Pombal (FALCON, 1982).

Os avanços científicos, tecnológicos e educacionais, presenciados em determinados reinos europeus, contrastavam com a realidade da sociedade portuguesa, que exigia mudanças e reformas significativas, que proporcionassem a modernização do Estado. Para que fosse efetivado o controle sobre o reino, era necessário fortalecer o papel exercido pelo rei, como soberano absoluto, que mantinha em seu domínio as ações do Estado e retirava a hegemonia eclesiástica sobre a sociedade civil. De acordo com Carlota Boto: “o fenômeno da secularização

é um dos alicerces do Iluminismo e da modernidade, é um fenômeno que integra o movimento que separa moralidade da religião, que marca os limites entre Estado e Igreja” (BOTO, 2010, p. 283). O ideal de secularização direcionava as ações típicas das luzes nas reformas empreendidas em Portugal.

As ideias de mudança, de reforma e progresso eram fortemente divulgadas por portugueses que viveram fora de Portugal e presenciaram diferenças entre a cultura científica europeia e o “aristotelismo escolástico” tão presente em Portugal (ARAÚJO, 2003, p. 32). Esses portugueses foram denominados de “estrangeirados”, por terem resgatado as ideias vindas do exterior e, alguns, por terem obtido a educação no estrangeiro. A educação obtida no exterior era vista como “desnacionalizante, contrária à formação castiça” (FALCON, 1982, p. 320). Muitos desses portugueses eram judeus, que saíam da terra Natal, para fugirem das perseguições sofridas pelo Tribunal do Santo Ofício, como no caso de Ribeiro Sanches. Outros portugueses partiam para o estrangeiro em busca de conhecimentos científicos mais apurados, mas todos eles eram contrários à cultura tradicionalista, ao império do escolasticismo medieval e à intolerância defendida pela Inquisição. Nesse sentido, as dificuldades que enfrentavam em Portugal promoviam a condição de estrangeirado, pelo modo como observavam a situação portuguesa, em contraste com os reinos e as ideias que tinham tido contato. Assim,

A ambiguidade profícua dessa situação de estrangeirado adviria da observação da realidade estrangeira por parte de alguém que tem no seu país de origem a referência. A comparação com outros países parecerá, no caso, irresistível e inevitável. Os estrangeirados portugueses do século XVIII preocupavam-se com o atraso cultural do país. Consideravam que a situação do seu Portugal contemporâneo era de decadência: perante os países mais avançados da Europa; a luz dos rumos tomados pela colonização; diante do poder que um dia o país acreditou possuir (BOTO, 2010, p. 284).

Um grupo de portugueses defendia que a cultura adquirida fora de Portugal era desnacionalizante, contrária à formação castiça. Outro grupo, composta por aqueles que tinham acesso aos conhecimentos no exterior, e, portanto, presumiam ter um “[...] caráter superior perante a população nacional” (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 78), defendia o atraso no reino luso, diante dos contatos que tinham obtido no estrangeiro.

Assim, a forma de pensar o “estrangeiramento” estava muito ligada à cultura do povo lusitano e podemos considerá-lo, também, como uma “atitude mental”, própria de determinados setores da sociedade (FALCON, 1982).

Segundo Calazans Falcon (1982), o termo estrangeirado, pode ser considerado como um processo histórico, desde o período da Restauração, transpondo o século XVIII e o XIX afora. O historiador resume o processo histórico na demarcação de duas etapas: antes e depois da Restauração.

Antes, desde 1530/1550, operaram diversos fatores: 1) o insulamento mercantil, na medida em que a perda do domínio sobre a rota Lisboa-Antuérpia deixou para os portugueses apenas o tráfico do ultramar; 2) a intolerância religiosa: expulsão dos judeus e aparecimento dos cristãos-novos; Contra-Reforma e domínio jesuítico sobre o pensamento e a educação; 3) os sessenta anos de isolamento político-diplomático, quando a Corte esteve em Madri. *Depois*, a partir de 1640, são os contatos reatados com os países do norte, a descoberta “da distância que ia se abrindo, no caminho da civilização, entre a sua terra (Portugal) e os países condutores do mundo”. Criou-se, a partir de então, o contraste entre os que conheciam o estrangeiro e aqueles que o ignoravam; os primeiros por força de sua profissão, ou compelidos pelas circunstâncias a buscar lá fora a própria sobrevivência; os segundos, a imensa maioria, acostumados a hipervalorizar o que tinham, ainda que à custa de negar ou rejeitar tudo aquilo que desconheciam (FALCON, 1982, p. 320).

Nas análises feitas por Calazans Falcon (1982), a atitude mental opõe “castiços” e “estrangeirados”, distinguindo-os entre aqueles que defendiam a modernização de Portugal e aqueles que consideravam os propagadores da modernização como hereges, pelas ideias que defendiam.

O país compõe-se então de dois elementos antinômicos. Dum lado, os que defendem, a todo custo, o pensamento e a tradição do governo absoluto, severamente definido e vigiado na pureza da fé pelo Santo Ofício; no ensino pela Companhia de Jesus; nas letras sagradas ou profanas, por um complicado sistema de censura, e para os quais a salvação da grei estava na preservação de toda a influência estrangeira... Do outro, os que entendiam, à uma, que era necessário libertar o país da ensimesmada reclusão em que vivia e abri-lo amplamente ao espírito científico moderno [...] (FALCON, 1982, p. 321).

Dentre o grupo de estrangeirados mais influentes para a sociedade lusitana, no período em estudo, destacamos: D. Luís da Cunha, Luís António Verney e António Nunes Ribeiro Sanches.

D. Luís da Cunha (1662-1749) foi considerado um dos grandes pensadores do século XVIII, exercendo papel fundamental na diplomacia de Portugal. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, aos 16 anos, em 1678. Graduou-se como bacharel em Cânones, em 1684. Em 1686 prestou serviços à Coroa portuguesa no reinado de D. Pedro II, assumindo o cargo de desembargador da Relação do Porto. Em 1695 foi enviado para Londres, como embaixador de Portugal. Ainda no reinado de D. João V, atuou como embaixador na Inglaterra, Holanda, Espanha e França (LARA, 2007).

O diplomata português participou ativamente nas questões da política internacional do reino e contribuiu grandemente nas tentativas de renovação cultural empreendidas pelo rei D. João V. Segundo Falcon (1982), os escritos produzidos pelo diplomata foram numerosos e variados, revelando o conhecimento vasto, aberto e avançado que possuía. Sua permanência em diferentes reinos da Europa permitiu-lhe o contato com os conhecimentos científicos e artísticos que estavam em circulação, partilhando desses conhecimentos com o rei D. João V, na tentativa de renovação da cultura portuguesa. Dentre os escritos de D. Luís da Cunha, o de maior repercussão foi o seu *Testamento Político ou Carta Escrita pelo Grande D. Luís da Cunha ao Senhor Rei D. José I antes do seu governo*, escrito entre os anos de 1747 e 1749 e dirigido ao Príncipe herdeiro do trono português, D. José I, com orientações na tentativa de solucionar os males que afligiam o reino. Discorreremos mais adiante acerca das ideias defendidas pelo diplomata.

Luís António Verney (1713-1792) era natural de Lisboa e o seu pai e avós paternos eram franceses, já a mãe era portuguesa. Em Lisboa frequentou o Colégio Jesuítico de Santo Antão, onde cursou Gramática, Latinidade, Retórica. Em 1730, tornou-se bacharel em Artes, pela Universidade de Évora e, em 1736, licenciado em Filosofia. Com vinte e três anos deixou Portugal, com destino a Roma, para estudar Teologia. Alcançou os graus de doutor em Filosofia e mestre em Teologia (CARVALHO, 2001). De acordo com Falcon (1982), as correspondências tidas com

Muratori¹⁸ e os contatos feitos com Genovese¹⁹ revelam o quanto Verney estava atualizado com o que de mais ilustrado existia na Itália daquele período.

Acredita-se que Verney tenha saído de Portugal sob a proteção de D. João, para fazer contato com os conhecimentos no estrangeiro e trazer para o reino português as novas descobertas. Era bastante comum, como afirma Carvalho (2001), portugueses deixarem a pátria, para buscar em outros países a liberdade de expressão, a aquisição de novos conhecimentos, a discussão de novas ideias, afastando-se da nação que os reprimia e vigiava.

Enviado ou não ao encontro das “Luzes”, Verney procurou encontrá-las e as compartilhar com os portugueses. Segundo Carlota Boto:

Defensor da filosofia moderna, que se assentava na fundamentação científica newtoniana, Verney postula a renovação dos estudos do reino português sob nova base – moderna. Para ele, isso supunha colocar de parte autores consagrados como Aristóteles, Galeno ou Hipócrates (BOTO, 2010, p. 290).

O intelectual considerava como primordial e urgente, uma “[...] reforma geral do ensino, dos métodos pedagógicos, dos compêndios, dos programas, da preparação dos mestres [...]”, para construção de uma sociedade liberta de obscurantismos (CARVALHO, 2001, p. 408).

Verney apresentava, em suas cartas, uma crítica irônica e até mesmo satírica ao ensino que havia em Portugal, conforme atesta Calazans Falcon: “Tratava-se, em suma, de demonstrar que, em qualquer direção que se olhasse, Portugal estava atrasado, distanciado do que se passava nos centros civilizados. Como se proclamasse: ‘bárbaros somos nós!’ (os lusitanos)” (FALCON, 1982, p. 331).

O maior obstáculo para a construção desse projeto educacional de modernização do reino e que seria necessário derrubar, fragmentar e pulverizar,

¹⁸ “O filósofo Ludovico Antônio Muratori (1762-1750), nasceu e faleceu na região de Modena, na Itália. Religioso e, ao mesmo tempo, racionalista, Muratori constitui um dos mais notáveis representantes da Ilustração italiana ou mediterrânea ou católica, cujas propostas não excluem a religião do domínio do conhecimento [...]”. “Durante sua estadia em Roma, Verney conheceu Ludovico Muratori com quem trocou correspondências entre 1745 a 1749 com um total de 20 cartas sobre diferentes temas como: defeitos da jurisprudência de seu tempo, os abusos por parte das autoridades, os métodos escolásticos dos juristas, o excesso de leis e de múltiplas interpretações” (MORAIS, 2006, p. 8 e p. 80).

¹⁹ “Genovese (1712-1769) foi professor de economia na Universidade de Nápoles, Itália cujos alunos contribuíram para aprimorar as reformas administrativas que estavam sendo estabelecidas em Nápoles” (MORAIS, 2006, p. 16).

como afirma Carvalho (2001), era a Companhia de Jesus. Nesse contexto, Verney publicou no anonimato a obra *O Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionando ao estilo, e necessidade de Portugal*. Maxwell (1996, p. 12) afirma que a obra “era um manual eclético de lógica, um método de gramática, um livro sobre ortografia, um tratado de metafísica e continha dezenas de cartas sobre todos os tipos de assunto”. Publicado primeiramente em Nápoles (1746), Verney escondeu sua autoria, por recear as represálias que a obra traria, diante do tom agressivo, manifesto contra a Companhia de Jesus (MAXWELL, 1996).

Verney defendeu que em Portugal deveria haver uma reforma que abrangesse os estudos menores (escolas de primeiras letras e colégios secundários) e os estudos maiores (universidade). Nas dezesseis cartas que compunham o *Verdadeiro Método de Estudar*, o intelectual destacou a importância do estudo da gramática e da ortografia, não mais por meio do latim, mas diretamente por meio da língua portuguesa, priorizando o estudo da língua pátria. O autor defendeu que o ensino do latim era inútil para a instrução dos estudantes, pois estes, quando consultados sobre o que aprenderam, não sabiam responder, porque não havia compreensão daquilo que liam. A sugestão do intelectual era que os mestres promovessem aos estudantes uma aprendizagem prática e útil, que compreendessem o sentido dos fatos e que os instrumentalizassem para a vida (VERNEY, 1949).

Luís António Verney também discorreu sobre o estudo da retórica, a eloquência no púlpito e o bom desenvolvimento da oratória. Como também, escreveu sobre a poesia portuguesa, a filosofia, a metafísica, a teologia e a medicina, questionada sobre sua validade no reino lusitano, por estar afastada da prática do estudo da anatomia, extremamente necessária para a destreza do cirurgião (BOTO, 2010). O intelectual também afirmou que, os mesmos estudos dirigidos aos homens, deveriam ser aplicados às mulheres, pois em nada são inferiores aos homens. Em Portugal, no período em que Verney escreveu suas cartas, pouquíssimas mulheres sabiam ler e escrever e as que sabiam alguma coisa, não escreviam corretamente. As crianças só deveriam aprender a ler, escrever e contar, aos sete anos de idade, antes disso, era necessário que aprendessem os elementos da fé e da obediência (CARVALHO, 2001).

António Nunes Ribeiro Sanches frequentava os “círculos ilustrados”, possuindo grande interesse por diferentes assuntos e produzindo trabalhos sobre diversos temas. Tudo pesquisava e indagava, sendo assim, considerado pela historiografia, como um sábio especialista, um filósofo ilustrado, um verdadeiro estrangeirado (SERRÃO, 2002).

Na obra *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se*, escrito entre 1766 a 1769, Sanches redigiu severas críticas, acerca do atraso no reino luso. O texto é composto de discursos que compõem o conjunto da obra, cujo tema central é as críticas tecidas pelo autor sobre as formas de poder, assumidas pelos eclesiásticos em Portugal, defendendo a necessidade imediata de que se promovesse a secularização. Apontou, também, os prejuízos e demais problemas causados pela permanência da instituição religiosa, ou seja, a Igreja no controle de atividades que seriam adequadas estarem sob o poder do Estado. Ribeiro Sanches defendeu que a decadência de Portugal era proveniente, também, da política de guerras e cruzadas, empreendidas por séculos, e a exploração das colônias com atividades exclusivamente extrativistas, e pouco empenho no desenvolvimento da agricultura, comércio e indústria, nessas regiões conquistadas (SÁ, 1980).

O médico português denominou Portugal de “cadaveroso reino”, assemelhando a nação a um cadáver em decomposição. Assim, nas palavras de Sanches:

Incómodos semelhantes sucederiam a todo aquele Legislador que de um Reino Velho, instituído com as Leis do Fanatismo, com as leis sem serem fundadas na conservação e amor dos súbditos, leis sem objeto algum para aumentar a população, sem para a defesa geral do Estado, quisesse de um jacto reformar este cadaveroso Reino, e formar dele um Novo, à imitação daquele de Rússia, de Prússia, de Sardenha [...] (SANCHES, 1980, p. 52).

No entanto, de acordo com Jaime Cortesão, “Nem tudo em Portugal era decadência e corrupção” (CORTESÃO, 2001, p. 90). Para o autor, os portugueses tinham consciência de sua independência perante as demais nações da Europa, na medida em que mantinham o expansionismo alcançado e firmavam a soberania sobre os territórios conquistados. Essa era uma razão de ser, própria e específica do reino luso. O historiador denominou Sanches como,

Um português de sangue hebráico, contemporâneo, mas profundamente desnacionalizado pela educação estrangeira, o médico de fama européia, Ribeiro Sanches, tachava esta peculiaridade do povo português, contrastando-o com outros povos, de anacrônica e absurda. “As nossas Colônias - escrevia êle – estão fundadas pelas máximas da Monarquia Gótica e Eclesiástica: cada Colônia ou Conquista é um parto de Portugal”. [...] No fim das contas, o que o inspirador de Pombal lançava em rosto ao governo português era a maneira de ser de Portugal. E o grande interesse do seu depoimento está na sua incompreensão. Quando, cêrca de 1759, Sanches escrevia as suas Cartas, vivia há mais de trinta anos no estrangeiro. Residira longamente na Inglaterra, na França, na Holanda, na Itália, na Rússia. Hebreu de sangue e estrangeirado pela demorada formação e renovação intelectual nesses países, êle não compreendia, nem podia compreender o seu país de origem. E o que sucedia com êle, acontecia com muitos outros estrangeirados (CORTESÃO, 2001, p. 90-91).

Todavia, Victor de Sá defende que as intenções do médico português não eram a de exercer a função de crítico da sua terra Natal, porém,

[...] contribuir com a sua experiência de homem europeu para a reforma das estruturas obsoletas que impediam a modernização e o progresso da sua pátria. Eram as suas observações na Europa, e em particular as inovações e reformas que havia observado na Rússia e na Prússia, que especialmente lhe inspiravam as sugestões que apresentava aos governantes do seu país natal (SÁ, 1980, p. 42).

Foi nesse contexto, “de contato com o mundo transpirenaico” que emergiram, em maior número, os estrangeirados. Esse “processo de estrangeiramento aproxima-se da ideia de estranhamento” (RAMOS JÚNIOR, 2013, p. 27). Essa aversão foi provocada pelas diferentes culturas que os estrangeirados tiveram contato, estando mais próximos do modelo francês, perdendo a afinidade com a cultura portuguesa.

Para a elaboração e efetivação das reformas que se processaram na educação em Portugal, os estrangeirados constituíram o grupo colaborador das reformas de Sebastião José, justamente por terem tido contato com o exterior. Nesse sentido, os escritos produzidos por esses intelectuais embasaram o projeto de reformulação do sistema de ensino do reino e, posteriormente, as reformas na educação portuguesa (BOTO, 2017).

Cabe analisarmos, ainda, a sociedade lusa naquele período para, assim, compreendermos, com maior propriedade, os motivos que levaram esses intelectuais a avaliarem com tanto afincio a necessidade de reformas na sociedade

portuguesa. Para alcançarmos esse objetivo, retrocederemos ao final do século XVII e início do século XVIII, em Portugal.

3.4 O REINADO DE D. JOÃO V

Em dezembro de 1706, faleceu D. Pedro II, rei de Portugal (1648-1706). O historiador português João Ameal (1968) descreveu o reinado de D. Pedro II como tendo sido de intensa atividade, consolidando a independência de Portugal, junto à Espanha, com a assinatura do Tratado de Lisboa, em 1668, o que lhe conferiu o cognome de “Pacífico”. Não pôde ver o fim da campanha empreendida com o Tratado de Utrecht, que traria término à Guerra da Sucessão Espanhola, pois o Tratado só foi assinado em 1715, após a morte do rei.

Outro grande empreendimento realizado pelo rei D. Pedro II foi ter assinado, em 27 de dezembro de 1703, o tratado comercial com a Inglaterra, conhecido pelo nome do seu negociador, o inglês John Methwen (AMEAL, 1968). Esse tratado continha três artigos que uniam os dois países, Inglaterra e Portugal, numa aliança comercial. De acordo com o historiador João Ameal, o primeiro artigo afirmava que Portugal se obrigaria para sempre “a admitir os panos e outras manufacturas inglesas de lã”; o segundo artigo comprometeria a Inglaterra a receber os vinhos de Portugal, abatendo “em seu favor um terço dos direitos alfandegários exigidos até aí e que incidam sobre os vinhos franceses”, por outro lado, a Inglaterra não receberia de Portugal benefícios alfandegários; o terceiro artigo dizia que o convênio seria “ratificado dentro do espaço de dois meses” (AMEAL, 1968, p. 452).

Apesar dos benefícios, aparentemente recebidos por Portugal, com esse tratado, João Ameal (1968) ainda revela que esse acordo trouxe enormes prejuízos para a produção manufatureira do reino luso. Isso porque, as terras cultiváveis ficavam à disposição do cultivo da uva, para a fabricação do vinho, e outros itens necessários à subsistência não eram produzidos. Assim, o reino português importava mais do que exportava, pois a demanda de vinho para a exportação era menor que os produtos importados, pois havia maior necessidade de tecidos e lã para os portugueses, do que vinho para os ingleses. Esse fator acarretou enormes dívidas a Portugal, que fazia escoar as riquezas trazidas do Brasil para a Inglaterra,

para o pagamento dos produtos comprados sem, no entanto, receber o retorno equivalente a esse empreendimento. De acordo com Jaime Cortesão:

Ao admitir dentro do país a concorrência dos produtos da Grã-Bretanha, esta servida por uma aparelhagem e organização industrial muito mais poderosa, Portugal viu a sua indústria definhar com rapidez, para tornar-se exclusivamente uma nação agrícola, ou melhor, vinícola (CORTESÃO, 2001, p. 45).

Sezinando Luiz Menezes e Célio Juvenal Costa (2012) afirmam que, a concepção de que o Tratado de Methwen foi desfavorável à economia portuguesa, tornou-se hegemônica pela historiografia, sendo reproduzida e repetida tantas vezes, que se tornou um fato, um acontecimento verídico e único, sem uma análise mais aprofundada. No entanto, visto de outro modo, o acordo comercial entre a Inglaterra e Portugal, favoreceu ambas as partes. O Tratado era vantajoso para Portugal, porque tornava o vinho português preferível ao vinho francês, e esta posição era, desde muito, ambicionada pelos portugueses. De acordo com Charles Ralph Boxer (1969), era infundada a crença de que o Tratado de Methwen tenha “matado” as pequenas indústrias. O historiador afirma que as manufaturas afluíam apenas aos grandes centros urbanos. No interior do reino luso, predominava as indústrias locais e regionais. Essas indústrias não eram suficientes para a manutenção do reino, então nasceu a necessidade de exportação (BOXER, 1969).

Diante desse quadro econômico, ascendeu ao trono D. João V, em 1707 com pouco mais de dezessete anos. A situação de Portugal era pouco favorável, devido ao crescente esgotamento do tesouro português, investido nas sucessivas guerras da Independência e da Sucessão Espanhola (1640-1714). Esse fato exigia do monarca ação enérgica para restauração da economia portuguesa e, como era jovem e inexperiente nos negócios administrativos, D. João ouvia seus conselheiros e logo punha em prática as decisões tomadas com resolução e perseverança, sendo considerado por muitos, como teimoso, mas, como afirma Ameal (1968), essa teimosia nada mais era do que o desejo de se impor a cumprir seu papel como dirigente de uma nação, que requeria, naquele momento, um governante forte e audacioso. Assim, os primeiros anos de reinado de D. João V estiveram voltados para uma política de restauração econômica do país. Essa restauração só foi possível pela descoberta das muitas minas de ouro no Brasil. A exploração e extração do minério trouxeram alívio e opulência para o reino português,

possibilitando ao rei o estabelecimento de um império que lhe proporcionou o título de “Magnífico”.

O professor Charles Boxer afirma que a data exata do descobrimento do ouro é incerta, possivelmente tendo sido encontrado por diferentes indivíduos ou por bandos, “quase simultaneamente de paulistas errantes entre 1693 e 1695” (BOXER, 1969, p. 160). Esses pioneiros não procuravam ouro, mas índios para escravizar e prata, que já haviam encontrado nas florestas virgens das Minas Gerais. Os pioneiros paulistas não foram os únicos a se apossarem das minas de ouro. Para lá, partiram aventureiros de todos os cantos do Brasil e Portugal (BOXER, 1969).

Muitos desses aventureiros, como os emboabas²⁰, desconheciam os perigos e dificuldades que enfrentariam nos trilhos por entre as matas, que conduziria às minas e, de acordo com o relato de Boxer (1969, p. 161), partiam apenas com “uma vara na mão e uma mochila às costas”, e muitos eram encontrados mortos no percurso.

Além do ouro descoberto nas Minas Gerais, também foram descobertos metais e pedras preciosas. Com as descobertas e exploração desses metais, os problemas econômicos, enfrentados pela metrópole portuguesa, estavam resolvidos, pois, os recursos obtidos com o comércio desses metais permitiam à Coroa sanar as dívidas com os países europeus, que fazia negócios. Nesse sentido, Charles Boxer afirma que:

O ouro e os diamantes do Brasil enriqueceram também enormemente a Coroa, a Igreja e a Corte e deram a D. João V os meios monetários suficientes para não ser obrigado, durante todo o seu longo reinado (1706-1750), a ter uma única vez de convocar as Cortes para lhes pedir dinheiro. Conta-se que este monarca disse a este respeito: “O meu avô temia e devia; o meu pai devia; eu não temo e nem devo” (BOXER, 1969, p. 162).

Oliveira Martins, no entanto, descreve a ostentação do monarca português com as riquezas alcançadas:

[...] essa soma quase incalculável de riquezas não bastou para encher a voragem do luxo e da devoção do espantoso e beato monarca. O inglês sentava-se com ele à mesa, e aplaudia os desperdícios, porque todo o ouro do Brasil passava apenas por

²⁰ “Nome que os sertanejos paulistas davam com ironia aos novatos vindos de Portugal, por causa das polainas de couro ou pele que usavam no mato” (BOXER, 1969, p. 160-161).

Portugal, indo fundear em Inglaterra, em pagamento da farinha e dos gêneros fabris, com que ela nos alimentava e nos vestia. A indústria nacional constava de óperas e devoções. O português só sabia ser lojista: todo comércio externo estava nas mãos de ingleses, principalmente, e de italianos (MARTINS, 1972, p. 280).

Entretanto, o rei D. João, apesar da exuberância e esplendor que mantinha na corte, também realizou grandes empreendimentos no reino luso, conforme descreve Charles Boxer:

O rei D. João V imitou abertamente e de muitas maneiras Luís XIV, o *Rei Sol*, e esforçou-se por inaugurar uma era dourada de absolutismo em Portugal, tal como Luís XIV havia feito em França. Consegui-o até certo ponto, porquanto, durante o seu reinado, Portugal atingiu uma posição de prestígio e importância internacionais que nunca mais voltara a ter desde o reinado de D. Manuel I e da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Lisboa era novamente uma das mais ricas cidades da Europa e também uma das mais populosas e insalubres. Se muito – talvez a maior parte – do ouro brasileiro que chegava a Lisboa foi desbaratado em estabelecimentos eclesiásticos extremamente dispendiosos, em prodigalidades com o patriarcado e na construção do gigantesco palácio-mosteiro de Mafra (1717-1735), rival do Escorial e de Versalhes, algum desse ouro foi gasto em empreendimentos mais justificáveis: nas magníficas bibliotecas de Coimbra, Mafra e do Colégio Oratoriano de Lisboa; na cartografia científica de algumas regiões do Brasil e nas moedas de ouro que dava aos pobres e necessitados nas audiências públicas bissemanais que concedeu durante muitos anos. Um dos mais notáveis monumentos deste reinado é o ciclópico Aqueduto das Águas Livres, construído essencialmente entre 1732 e 1748 (se bem que só tivesse sido acabado definitivamente em 1835), que transportou, pela primeira vez, água potável para Lisboa em quantidade suficiente (BOXER, 1969, p. 164).

Esses grandes empreendimentos realizados por D. João, somados à falta de investimento das riquezas do reino em indústrias geradoras de novas riquezas, como também, a escassez de gente preparada para manutenção dos bens do Estado, permitiu, gradativamente, o declínio da economia lusitana (LARA, 2007). A esse respeito, Jaime Cortesão esclarece:

Enquanto em Portugal as classes médias, a burguesia comercial e industrial, antes em progresso, ainda que lento, definhavam a olhos vistos, em proveito dum clero ostentoso e duma aristocracia dissipadora, e se criava um padrão de vida artificial, sem a base sadia do trabalho e da produção, o ouro do Brasil, país que se transformara de súbito num imenso mercado, ia estimular o

trabalho, as indústrias, o sistema monetário e a expansão comercial da Grã-Bretanha, contribuindo poderosamente para a formação e desenvolvimento do seu capitalismo industrial (CORTESÃO, 2001, p. 46).

Diante disso, o rei D. João V, “na época do liberalismo português, adverso por princípio à monarquia do direito absoluto e do seu representante mais típico e faustoso”, foi considerado o grande responsável pelas perdas econômicas que atingiram o reino luso naquele período e, nesse sentido, “O monarca tornou-se então vítima expiatória de todos os males, êrros e vícios, que tinham sido afinal os de uma época e duma sociedade, pervertida pela educação e os imprevistos da fortuna” (CORTESÃO, 2001, p. 47). O historiador afirma que:

Tudo isto é, em parte, verdade e, em parte, falso. É certo que D. João V confundiu o espírito religioso com a grandiosidade espetacular do culto. Resta apenas saber se, nas suas dissipações de *Roi-Prêtre*, à maneira de Luís XIV, malbaratou as somas enormes, que se contam, e se não haveria, por compensação, dispendido outras quantias em atos e medidas úteis. E, ainda concedendo que seja verdadeira a acusação, devemos descontar nos seus pecados que êle pecava com a nação inteira e obedecia aos vícios de educação e herança recebidos (CORTESÃO, 2001, p. 48).

Restava, portanto, haver mudanças urgentes no modo de governar o reino luso, como, também, na identidade portuguesa, que sempre esteve fundamentada nos ideais religiosos que formatavam a sociedade e o homem daquele período. Assim, a posição da Igreja nos assuntos do reino trazia grandes obstáculos para a consecução dos planos de restabelecimento econômico do Estado.

3.5 A IGREJA NO SÉCULO XVIII

Em 1750, Portugal contava com uma população de menos de três milhões de pessoas e, o clero contava com duzentos mil membros, havendo 538 conventos e mosteiros, por volta de 1780 (MAXWELL, 1996). De acordo com Charles Boxer, em Portugal: “[...] do rei ao homem do povo, era mais dominada pelos padres do que em qualquer outro país do mundo [...]” (BOXER, 1969, p. 188).

Os clérigos atuavam em diferentes níveis da sociedade lusa e a Igreja abominava os pensamentos antagônicos que pudessem contradizer a ortodoxia religiosa construída pelo clero. De acordo com Francisco José Calazans Falcon (1982), um verdadeiro temor pairava sobre os eclesiásticos que combatiam tenazmente os “impuros na fé”: hereges, estrangeirados e cristãos-novos, pois estes ameaçavam a ordem estabelecida pela Igreja. Falcon afirma ainda que: a “Igreja como aparelho ideológico dominante, permeando e controlando os demais de acordo com os princípios e interesses aristocráticos, assumindo um papel decisivo nos negócios de Estado” (FALCON, 1982, p. 153), anulava, suprimia e bloqueava todo e qualquer tipo de mentalidade que não estivesse sob o controle da fé, toldando a visão de mundo num espectro único e pequeno, diante das grandes mudanças que ocorriam ao redor. Nesse contexto, a presença eclesiástica exerceu grande influência nas questões políticas e sociais do Estado português.

Naquele período, a Igreja mantinha o domínio de grande parte das terras do reino lusitano. Segundo Falcon (1982), um terço das terras estava em poder dos clérigos, o que impossibilitava o aproveitamento do solo no intuito de extrair os benefícios propostos pelo capitalismo nascente nos demais países da Europa, visando a lógica utilitária, que determinava que a propriedade deveria ser utilizada em benefício do coletivo, diferentemente do que estava ocorrendo. Além disso, segundo Martins (1972), a obtenção de terras pela Igreja Católica fugia dos princípios estabelecidos pela Igreja Primitiva, que estabelecia a divisão de todas as coisas coletivamente e para o bem comum. De acordo com Iverson Silva, “A constituição de riqueza através da posse de bens de raiz pela Igreja fora permitida pelo Concílio de Trento”, que autorizava as Ordens Religiosas a possuírem bens de raiz (SILVA, 2017, p. 171). No entanto, essa regulamentação, de acordo com os autores citados acima, fugia dos ideais propostos pela Ordem, o voto de pobreza.

Apesar de possuir terras cultiváveis, a Igreja não pagava impostos, o que não trazia benefícios para o reino. Assim, apenas uma pequena parte das terras era cultivada por camponeses que praticavam a cultura de subsistência e isso impedia o rompimento com o modelo feudal para o desenvolvimento do Estado (MAXWELL, 1996).

Desta forma, verifica-se que a Igreja era a grande porta voz das resistências aristocráticas do século XVIII, transformando, em ortodoxia, seus dogmas religiosos,

mantendo sob seu controle, quer seja as manifestações artísticas, intelectuais, filosóficas, bem como as questões ligadas à política e à economia (FALCON, 1982).

Nesse contexto, devemos entender que, naquele momento, para haver uma nova estruturação em um sistema que afirmasse a autoridade estatal, visando o estímulo aos empreendimentos industriais, capacitação militar e a promoção de um modelo utilitarista de educação, era necessário romper as relações com a educação mantida pelos eclesiásticos. Assim, o historiador francês Alexis de Tocqueville esclarece:

A Igreja apoiava-se principalmente na tradição: os escritores desprezavam todas as instituições fundadas sobre o respeito do passado; eles só apelariam para a razão. Para chegar a um entendimento, ambos os lados deveriam ter admitido que, devido às suas situações essencialmente diferentes, a sociedade política e a sociedade religiosa não podiam ser regidas por princípios iguais. Mas estava-se muito longe disso na época e tinha-se a impressão de que, para conseguir atacar as instituições do Estado, era preciso destruir as instituições da Igreja, que lhes serviam de base e modelo. Aliás, a própria Igreja era o primeiro dos poderes políticos e o mais odiado apesar de não ser o mais opressivo. Os escritores tinham razões para atacar a Igreja. Esta representava precisamente a parte do governo que lhes era mais próxima e mais diretamente oposta. Os outros poderes só se faziam sentir vez ou outra, mas este, sendo especialmente encarregado de fiscalizar os trâmites do pensamento e censurar os escritos, incomodava-os diretamente (TOCQUEVILLE, 1989, p. 149-150).

Ainda, a esse respeito Elias Lara afirma:

A Igreja era uma das principais instituições que atuava em defesa de uma sociedade conservadora de valores entendidos como dogmáticos e supersticiosos, pelos “estrangeirados”, pois, buscando salvaguardar sempre os interesses da instituição e o poder clerical, colocava empecilhos para mudanças que os grupos mais esclarecidos julgavam necessárias. Dentre as ordens que mais se contrapunham às novas ideias encontravam-se os jesuítas (LARA, 2007, p. 25).

O projeto inicial de criação da Companhia de Jesus, feito por Inácio de Loiola, de acordo com os estudos do historiador Rômulo de Carvalho, foi “o de guiar os homens no caminho da santificação, de levá-los ao conhecimento e amor de Deus

[...]” (CARVALHO, 2001, p. 291) ²¹. Diante disso, o professor Célio Juvenal Costa afirma que:

Ao perceber a dificuldade da conversão dos adultos, os jesuítas passam a dedicar-se também à educação das crianças [...]. Embora a educação não fosse o objetivo inicial, a docência passa então a ser característica das atividades da Companhia. A Ordem tinha, por objetivo primeiro, realizar uma moderna cruzada com intenção de converter os judeus e devolver à Jerusalém os domínios do cristianismo. Inicialmente, os colégios jesuítas atendiam alunos somente com fins religiosos, para que os discentes viessem a fazer parte da Companhia. Porém, posteriormente, passa também a aceitar alunos que não tivessem por meta seguir a *Societas Iesu*, até mesmo os filhos dos súditos. Estes centros pedagógicos tinham como lei orgânica, uma publicação de 1599, o *Ratio Studiorum* (COSTA *et al.*, 2013, p. 1-2).

Com o estabelecimento dos colégios jesuítas, a Companhia de Jesus adquiriu o monopólio da educação em Portugal, permitindo, aos inicianos, o controle sobre os conteúdos e métodos de ensino disseminados no reino luso. Assim, de acordo com o historiador António Júlio Limpo Trigueiros:

Os jesuítas, dominando a rede de ensino médio em todo o império colonial (composta só na metrópole por mais de 20 colégios) e vinculados por uma fiel ligação ao Papado, eram facilmente vistos como um obstáculo a um sistema que visava uma igreja mais submetida aos interesses do Estado (TRIGUEIROS, 2009, p. 155).

Além de obterem o controle sobre a educação no reino luso, os inicianos exerceram papel de destaque junto à catequização indígena, como também, foram os principais confessores da corte lusa, tornando-se um grande obstáculo para o controle estatal, devido à grande influência que tinham no reino. Luís António da Cunha (1976) orientou o rei D. José I, a concentrar o poder nos secretários de

²¹ “Esta ordem religiosa foi criada em 1538 sob a direção de Inácio de Loiola e foi aprovada em 1540. O seu surgimento integra-se no movimento da Contrarreforma ou Reforma Católica, tendo-se organizado de forma a constituir uma espécie de milícia de combatentes do catolicismo que, por um lado, visava expandir o catolicismo pelo mundo e, por outro lado, reavivar os princípios do catolicismo contra o crescimento da reforma protestante, nomeadamente através do ensino e da pregação. Em 1540, D. João III chamou a Portugal dois dos fundadores da ordem: Simão Rodrigues e Navarro Francisco Xavier, tendo encarregado o primeiro de organizar a ordem em Portugal e o segundo de promover a evangelização do Oriente. A ação da Companhia prolongou-se em Portugal e em todos os espaços onde os portugueses tiveram influência até que, em 3 de Setembro de 1759, o marquês de Pombal fez com que fosse decretada a sua expulsão e a nacionalização dos seus bens. Em 1897 foi estabelecida, mas em 1910 os republicanos expulsaram os seus membros, que só foram autorizados a regressar em 1921” (ASSIS, 2016, p. 34).

Estado, com o intuito de manter o governo o mais distante possível das influências eclesiásticas que prevaleciam em Portugal. Nesse sentido, o diplomata escreveu ao rei:

Depois de ser o meu pensamento que V. A. fuja de ter um primeiro-ministro, ou um valido, não sei se lhe ajuntara que também se dispensasse de ter um confessor, quero dizer, com este título, por que com ele o autoriza para querer ingerir-se nas coisas do governo, e fazer-se respeitar, servindo-se do confessor para tirar, ou encher o príncipe de escrúpulos, conforme convém aos interesses da sua ordem, dos seus parentes e amigos, de que pudera alegar muitos exemplos se não temesse a difusão deste papel; mas como seja preciso que o príncipe faça ver aos seus vassallos que regularmente pratica os preceitos da igreja, dissera que V. A. escolhesse para cura da sua freguesia um homem desinteressado, prudente, de boa vida e costumes, sem ser hipócrita e com ciência que baste para tranquilizar a sua consciência nos casos que lhe propuser e que com ele se confessasse; porque tenho observado que a teologia dos frades é muito arriscada, principalmente a dos jesuítas, que são os que mais a estudam e por isso mais aptos para adoptarem as opiniões, que possam agradar ao confessado se for príncipe e não um pobre lavrador (CUNHA, 1976, p. 22-23).

O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição era outro fator de controle exercido pela Igreja. Mattoso (1988) afirma que a Igreja perseguia, torturava e matava aqueles que eram contrários à fé católica e que eram suspeitos de praticarem heresias, considerados hereges e perturbadores. Cunha (1976) considerou a Inquisição como uma grande “sangria”, pois trazia enormes prejuízos para o reino, na medida em que perseguiu e expulsou de Portugal os judeus, um grupo com grande poder econômico e que contribuía para o enriquecimento e desenvolvimento da economia do reino.

Nesse quadro de disputas econômicas, políticas e ideológicas, faleceu D. João V (1689-1750), subindo ao trono D. José I (1750-1777), tendo como desafio, restaurar a economia do reino português e fortalecer o poder do Estado e, conseqüentemente, da monarquia que estava naquele momento em suas mãos.

3.6 O REINADO DE D. JOSÉ I

O reinado de D. José I não foi tão expressivo quanto o reinado de seu pai, o rei D. João V. A História pouco relata sobre o trabalho desempenhado pelo monarca

que, como afirma Kenneth Maxwell, “preferiu a ópera e a caça ao governo” (MAXWELL, 1996, p. 4). Seu reinado foi ofuscado pelo marcante esplendor exercido por seu pai D. João V, e pelos grandes feitos administrativos operados por seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. A história de Portugal revela, em D. José I, um rei “quase ausente”, diante da radiante atuação de seu Primeiro Ministro, Carvalho e Melo (MAXWELL, 1996).

No entanto, Oliveira Martins afirma que D. José conhecia a incumbência que tinha nas mãos, ao ascender ao trono, “quando afirmou de um modo positivo e terminante, que o poder é uma alta e independente soberania, que o rei recebe imediatamente de Deus; pela qual manda, quer e decreta aos seus vassallos, de ciência certa e poder absoluto” (MARTINS, 1972, p. 276). Assim, após assumir o poder, o monarca seguiu as orientações que lhe foram propostas pelo diplomata D. Luís da Cunha em seu *Testamento Político*, publicado em 1747, e que apontava que, uma das medidas, adotadas pelo rei, deveriam ser a organização e a administração do reino lusitano, a favor do soberano, como único senhor instituído por Deus, ratificado pelo direito divino. Diferentemente dos métodos exercidos por D. João V, que delegava poderes a grupos distintos (Igreja e membros da aristocracia), enfraquecendo o poder do soberano.

Na visão defendida por D. Luís da Cunha, para a organização da administração do reino, D. José deveria tomar “as rédeas do governo dos seus reinos e dilatadas conquistas, para o bem dos seus fiéis vassallos”, tendo cautela na escolha dos ministros que poderiam comprometer a autoridade do rei (CUNHA, 1976, p. 18). O diplomata demonstrou sua preocupação com o progresso do reino português, ao falar sobre o primeiro ministro de D. João V, o Cardeal da Mota (1691-1747). D. Luís da Cunha afirmou ter sido o ministro “muito bom homem, muito modesto, muito bem intencionado e muito limpo de mãos, com muito pouco conhecimento dos negócios estrangeiros e ainda menos activo nos domésticos”. Em razão disso, o reino não recebeu benefícios na administração do cardeal e, para o diplomata, não deixou “à posteridade saudade da sua memória” (CUNHA, 1976, p. 24).

Diante dos problemas econômicos, políticos e sociais que o reino português enfrentava, o rei carecia de uma equipe que bem o orientasse em suas decisões. O diplomata então indicou nomes de pessoas capazes e com conhecimentos e talentos úteis para o cargo de ministro. Assim:

Dos três secretários que sua majestade nomeou, vejo não ser grande perda o faltar-lhe o da Marinha, que foi António Guedes Pereira, e ouço também lhe podia vir a faltar o do Reino, Pedro da Mota e Silva, que muitas vezes teria pedido licença para se demitir daquele emprego, que o punha na sujeição de não poder gozar do seu descanso, de maneira que se V. A. se acomodar com o seu desejo, será preciso prover uma e outra secretaria, para as quais tomarei o atrevimento de lhe indicar dois ministros, pelo conhecimento que tenho deles e dos seus talentos; a saber: para a do Reino Sebastião José de Carvalho e Melo, cujo génio paciente, especulativo e ainda que sem vício, um pouco difuso, se acorda com o da nação; e para a da Marinha Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda, porque tem um juízo prático e expedito e serviu muitos anos no Conselho Ultramarino, aonde adquiriu um grande conhecimento do governo, comércio e forças das conquistas; e desta sorte gratificaria V. A. com muita vantagem os serviços destes ministros, os quais viveriam em boa inteligência com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Marco António de Azevedo Coutinho, porque o primeiro é seu parente e o segundo sempre foi seu íntimo amigo (CUNHA, 1976, p. 27-28).

Nota-se, portanto, que as relações próximas entre os ministros sugeridos e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, possibilitaria, ao reino luso, despontar entre os reinos desenvolvidos, colocando-se no panorama europeu, que estava em ascensão no século XVIII.

D. Luís da Cunha denominou de “sangrias” os males que assolavam Portugal, no período em que D. José subira ao trono. São quatro as sangrias detectadas por ele: a primeira era a quantidade de pessoas de ambos os sexos que entravam nos conventos; e elas “comem e não propagam”. A segunda sangria foi o grande número de pessoas enviadas para as colônias; marinheiros, aventureiros, despovoando o reino lusitano. A terceira sangria era a Inquisição, que aterroriza os cristãos novos, fazendo-os sair de Portugal com seus cabedais. E a quarta sangria foi a entrada dos panos estrangeiros, impedindo o avanço da produção manufatureira em Portugal e a excessiva produção vinícola, que acarretou na falta de terras para o cultivo de outros gêneros alimentícios para o abastecimento do país, a exemplo do trigo. Luís da Cunha (1976) defendeu que havia no reino muitas vinícolas e muitas terras improdutivas. Esse fato também é confirmado por Francisco Calazans Falcon, que delinea a situação econômica do reino lusitano, da seguinte maneira:

[...] o rei visita as suas terras e o que encontra? Muitas terras usurpadas ao comum, outras incultas; caminhos impraticáveis e escassos entre as províncias; muitas e grandes povoações quase

desertas com suas manufaturas arruinadas e perdidas; a terça parte de Portugal possuída pela Igreja; falta de gente, tais são os principais males [...] (FALCON, 1982, p. 254).

Para conter esses males tão danosos para o crescimento da nação, era necessário utilizar os “remédios”, que cabia apenas ao Estado ministrar. E era somente por meio do fortalecimento do poder do rei e das mudanças na mentalidade da sociedade portuguesa, que a “cura” viria.

Entretanto, essas mudanças, almejadas por Cunha e escritas como diretrizes para o bom andamento do reino, quando D. José assumisse o trono, não era de tão fácil execução, devido à cultura da sociedade portuguesa no século XVIII, arraigada na tradição da Igreja e na postura que o monarca apresentava, estando mais preocupado com a aparência, a ostentação e o luxo. Os artigos importados para a manutenção do luxo em Portugal permitiam frequentemente o déficit comercial, pois mais era o que se importava, do que o que se exportava (FALCON, 1982). Para resolver esse problema, Cunha (1976) aconselhou o rei a criar as próprias indústrias manufatureiras em Portugal, incentivando o desenvolvimento dos ofícios e a importação de oficiais.

Para utilizar esse “remédio”, uma das medidas a serem tomadas, aconselhadas por Cunha, seria proibir os religiosos de herdarem bens de raiz, pois não deveriam possuir esses bens, por mais de um ano e um dia, assim, passado esse período, a Igreja seria desapropriada de suas terras. De acordo com Franciso Calazans Falcon, outra medida defendida por D. Luís da Cunha e endereçada ao rei, era que este deveria “[...] assumir o controle dos benefícios eclesiásticos, tire as jurisdições aos religiosos regulares e reduza o número de conventos além de dificultar os votos e as ordenações. A ideia-chave é aumentar a população pela redução dos celibatários [...]” (FALCON, 1982, p. 248). Dessa forma, o monarca empreenderia a “cura” para a “sangria” do despovoamento e da falta de terras cultiváveis, que prejudicavam a nação.

Outro mal, sustentado pela cultura portuguesa, de acordo com o diplomata, era a Inquisição. Cunha (1976) orientou o rei a limitar as ações do Tribunal da Inquisição, deixando a cargo do Estado, não mais da Igreja²², as medidas a serem

²² Convém lembrar que nos tribunais da Santa Inquisição, a Igreja, por meio, especialmente, dos frades da ordem dos dominicanos, vigiava, prendia, torturava os réus e, em caso, de condenação à morte, ele *relaxava* (termo da época) o réu para as mãos do Estado que fazia cumprir a pena.

tomadas em relação aos cristãos novos, no intuito de preservar-lhes a identidade, como também minimizar as restrições impostas aos judeus, considerando-os como grandes “potencializadores” para o fortalecimento da economia portuguesa. No entanto, mudar as ações do Tribunal da Inquisição era um grande desafio, devido à mentalidade religiosa da sociedade portuguesa, como também, os interesses econômicos da aristocracia. No entanto, Cunha (1976) foi enfático em relação às mudanças que afirmava serem essenciais para o desenvolvimento do reino e isso incluía, grandemente, a maneira retrógrada com que eram tratados os judeus em Portugal; como atesta Calazans Falcon: “O argumento da conexão entre remédio para a decadência do comércio e concessão de liberdade aos judeus é mais uma vez repisado” (FALCON,1982, p. 248).

As sugestões dadas por Cunha (1976), ao rei D. José I, foram inovadoras para a sociedade portuguesa, diante dos alicerces tão consolidados em que estava enraizada a mentalidade portuguesa. Para efetivação das mudanças almejadas, cabia ao monarca estabelecer seu direito divino de soberano e estabelecer um reino absoluto, em que o rei era o governante que promoveria a ordem para o bem maior dos súditos e o progresso da nação.

Assim, D. José I assumiu o trono, com a responsabilidade de restaurar o desenvolvimento de Portugal, superar o atraso e recuperar a economia do reino. E, em grande medida, o rei atendeu aos conselhos dados pelo diplomata D. Luís da Cunha, nomeando, após seis anos de reinado, ao cargo de primeiro ministro do reino, Sebastião José de Carvalho e Melo que administrou o reino português com mão de ferro, promovendo mudanças nos diferentes aspectos da sociedade, especialmente na educação.

3.7 AS REFORMAS POMBALINAS NO ENSINO

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), era natural de Lisboa e provinha de uma família atuante no reino português e no império ultramarino lusitano. Sacerdotes, soldados, funcionários públicos e pequenos fidalgos compunham a família de Carvalho e Melo. O pai, Manuel de Carvalho e Ataíde (1668-1720), serviu na Marinha e no Exército. Em 1708 ele foi indicado para a posição de oficial da cavalaria da corte. O tio, sacerdote Paulo de Carvalho e Ataíde,

havia recebido, em herança, propriedades em Lisboa e uma área em Oeiras, “pequena cidade à margem do estuário do Tejo, perto de Lisboa. Pombal herdou a casa de Lisboa e a propriedade de Oeiras” (MAXWELL, 1996, p. 2). Foi nomeado Conde de Oeiras em 1759 e, em 1769, aos 71 anos, Carvalho e Melo, recebeu o título de Marquês de Pombal. De acordo com Maxwell (1996), a condição nobre recebida por Pombal não foi lhe dada como herança, mas como recompensa por serviços prestados à Coroa e ao Estado.

Após a morte do pai, Carvalho e Melo passou sete anos administrando a propriedade rural que pertencia à família em Gramela, na região central de Portugal. Ao voltar para Lisboa, seu tio Marco Antônio de Azevedo Coutinho, que havia sido embaixador na França (1721-1728) e na Inglaterra (1735-1738), o apresentou a João da Mota e Silva, o Cardeal da Mota, que era primeiro-ministro de D. João V. Em 1738, Azevedo Coutinho foi chamado para ocupar o cargo de ministro dos assuntos exteriores e da guerra e o futuro Marquês de Pombal foi enviado para Londres, para substituí-lo. De 1739 a 1743, ele representou o reino português em Londres. Em 1745, chegou a Viena na Áustria, conquistando a afeição de todos na corte e grande sucesso nos empreendimentos. Em Viena, ele teve o primeiro contato com o médico António Nunes Ribeiro Sanches. Maria Ana da Áustria, a rainha regente de Portugal, durante a enfermidade de D. João V, foi quem o convidou, em 1749, a ocupar a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em Lisboa (MAXWELL, 1996). Conforme vimos anteriormente, essa indicação ao ministério havia sido feita por D. Luís da Cunha.

Carvalho e Melo tomou posse do cargo com muita experiência diplomática, obtida no exterior, e possuía também “[...] um conjunto de ideias bem formulado e um círculo de amigos e conhecidos que incluía algumas das figuras mais eminentes nas ciências, em especial dentro da comunidade dos expatriados [...]” (MAXWELL, 1996, p. 10), círculo no qual convivera durante anos. O Ministro se preocupava com as práticas mercantilistas desenvolvidas pela França e Grã-Bretanha e buscava compreender o engrandecimento desses reinos, por meio das estratégias que utilizaram. Nesse sentido, eram duas as preocupações do ministro: as questões ligadas à filosofia e à educação e as ligadas à economia política de Portugal. Diante disso, a professora Sandra Aparecida Pires Franco afirma que,

O governo de Pombal, como ministro de D. José I, caracterizava-se pela ambição de restabelecer o controle nacional sobre todas as riquezas que iam para Lisboa, vindas dos domínios ultramarinos de Portugal. Para tanto, ele se beneficiou das técnicas que aprendeu na Grã-Bretanha e na Áustria (FRANCO, 2007, p. 5).

Após o terremoto ocorrido em Lisboa, em 1755, Carvalho e Melo, ascendeu à Secretaria dos Negócios do Reino (1756), que equivalia ao cargo de Primeiro-Ministro e, “desde então, governou com plenos poderes, até a morte de D. José I, em 1777” (FRANCO, 2007, p. 5).

Mas, de acordo com as análises feitas por Boto (2010) e Maxwell (1996), o que favoreceu ao Marquês de Pombal a confiança depositada pelo rei, foi sua atitude enérgica em uma das grandes catástrofes presenciadas pela humanidade: o grande terremoto no dia de Todos os Santos. O terremoto, ocorrido em Lisboa (1755), reduziu a cinzas, cerca de um terço da cidade. Segundo as estimativas feitas, o número de mortos varia entre dez mil, a quarenta mil. Maxwell (1996) afirma que a família real se encontrava fora da cidade, escapando da morte, no desmoronamento do palácio de Lisboa. “O rei, aturdido e atemorizado, depositou autoridade completa nas mãos do único de seus ministros que mostrava alguma capacidade para lidar com a catástrofe: Pombal” (MAXWELL, 1996, p. 24). Ainda, segundo o autor:

Foi o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais vinte e dois anos, até a morte do rei, em 1777. Ele agiu de modo rápido, eficaz e impiedoso para estabilizar a situação. Os saqueadores foram enforcados sem a menor cerimônia; os corpos das vítimas do terremoto foram reunidos rapidamente e, com a permissão do patriarca de Lisboa, levados para o mar, amarrados a pesos e jogados no oceano. Os alugueis, os preços dos alimentos e o custo do material de construção foram fixados nos níveis anteriores ao terremoto. Nenhuma reconstrução temporária foi permitida enquanto a terra não ficasse desobstruída e enquanto não se definissem as plantas para as novas construções (MAXWELL, 1996, p. 24).

A reestruturação de Lisboa revelou o planejamento urbano arquitetado por Pombal, como símbolo de celebração à nova sociedade organizada pelo Marquês, um Estado moderno, utilitário, independente. Nas análises feitas por Iverson Silva (2017): “O terremoto de 1755 não só permitiu a ascensão política de Sebastião José de Carvalho e Melo no governo português, como foi a força motriz que possibilitou

que significativas mudanças sociais, políticas e econômicas fossem colocadas em prática” (SILVA, 2017, p. 157).

O desastre de Lisboa se tornou, portanto, a oportunidade para a atuação, sobretudo no setor econômico do estadista Carvalho e Melo. Diante disso, João Lúcio de Azevedo afirma:

A distância secular que nos separa do acontecido, a imaginação vê ainda o super-homem, Sebastião José de Carvalho e Melo, a emergir sozinho dos fumos da catástrofe. Ele enterrou os mortos; ele cuidou dos vivos; ele nivelou as ruínas, traçou as ruas, desenhou as construções, gizou a estátua equestre e, triunfador, fez-se retratar, delineando a Lisboa nova que de entre os destroços ressurgia. O epíteto de *pombalina* que tem a arquitetura do seu tempo designa mais que um estilo e uma época; enuncia uma vontade em ação e, para os espíritos simplistas, foi essa vontade que moveu e alçou cada uma das pedras de Lisboa reconstruída (AZEVEDO, 2004, p. 154).

O planejamento para reconstrução de Lisboa sintetizava os planos almejados pelo Ministro para o novo Estado português, dentre os quais estava a organização do sistema educacional do reino. Kenneth Maxwell postula que “as reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar o ensino e padronizar o currículo” (MAXWELL, 1996, p. 104). Esse objetivo, o Marquês desempenhou com afinco e determinação, pois seu objetivo maior era criar a escola útil para servir ao Estado, uma escola que antes servia aos interesses da Igreja, e que, naquele momento, serviria ao despotismo da Coroa.

Os primeiros anos do governo de Pombal foram dedicados a assuntos comerciais, como a fundação de grandes Companhias monopolistas e a reforma e criação de organismos do Estado, como a execução do Tratado dos Limites, em 1750, ainda no seu primeiro cargo no governo de D. José I (CARVALHO, 2001). Nesse Tratado, Portugal e Espanha delimitavam o território pertencente aos dois países no sul do Brasil. Portugal “[...] cederia à Espanha, certa zona designada por Colônia de Sacramento, e a Espanha cederia em troca a Portugal determinada região equivalente àquela [...]” (MAXWELL, 1996, p. 425).

No território pertencente a Portugal estava a Companhia de Jesus, que desenvolvia diferentes atividades no local, catequizando os nativos, construindo igrejas, escolas, habitações, comércio, enfim, mantendo a organização de uma

sociedade sob o controle dos jesuítas. De acordo com Carvalho (2001), os padres, receando a invasão do território pelos portugueses, empreenderam um ataque contra as forças portuguesas e espanholas, organizando os indígenas para a guerra. Desses, milhares foram mortos em batalha e tiveram que se render. Todavia, Kenneth Maxwell (1996) defende que esse ataque fora empreendido, primeiramente pelas coroas portuguesas e espanholas às missões jesuíticas, e a divulgação do ocorrido, como tendo sido incitado pelos padres e indígenas, definiu-se, para muitos, como “[...] texto de propaganda financiada e apoiada pelo Estado [...]” (MAXWELL, 1996, p. 20). Ainda, segundo Carvalho (2001), em 1755, o ministro de D. José declarou liberdade aos indígenas brasileiros, tirando-os das mãos dos padres da Companhia e passando para o Estado, o governo das missões ultramarinas.

A inimizade entre o ministro e os inicianos teve como aliada, dos últimos, a nobreza, que se viu prejudicada com algumas decisões do Marquês, um homem sem linhagem de sangue, que dia a dia controlava as ações do Governo. Julga-se que as queixas da nobreza aumentaram, tanto que atentaram até mesmo contra a vida do rei, para conseguirem eliminar seu adversário, o Primeiro Ministro (MAXWELL, 1996).

Na noite de 3 de setembro de 1758, o rei regressava ao palácio, quando teve sua carruagem alvejada por tiros desferidos na escuridão, não dando ao certo para ver quem disparara os tiros. O rei foi ferido, mas escapou com vida. Chegou ao conhecimento do Ministro a denúncia de nomes de fidalgos que poderiam ter planejado o atentado. A ocasião era propícia para Pombal, porque favorecia dar o golpe que intentava contra a nobreza, eliminando uns e afugentando outros, consolidando seu poder. Como também eliminaria a Companhia de Jesus, pois dada a influência que tinham com a nobreza, poderia acusá-los de ligação com os nobres no ataque ao rei. Assim, Pombal mandou cercar os palácios dos nobres suspeitos e os incriminou com torturas e sentenças de morte; as mulheres foram aprisionadas nos conventos (MAXWELL, 1996).

Em 12 de janeiro de 1759 foram expulsos os “jesuítas de todo o território português, por crime de lesa-majestade, com confiscação de todos os seus bens” (CARVALHO, 2001, p. 428). O caminho estava, então, livre para o Primeiro Ministro desenvolver seus projetos de reforma. De acordo com Iverson Silva:

Quando analisamos mais a fundo, vemos que a problemática envolvia não apenas os inicianos, mas sim a relação do Estado com a Igreja como um todo, principalmente devido à longa tradição de interferência da segunda na esfera secular do poder. Assim, a expulsão da Companhia de Jesus estava inserida dentro de um contexto de fortalecimento do poder real. Isso se devia ao seu papel de destaque junto à catequização indígena, e outras ações na colônia, aos importantes cargos que os religiosos jesuítas assumiam junto à Coroa (os principais confessores reais eram da Companhia de Jesus) e o seu domínio sobre o ensino luso, que colocaram os padres daquela ordem como o principal alvo da ação comandada pelo estadista Carvalho e Melo (SILVA, 2017, p. 166).

Assim, para a efetivação das mudanças almeçadas pelo Estado e executadas pela administração do primeiro ministro, era essencial promover a secularização da educação, ficando esta, unicamente ao encargo do Estado, para promoção de seus ideais de utilitarismo e modernidade, para a prosperidade do reino luso.

3.7.1 A Reforma dos Estudos Menores

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal, a educação no reino luso ficou muito desfalcada, pois estava, em grande parte, há duzentos anos nas mãos dos padres e, naquele momento, por mais que Pombal houvesse formulado diretrizes pedagógicas para o ensino, não havia professores para substituí-los; fazia-se, então, urgente, a organização dessa gravíssima questão. As novas diretrizes pedagógicas para o ensino no reino podem ser observadas por meio de dois acontecimentos importantes, anteriores à reforma dos Estudos Menores: A publicação do *Verdadeiro Método de Estudar*, escrito por Luís António Verney, em 1746, já comentado neste trabalho, e o *Novo Método de Gramática Latina*, escrito por António Pereira de Figueiredo em 1752-1753. O *Novo Método*, com uma gramática livre de versos mnemônicos, redigida em português, tinha como objetivo, facilitar a aprendizagem dos estudantes, libertando a inteligência para a aprendizagem, destituídas das complicações da gramática latina (CARVALHO, 2001).

Essas publicações indicavam mudanças que já despontavam na cultura lusitana, em momentos anteriores à reforma do ensino, que ganhavam espaço na medida em que os interesses do Estado se faziam mais urgentes. De acordo com Carvalho (1978), houve ao menos duas reformas da instrução pública, a das Escolas Menores em 1759 e dos Estudos Maiores (Universidades) em 1772. No entanto, Boto (2010) argumenta que os Estudos Menores foram sendo reelaborados até 1770

e os Estudos Maiores, começaram anteriormente a 1772, mas os princípios das reformas foram os mesmos, por haver a necessidade no reino português de mudanças pedagógicas no ensino, que contribuíssem com os interesses da sociedade civil, com ideais de progresso do reino, destinados a substituir as tradicionais práticas, por métodos condizentes com os objetivos da sociedade naquele período. Nesse sentido,

Os cursos das escolas da Companhia de Jesus, por ocasião da reforma pombalina, correspondiam às exigências das condições dos séculos XVI e não podiam mais satisfazer às necessidades peculiares da vida social e política do século XVIII. O progresso cultural realizado no período compreendido entre a aprovação da *Ratio Studiorum* e a época do florescimento do iluminismo, exigia, por si só, um reajustamento do programa escolar, de tal forma que os estudos pudessem corresponder satisfatoriamente às exigências de uma mentalidade voltada para os fins úteis ao progresso humano. O latim, com os estudos que lhe eram complementares, deixava de ser o meio indispensável para a formação dos futuros “letrados”, fossem eles canonistas, teólogos, médicos ou advogados, a fim de se transformar num problema de humanismo. As reformas pombalinas do ensino *menor* e *maior* demonstram que os ideais que as nortearam traduzem, sobretudo, uma finalidade acentuadamente humanista, na medida em que elas valorizam e revivem questões que foram as preocupações predominantes dos homens dos séculos XVI e XVII. Ao formalismo rotineiro, esquecido dos ideais do seiscentos, em que se achavam as escolas jesuíticas, opôs-se o programa de um novo humanismo, destinado a restabelecer em Portugal a grandeza de uma tradição interrompida (CARVALHO, 1978, p. 112).

O Alvará de 28 de Junho de 1759 foi publicado cinco meses após a determinação da expulsão da Companhia de Jesus. Essa foi a primeira providência para organização do ensino e para reparar a lacuna deixada pela repentina expulsão do ensino jesuítico. O Alvará prescreveu o tipo de metodologia a ser utilizada nas Escolas Menores. Repudiava-se o ensino jesuítico e os compêndios usados por esses professores, exigindo-se outros métodos e novos compêndios, criando-se as Aulas Régias, sob a supervisão do Estado (CARVALHO, 1978).

Após a reforma no sistema de ensino, o estudo ministrado nas Escolas Menores foi, em sua grande maioria, classes de primeiras letras, com o ensino da leitura, escrita, aritmética, catecismo e preceitos da civilidade, como também, o estudo do Latim, Grego e a Retórica (BOTO, 2010). Dessa maneira, o projeto de reforma empreendido por Pombal objetivava preparar os estudantes para serem

destacados na sociedade e úteis ao reino luso. Rômulo de Carvalho, citando trechos do Alvará de 1759, comenta:

Os jesuítas, “com o escuro e fastidioso método que introduziram nas escolas destes Reinos, e seus Domínios, e muito mais com a inflexível tenacidade com que sempre procuraram sustentá-la contra a evidência das sólidas verdades”, prejudicaram gravemente os seus discípulos. Por isso – continua o Alvará - “Sou servido” [...] “ordenar” [...] “que no ensino das classes e no estudo das Letras Humanas haja uma geral reforma, mediante a qual se restitua o método antigo” [isto é, o anterior à entrada dos jesuítas em Portugal], “reduzindo aos termos simples, claros e de maior facilidade, que se pratica actualmente pelas nações da Europa” (CARVALHO, 2001, p. 430).

No entanto, apesar de deixar aparente, que as reformas no ensino necessitavam de mudanças concretas, Rômulo de Carvalho (2001) esclarece que as referidas reformas não aconteceram, mas sim, a substituição por um método que, na verdade, também não era novo, era o mesmo método utilizado há duzentos anos. Carvalho afirma que: “Na instituição dos novos cursos, não foram eles buscar o modelo de outros povos mais adiantados, mas sim as diretrizes que a experiência da história portuguesa remota [...]” (CARVALHO, 1978, p. 80). Diante disso, vale ressaltar que a propaganda “antijesuíta”, promovida por Pombal, tinha como premissa, divulgar uma imagem repulsiva da Companhia de Jesus, no sentido de promover as intenções do Estado, que pretendia a secularização no ensino para controle estatal e que não mais estivesse sob a jurisdição dos eclesiásticos. Segundo Natália de Oliveira, Célio Costa e Sezinando Menezes (2017):

Pelo fato de a Companhia de Jesus ser uma ordem religiosa e não ter o ensino científico, muito menos a difusão da ciência, como enfoque principal de suas obras, é equivocado concluir que ela não contribuiu para o surgimento da ciência moderna. Os jesuítas defendiam, como princípio dos ensinamentos, questões filosóficas-teológicas e lutavam contra as divulgações de determinadas obras científicas [...]. Porém, aqueles padres não ficaram presos nem a Aristóteles nem ao conhecimento científico, eles criaram a própria visão naquela conjuntura (OLIVEIRA; COSTA; MENEZES, 2017, p. 245).

O Alvará determinava a criação do cargo de Diretor Geral dos Estudos. A função do diretor seria vigiar o cumprimento do Alvará e averiguar o progresso dos estudos, apresentar relatório anual sobre o andamento do ensino e propondo

soluções que lhe fossem convenientes para o progresso das escolas do reino. Caberia ao diretor verificar o trabalho dos professores, o que faziam e o que deixavam de fazer. Todos os professores estavam subordinados ao Diretor Geral e este deveria adverti-los e os corrigi quando necessário, buscando manter as normas e controle.

No que se refere aos livros escolares, foram recomendadas as gramáticas de António Pereira de Figueiredo e de Antonio Felix Mendes, sendo terminantemente proibida a *Arte* do Pe. Manoel Álvarez, e aquele que a usasse, seria preso, castigado e não poderia mais lecionar no reino lusitano. O estudo da gramática portuguesa teve bastante ênfase no Alvará, para que o estudante pudesse ter domínio da língua materna, para então, passar aos autores clássicos (CARVALHO, 1978).

O Alvará é composto por *Instruções* que acompanham o texto e nessas *Instruções* estão expressos os objetivos que nortearam a reforma dos Estudos Menores (CARVALHO, 1978).

Mesmo os alunos mais adiantados nos estudos não tinham acesso aos livros considerados proibidos, então, cabia aos professores vigiar a leitura dos estudantes. Nas *Instruções*, havia a indicação de bibliografia moderna adequada para consulta e métodos de ensino para os professores, com referência em Verney (CARVALHO, 2001).

De acordo com os estudos realizados por Carvalho (2001), uma semana depois de publicado o Alvará de 28 de junho de 1759, foi nomeado como Diretor Geral dos Estudos, D. Tomás de Almeida, que dera início imediato ao trabalho na contratação de professores. A condição do ensino em Portugal requeria medidas urgentes e D. Tomás empreendeu com precisão a contratação de mestres.

Começou-se por elaborar uma lista de nomes de pessoas que, por informações de origens várias, se admitia que pudessem servir para o efeito. A lista então conseguida continha apenas 17 indivíduos capazes de ensinar Latim, 2 para Grego (ambos estrangeiros) e nem um só para Retórica. Como reforço, o Diretor dos Estudos mandou afixar publicamente um edital convidando quem quisesse ensinar a apresentar-se-lhe no prazo de seis dias, e informando que a partir do dia 1 de Outubro seguinte ninguém poderia exercer o ensino sem diploma passado por ele, Director-Geral (CARVALHO, 2001, p. 434).

D. Tomás de Almeida tomou todos os procedimentos cabíveis para a escolha escrupulosa de professores, mas não havia muito que escolher, pela falta que havia no reino de mestres para ensinar. Os professores contratados seriam pagos pelo Estado e “desfrutariam de privilégios concedidos aos nobres por direito consuetudinário” (MAXWELL, 1996, p. 105). Carvalho (2001) afirma ainda, que D. Tomás era fiel no cumprimento dos deveres: relatando o que se passava, apontando os problemas, propondo soluções, no entanto, os problemas cada vez mais se avolumavam na organização do ensino lusitano, porém, segundo Maxwell (1996), em 1771 o diretor de estudos foi substituído por uma Real Mesa Censória e o sistema de ensino foi ampliado para aumentar o número de aulas.

Outra importante providência tomada por Pombal, para atender às necessidades do ensino no reino, foi a criação da *Aula do Comércio*. Com Estatutos que datam de 19 de abril de 1759, as Aulas do Comércio foram criadas para preparar negociantes portugueses para o desempenho das atividades comerciais, orientando sobre regras contábeis e instruindo sobre conversões de moedas de outros países em valores monetários. Carvalho (2001) argumenta que o comércio português estava nas mãos dos estrangeiros residentes em Portugal, assim como a indústria. Fazia-se necessário o desenvolvimento do comércio e indústria portugueses, tanto no reino, quanto no exterior e, para tanto, era preciso instruir os lusitanos que ignoravam as práticas comerciais (CARVALHO, 2001).

A fundação do *Colégio Real dos Nobres* foi outra iniciativa de Pombal. Criado em 1766, cujas propostas para criação foram traçadas anteriormente por Verney, tem, em Ribeiro Sanches, grandes incentivos e sugestões para sua fundação. O colégio foi criado para proporcionar à nobreza uma educação condizente com os interesses políticos, econômicos e militares do reino português. Foi destinado a substituir o Colégio das Artes de Coimbra, com o propósito de formar o nobre para o desempenho de suas funções, que a condição social lhe requeria (CARVALHO, 1978).

Outro grande empreendimento realizado pelo Primeiro Ministro de D. José foi a reforma da Universidade de Coimbra, que era regida por clérigos. Embora tenhamos separado o assunto por tópicos, é importante saber que a reforma da Universidade não estava isolada das demais medidas relacionadas à reforma do sistema de ensino português, justamente porque, dentre outros objetivos, tinha-se

como meta, que os estudantes fossem preparados para a formação no ensino superior.

3.7.2 A Reforma Universitária de 1772

A reforma das Escolas Maiores requeria do Marquês de Pombal grande empenho e determinação, por ser um expoente que envolvia grande representatividade social. O Marquês reuniu um grupo de homens que pudesse ajudá-lo no empreendimento e os inseriu numa junta, denominada *Junta de Providência Literária*, criada em 23 de dezembro de 1770. Dos componentes da Junta, uma personalidade de destaque foi Frei Manuel do Cenáculo, da Ordem de São Francisco, presidente da Real Mesa Censória (CARVALHO, 2001). O Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814) foi uma figura notável nas reformas educacionais empreendidas pelo Marquês de Pombal, tornando-se um dos colaboradores mais íntimos de Pombal na área da reforma educacional (MAXWELL, 1996).

O objetivo da Junta era examinar as causas da decadência da Universidade de Coimbra, analisando os métodos e os cursos científicos, até então utilizados. O primeiro trabalho desempenhado pela Junta foi a redação de um texto que examinou as causas da decadência da Universidade. A obra tem por título: *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e directores que a regiam, pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por eles fabricados* (1771). A obra contém quase quinhentas páginas e está dividida em capítulos, apresentando, especialmente, os jesuítas como os responsáveis pelos estragos vistos na instituição (CARVALHO, 2001).

O *Compêndio Histórico* foi submetido ao parecer régio, em 28 de agosto de 1771. Em seguida, recebendo parecer favorável do rei, os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1772, organizados pela Junta Literária, foi logo posto em execução. Os reformadores da Junta de Providência Literária foram cautelosos quanto aos materiais que utilizariam para as reformulações no ensino e que poderiam conduzir a mentalidade portuguesa no caminho do ateísmo, do deísmo e do materialismo. Assim, muitos escritos que repercutiam pela Europa foram proibidos pela Real Mesa Censória, interpretados como nocivos à fé católica. Na

relação dos livros proibidos estavam obras de: Rousseau, Voltaire, Hobbes, Diderot, dentre outros (CARVALHO, 2001).

Compreendemos que o que se pretendia aplicar com a reforma da Universidade de Coimbra era um método de ensino mais voltado para a experiência, que para a formalidade ou para a religiosidade, mas não podemos nos esquecer de que a cultura portuguesa estava arraigada no tradicionalismo e na fé católica, com princípios culturais e mentais estabelecidos nos ideais religiosos. Nesse sentido,

Desde o princípio, verifica-se que o tom da crítica não se confunde com a suposta laicidade que, apressadamente, se poderia concluir da proposta. A questão de Pombal era a seguinte: o ensino deveria ser ministrado pelo Estado; sendo assim, estaria em mãos de pessoas que não pertencessem a ordens religiosas. Todavia, não se tratava de pensar em um ensino sem religião. Uma das críticas feitas ao estado da Universidade de Coimbra, naquele tempo, decorreria exatamente do fato de os jesuítas darem aulas “ditando e fazendo ditar nas escolas públicas uma metafísica errônea e sumamente prejudicial; já estabelecendo por base da Moral Cristã a Ética de Aristóteles, filósofo ateu, que nenhuma crença teve em Deus e na vida eterna” (BOTO, 2017, p. 131, aspas da autora).

Segundo Vanessa Ruckstadter “também é oportuno destacar que, apesar de haver um processo de secularização do Estado português no século XVIII, ele não significou um processo de laicização em todas as esferas” (RUCKSTADTER, 2012, p. 37). A reforma do ensino procurou civilizar os costumes e tornar mais produtiva a sociedade colonial, como também, buscou legitimar o temor a Deus (Igreja) e a obediência ao Rei, ratificando a soberania da monarquia para o progresso do Estado (GAUER, 2004). Nesse contexto, Laerte de Ramos de Carvalho afirma:

A reforma dos estudos da Universidade de Coimbra, nos seus aspectos mais significativos, traduz um esforço de integração da ideologia iluminista na vida intelectual portuguesa do século XVIII. Sem arriscar-se pelos perigosos caminhos que a consciência filosófica europeia ensaiava nos múltiplos setores do conhecimento, os reformadores da Universidade, sem deixar de atender aos imperativos do progresso científico e doutrinário da época, se decidiram à transformação radical da tradicional instituição universitária portuguesa. Entre as sugestões do pensamento avançado de algumas das mais expressivas figuras do século e o respeito aos valores do passado, a *Junta de Providência Literária* procurou uma direção que, pelos ideais de uma *filosofia* característica, traduzisse, de uma maneira satisfatória, um programa de recuperação e de emancipação mental da gente lusitana (CARVALHO, 1978, p. 172).

Os cursos ofertados pela Universidade sofreram alterações na forma de ingresso, duração do curso e nos métodos de ensino. Na análise feita pela Junta Literária, a *Ética* de Aristóteles, utilizada no ensino, foi classificada como “pernicioso arsenal de Pirronismo moral” e “indigna das escolas cristãs”. Os jesuítas foram tidos como os responsáveis pela catequização por meio de uma filosofia ateia, com a pretensão de “corromper os espíritos para os dominar” (COMPÊNDIO, 2008, p. 42).

A Companhia de Jesus foi, assim, considerada responsável pelo atraso do reino em relação ao progresso e à modernização, “resultante do seu sistema pedagógico escolástico-peripatético ali implantado” (COMPÊNDIO, 2008, p. 43). Na avaliação dos intelectuais que formularam o Compêndio, os estudos na Universidade estavam presos à rotina e aos métodos obsoletos, que não correspondiam às necessidades do Estado. Disto resultou, segundo Laerte de Carvalho (1978), o empenho dos reformadores para a implantação das novas ciências disseminadas nas demais regiões da Europa.

Quanto ao currículo dos cursos, todos tiveram que passar por reformulações, principalmente o curso de medicina. Partiu-se do princípio que a teoria deveria estar ligada à prática e, com isso, a organização dos estudos médicos deixou de enfatizar meramente os tratados de Galeno e Aviceno, mas as ciências experimentais, as atividades práticas e a leitura de novos pesquisadores como: o *Compêndio de Anatomia*, e as pesquisas de Hermann Boerhaave, mentor do médico português, Ribeiro Sanches (CARVALHO, 2001).

Para o estudo da medicina, antes da reforma no ensino, não era permitido a dissecação de cadáveres, tornando o estudo da medicina destituído de um preparo prático para o exercício da profissão. De acordo com as análises de Carlota Boto, os estudantes, ao findarem o curso, não sabiam mais que um cidadão comum, assim, todos poderiam exercer a profissão médica (BOTO, 2010). Os reformadores da Universidade substituíram o estudo meramente livresco pela metodologia baseada nas ciências experimentais e exercícios práticos para os novos estudos. Assim, segundo o professor António Cruz:

As grandes reformas empreendidas, concretizadas ou, pelo menos, iniciadas durante o consulado de Sebastião José de Carvalho e Melo, visavam, sem dúvida, não apenas uma completa transformação, necessariamente lenta, da sociedade portuguesa,

mas sim a sua adaptação e logo as integrações nas novas correntes que desabrochavam e de pronto dominavam na Europa (CRUZ, 1984, p. 183).

As mudanças ocorridas após a reforma no ensino, especialmente na medicina, apresentaram mudanças radicais nos estudos médicos e, possivelmente, foram analisadas as sugestões dadas pelo médico português Ribeiro Sanches, na obra publicada em 1763, *Método para aprender e estudar a Medicina* (CARVALHO, 2001).

Ribeiro Sanches foi considerado por Kenneth Maxwell (1996), como um grande incentivador da pesquisa e do conhecimento científico. Nas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), Sanches enalteceu a importância da física no currículo das disciplinas, assim como o uso de equipamentos com os quais os professores demonstrariam as propriedades dos elementos, comprovando os resultados das pesquisas que não eram obras do acaso ou intervenção divina, mas efeitos da natureza que poderiam ser comprovados pela ciência.

A valorização pelo conhecimento científico, prático e útil demonstrava a crença de que a ciência promoveria o progresso do reino luso. Percebe-se, então, que a educação era vista como “o caminho para construir o verdadeiro homem”, o progresso econômico e social, a “felicidade humana”, o encontro do “verdadeiro Deus” (GAUER, 2004, p. 146). Com a reforma da Universidade de Coimbra, pretendia-se conquistar a renovação cultural e mental com os estudos superiores, pois o fortalecimento do Estado dependia de ações pautadas em medidas de caráter pedagógico.

Quando da promulgação do Alvará de 1759, o médico António Nunes Ribeiro Sanches vivia em Paris. Rômulo de Carvalho (2001) afirma que as reformas no ensino em Portugal foram motivo de grande interesse para Sanches e, quando soube da publicação do Alvará, propondo mudanças no ensino das Escolas Menores do reino, o médico ficou entusiasmado, aproveitando o ensejo para expressar as ideias que tinha sobre a educação da mocidade portuguesa. Endereçadas ao Monsenhor Pedro da Costa Almeida e Salema, representante português em Paris, Sanches redigiu uma obra em forma de cartas, com pensamentos pedagógicos próprios de um intelectual esclarecido que, mesmo vivendo distante da terra Natal, almejava ver seu país desenvolvido, progredindo e, assim, contribuiu com suas ideias de inovação e progresso, embasadas nos ideais

iluministas disseminados pela Europa. E é isso que veremos na próxima seção desta dissertação.

4 ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E AS REFORMAS POMBALINAS NO ENSINO EM PORTUGAL

Este capítulo tem a finalidade de examinar a proposta de reforma educacional de António Nunes Ribeiro Sanches para Portugal, a partir da análise das cartas que compõem seu texto: *Cartas sobre a educação da Mocidade* (1760). A obra será analisada a partir da leitura das cartas e daremos ênfase aos conteúdos que remetem às propostas de reforma para o sistema de ensino português, no período das reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal.

Ribeiro Sanches (2003) considerava a educação em Portugal, no período em análise, como atrasada em relação aos conhecimentos científicos avançados que se tinha em boa parte dos países europeus. A consequência desse atraso no ensino também era sentida nos demais setores da sociedade, como a política, a economia, a agricultura, o que inviabilizava o progresso e desenvolvimento do reino luso. O médico iluminista denominou, de “reino cadaveroso”, a condição de Portugal naquele período, e esse estado mórbido estava condicionado pelo forte domínio cultural e pelos entraves vistos no ensino ministrado nas escolas portuguesas. Ensino considerado por Sanches como “peripatético”, fechado a novas descobertas e preso ao pensamento e métodos escolásticos, que não mais atendia aos interesses e necessidades do Estado português, em comparação ao nível de desenvolvimento de outros reinos europeus²³.

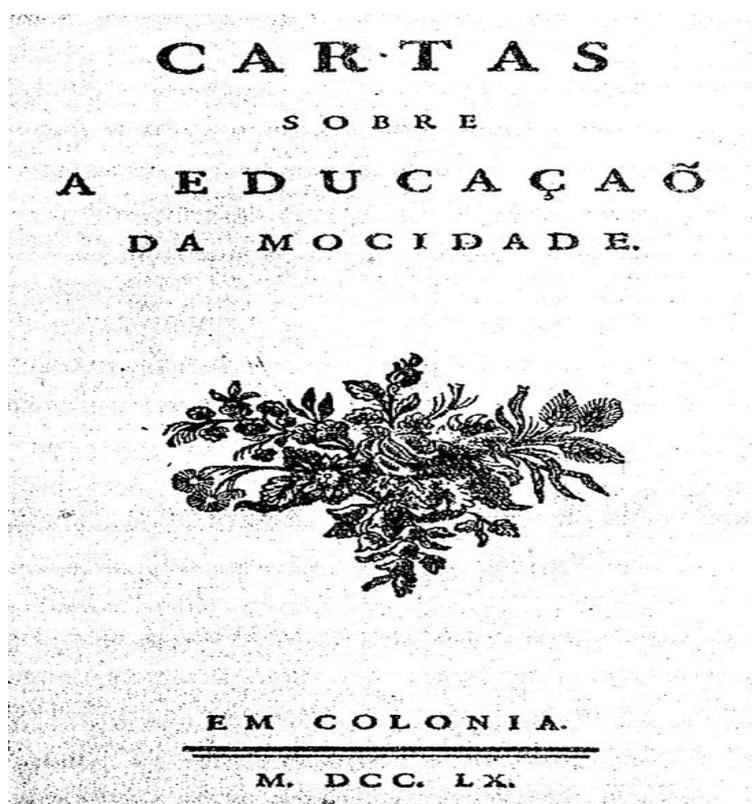
Para Sanches (2003), a educação era aporte para a difusão de novas mentalidades que promoveriam o progresso do reino lusitano. E, portanto, essenciais e urgentes eram as reformas no sistema de ensino para promoção do

²³ “Por seguirem o método aristotélico, muitas vezes Verney (e também, Ribeiro Sanches), se refere ao jesuítas como peripatéticos, em uma clara referência a Escola Peripatética da Grécia antiga, fundada por Aristóteles por volta do ano de 336 a. C. Os dicionários apontam que ‘peripatético’ em grego significa ‘itinerante’ e que os discípulos de Aristóteles eram chamados de ‘peripatéticos’ pelo hábito que ele possuía de ensinar ao ar livre, caminhando e dava suas preleções só os portais cobertos do Liceu, conhecidos como peripatoi. Flávio Carvalho (2008) afirma que “a filosofia árabe-aristotélica ou peripatética foi difundida em vários países da Europa a partir do século XI. Contituiu, inicialmente, na interpretação e nos acréscimos feitos por intelectuais árabes, como Alfarabi, Avicena e Averrois aos textos de Aristóteles, e, posteriormente, por pensadores cristãos, como Pedro Lombado, Tomás de Aquino e João Dunz Escoto, entre outros, tidos como auctoritates escolástica. Os seus comentários e sumas foram a base dessa forma de pensamento. As disputas eram o meio para esclarecer-se os questionamentos; eram cheias de sofismas e desdobramentos racionais abstratos, sendo descomprometidas de qualquer averiguação empírica e experimental. Caracterizaram-se como tipo de conhecimento indireto e destorcido das fontes” (SILVA, 2017, p. 27).

avanço do reino. O médico português, mesmo distante da terra Natal, mantinha o olhar voltado para as necessidades da pátria e propôs em suas *Cartas* a constituição de um ensino público, administrado pelo Estado em substituição ao modelo de ensino organizado e ministrado pela Companhia de Jesus.

Essa nova proposta de educação, elaborada por diferentes intelectuais, e especificamente, por ser objeto desta pesquisa, por Ribeiro Sanches (2003), preconizava um novo rumo dado à educação portuguesa, como formadora de indivíduos políticos e não somente morais e religiosos, destinada ao progresso da nação pela sua eficácia em transmitir os novos saberes. Nesse sentido, as propostas elaboradas por Ribeiro Sanches, para a reforma do ensino no reino lusitano, visavam encaminhar mudanças na concepção de trabalho da sociedade portuguesa, que proporcionassem uma situação favorável para o desenvolvimento e progresso da pátria. Para o médico português e os demais estrangeirados, essas mudanças deveriam acontecer, nos diferentes segmentos da sociedade e a educação capacitaria a mocidade lusa no alcance desses objetivos.

Figura 1: Rosto da edição de 1760 das *Cartas sobre a Educação da Mocidade*



Fonte: Rômulo de Carvalho (2001, p. 439).

4.1 ANÁLISE DA PROPOSTA DE REFORMA EDUCACIONAL NAS CARTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE

As *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760) foi considerada, pelo médico Maximiano Lemos como “[...] uma das obras raras, se não a mais rara, do grande sábio que se chamou António Nunes Ribeiro Sanches” (SANCHES, 1922, p. 2). Lemos a considerou assim, por ter sido a mais importante produção do pensamento pedagógico e político de Ribeiro Sanches, e porque foram publicados apenas cinquenta exemplares do texto para circulação na corte portuguesa. Escritas em 1759, as *Cartas* foram publicadas em Paris, em 1760, e não em Colónia, como consta no frontispício da obra.

A obra foi endereçada ao Monsenhor Pedro da Costa Almeida e Salema, representante português em Paris, que mantinha contato com Ribeiro Sanches na França. Das conversas que mantinham, o médico português falava a respeito dos ideais que tinha para o ensino em Portugal. Salema remeteu a Sanches o Alvará régio de 28 de junho de 1759, que abolia as classes e colégios dos jesuítas e pediu-lhe que escrevesse suas sugestões de reforma. Joaquim Ferreira, que em 1952, publicou um prefácio para as *Cartas*, revela a ligação entre a produção da obra e o governo português:

Sanches concluiu as *Cartas* em 19 de Dezembro de 1759. Deduz-se dumas palavras suas a Monsenhor Salema, datadas de 7 de Janeiro de 1760, que tomara com ele o compromisso de não distribuir os volumes impressos sem o consentimento do Marquês de Pombal, destruindo-os no caso de os reprovar o governo (SANCHES, 1952, p. 52).

Joaquim Ferreira assim descreve as palavras do médico português:

Se V. Ilustríssima fôr servido também de dar parte à nossa corte que a dita impressão ficará no seu poder até receber ordem para dispor dela; porque só deste modo ficará a nossa corte persuadida que, não sendo do seu agrado este impresso, ninguém o lerá nem verá (SANCHES, 1952, p. 52).

No prefácio da obra *Christãos novos e Christãos velhos em Portugal*, o historiador Raul Rêgo declara:

Médico procurado e intelectual consultado, de opinião atentamente ouvida nos meios científicos, literários e pedagógicos da Europa, esse beirão cristão novo, de uma raça que acusam de não ter pátria, até o fim da longa vida acompanhou a evolução da política portuguesa e pelos portugueses e coisas portuguesas teve sempre o maior interesse. Foi o oráculo de Pombal em muitas das reformas e, a pedido de enviados portugueses, elaborava projectos de transformação do ensino em Portugal. As *Cartas sobre a Educação da Mocidade* dirigidas a Monsenhor Salema, não tiveram outro objetivo (SANCHES, 1973, p. 13).

Salema recebeu os escritos impressos por Sanches e fez menção de enviá-las ao rei D. José.

O Dr. Sanches me remeteu hoje o livro incluso com a carta junta, obra que já insinuei a V. Ex.^a e que me parece merecer a atenção de El Rey Nosso Senhor e do seu sabio e respeitavel ministerio pelos muitos objetos de utilidade que ella propõe para a educação e instrucção da mocidade portuguesa e que é a materia de varias conversações que tive com este douto e honrado patriota; julgando-a de grande proveito, lhe signifiquei a quisesse pôr por escripto para que deste modo resultasse ao nosso reino todo o bem que se pôde tirar da dita obra [...] (LEMOS, 1911, p. 345).

As *Cartas* foram enviadas ao reino luso, justamente quando da promulgação do Alvará régio, que retirava dos padres jesuítas, tanto o controle dos colégios, como das aulas ministradas nesses estabelecimentos de ensino. Sanches recebeu a notícia com alegria e louvou o rei D. José I, por ter promulgado o decreto, como se pode observar nas palavras proferidas pelo médico português:

Deus seja louvado! Deus seja louvado, que me chegou ainda a tempo que os padres da Companhia de Jesus não são já confessores nem mestres; porque se conservassem ainda aquela aquisição tão antiga, nenhuma das verdades que se lerão neste papel poderiam ser caracterizadas com outro título que de heresias (SANCHES, 1952, p. 53).

A esse respeito, a professora Ana Cristina Araújo afirma:

É, portanto, a partir da crise aberta pela expulsão da ordem tridentina que Sanches elabora o seu projecto de reforma do ensino médio português. Procurando oferecer ao ministério pombalino um esboço de futura educação nacional portuguesa, Sanches historia sumariamente a evolução política do reino, concluindo que a “monarquia gótica fundada e conservada pela espada” se tornara desajustada face às exigências sociais e morais do século. A medida

desse desajuste passava pela demonstração da real dependência do Estado ao poder eclesiástico. A “monarquia gótica” validando e “fazendo suas leis do decreto, das decretais e clementinas”, recrutando exclusivamente os seus quadros burocráticos entre teólogos e canonistas e entregando as universidades e as escolas menores ao governo de Roma, convertera-se em “monarquia religiosa” (ARAÚJO, 1984, p. 391).

Nesse sentido, o médico iluminista introduziu suas *Cartas*, discorrendo sobre a história do ensino nas escolas medievais, desde sua gênese, até sua evolução. A obra foi dividida em duas partes. Na primeira, Ribeiro Sanches discorreu sobre a vinculação entre o Estado Civil e o Poder Eclesiástico, legislada por Constantino Magno, após sua conversão ao cristianismo, determinando que o Estado Civil fosse regido e governado pelas regras e constituições dos clérigos, introduzindo os chefes eclesiásticos nos serviços do império. Discorreu também a respeito dos excessos do clero na política e como esses se tornaram monopolizadores do ensino, especialmente das Universidades, e a natureza eclesiástica que prevaleciam nessas instituições (LEMOS, 1911). De acordo com Ribeiro Sanches, “confundiram os eclesiásticos a jurisdição espiritual com a jurisdição civil, e quiseram governar os reinos pela autoridade daquela” (SANCHES, 1952, p. 57). Na segunda parte do texto, o autor desenvolveu um extenso plano educativo, acerca das diretrizes pedagógicas que ele propunha e defendia.

Sanches defendeu que a educação eclesiástica foi necessária, enquanto a monarquia conquistou, pela guerra, o território estabelecido naquele período. Todavia, as circunstâncias de outrora acabaram e eram outros aqueles tempos, o que requeria a modernização do reino. Assim, de acordo com Maximiano Lemos: “A constituição gothica em que assentavam Portugal e Espanha veio juntar-se a do trabalho e da indústria que não subsiste sem artes e sciencias. Há necessidade de desenvolver o ensino adaptado às novas condições da monarchia” (LEMOS, 1911, p. 262). Segundo Sanches,

A nobreza é essencial naquelas monarquias góticas como a nossa, enquanto dependia a sua conservação de conquistar e de subjugar os seus inimigos; mas logo que se acabou a conquista, logo que não houve que conquistar, é necessário que o legislador mude as leis: o Estado que tem terras e largos domínios, e que deles há de tirar a sua conservação, necessita decretar leis para promover o trabalho e a indústria, e derogar ou ab-rogar aquelas que se estabeleceram no tempo que adquiriram com a espada (SANCHES, 1952, p. 101).

Compreendendo que a estrutura social e educacional portuguesa já não correspondia mais às necessidades do reino naquele período, Sanches defendeu a desvinculação da sociedade portuguesa, ao modelo estabelecido por séculos, disseminando a prerrogativa do direito natural inerente ao Estado e ao monarca como soberano absoluto. Como afirma Laerte de Carvalho, Ribeiro Sanches justificava “os direitos majestáticos da realeza e os interesses da ordem civil concebida” (CARVALHO, 1978, p. 91). Ainda, segundo o historiador:

No pensamento político de Ribeiro Sanches a monarquia portuguesa fora até então “fundada e conservada *com a espada*”. Este regime, a seu ver, correspondeu às necessidades do período das conquistas, das lutas que se fizeram necessárias à instituição e consolidação do reino, mas não poderia satisfazer mais às condições decorrentes do imperativo de conservação das colônias e do progresso econômico da monarquia. No lugar da monarquia *da espada* era preciso pôr o Estado do trabalho e da indústria: “o Estado que tem terras e largos domínios, diz na sua obra Ribeiro Sanches, e que deles há de tirar a sua conservação, necessita decretar leis para promover o trabalho e a indústria, e derogar ou ab-rogar aquelas que se estabeleceram no temo que adquiriam com a espada”. É mister, portanto, criar a educação de que necessita o novo Estado (CARVALHO, 1978, p. 95-96).

Ao longo do seu texto, Sanches revelou um profundo sentimento de desgosto em relação ao estado arcaico em que se encontrava Portugal, comparado aos demais reinos europeus. Seus apontamentos críticos revelaram sua frustração. Entretanto, o médico português também demonstrou imensa alegria pelas mudanças que estavam ocorrendo, pois tais mudanças não trariam benefícios apenas à questão educacional, mas, também, renovariam a estrutura política-cultural do reino, emparceirando Portugal ao restante da Europa. Era necessário, para tanto, a secularização do Estado Civil, por meio da libertação do jugo eclesiástico e escolástico, o que promoveria a modernização do reino luso. Pois, como afirma o professor português, Fernando Augusto Machado “[...] os frades não cumpriam uma condição fundamental: serem de alma e corpo cidadãos nacionais”, e ainda, “[...] Os frades não são portugueses: são filhos da sua ordem e a ordem é filha do seu geral que vive em Roma” (MACHADO, 2001, p. 77).

Nesse sentido, Ribeiro Sanches (2003) defendeu que a laicização do ensino, havendo a separação entre Igreja e Estado, traria grandes benefícios para Portugal. No entanto, o autor deixou evidente a importância de se manter os estudos

eclesiásticos para a formação do bom cristão e do bom súdito, pois sua pretensão não era afastar a religião do Estado, mas retirar dos padres jesuítas o monopólio educacional. Vale ressaltar que, naquele momento, laico não significava afastar-se da religião católica, mas afastar os inicianos da administração do ensino. Sendo assim, a instituição e a organização da educação deveriam ser geridas e tuteladas pelo rei e não pelo clero, como até então acontecia. Sendo necessário, portanto, o rompimento com a Companhia de Jesus, o que de fato ocorreu, em 1759. Nesse sentido, os apontamentos de Sanches demonstraram haver total consonância com o projeto político do Marquês de Pombal, concernente à oposição aos privilégios obtidos pelos inicianos.

No início de suas cartas, Sanches demonstrou sua preocupação com o modo como foi direcionado o ensino no reino até aquele momento e revelou sua pretensão para a elaboração do texto:

Mostrarei pelo discurso deste papel, que toda a Educação, que teve a Mocidade Portuguesa, desde que no Reino se fundaram Escolas e Universidades, foi meramente Eclesiástica, ou conforme os ditames dos Eclesiásticos; e que todo o seu fim foi, ou para conservar o Estado Eclesiástico, ou para aumentá-lo. Somente S. Majestade Fidelíssima foi o primeiro entre os seus Augustos Predecessores, que tomou a si aqueles Jus da Majestade de ordenar que os seus Súbditos aprendam de tal modo, que o ensino público possa utilizar os seus dilatados Domínios. Só este grande Rei conheceu que como a alma governa os movimentos de todo o corpo para conservá-lo: assim ele, como alma e inteligência superior do seu Estado, era obrigado a promover a sua conservação, e o seu aumento por aqueles meios que concebeu mais adequados (SANCHES, 2003, p. 1).

É importante ressaltar que, além dos apontamentos críticos, relacionados ao modelo de ensino jesuítico, Sanches também argumentou o fato de que a educação era destinada apenas à nobreza. Para o autor, a educação deveria também ser estendida para a sociedade mercantil de que necessitava o novo Estado. No entanto, Ribeiro Sanches defendeu que a educação nacional não deveria ser ofertada a todas as classes sociais, isto é, o direito à instrução dependeria da identidade social de cada indivíduo (ARAÚJO, 1984). Como eram “complexos e múltiplos”, os deveres do soberano tornavam necessária a divisão do trabalho, para que todos desempenhassem suas funções determinadas, dentro dos limites estabelecidos pela sociedade, sendo que, independentemente da “ascendência e da

geração”, “todos os súditos pelo juramento de fidelidade são iguais” (CARVALHO, 1978, p. 93).

Assim, quando da promulgação do Alvará de 1759, Sanches afirmou que,

Aquele benigníssimo Alvará nos dá a conhecer que só a Educação da Mocidade, como deve ser, é o mais efectivo e o mais necessário. Porque S. Majestade, que Deus guarde com alta providência, considera que lhe são necessários Capitães para a defesa; Conselheiros doutos e experimentados; como também Juizes, Justiças, e Administradores das rendas Reais; e mais que tudo na situação em que está hoje a Europa, Embaixadores, e Ministros públicos, que conservem a harmonia de que necessitam os seus Estados; esta Educação não seria completa se ficasse somente dedicada à Mocidade Nobre; Sua Majestade tendo ordenado as Escolas públicas, nas Cabeças das Comarcas, quer que nelas se instruem aqueles que hão-de ser Mercadores, Directores das Fábricas, Arquitectos de Mar e Terra, e que se introduzam as Artes e Ciências (SANCHES, 2003, p. 2).

As reais necessidades do Estado deveriam ser supridas por um plano de educação, que promovesse a formação de homens, capazes de atuar, com sua força de trabalho, nos diferentes segmentos que melhor satisfizessem os interesses do Estado e que promovessem o desenvolvimento do reino. A vida ociosa da nobreza, desprovida de propósito, não tinha utilidade nem para eles mesmos, e nem para o Estado Civil²⁴. A esse respeito, Sanches declarou:

Nenhuma coisa faz os homens mais humanos e mais dóceis do que o interesse: o comércio traz consigo a justiça, a ordem e a liberdade; e estes eram os meios, e o são ainda, de conservar as conquistas que temos. Agricultura e comércio são as mais indissolúveis forças para sustentar e conservar o conquistado; mas esta vida de lavradores, de oficiais, de mercadores, de marinheiros e soldados não se conserva com privilégio dos fidalgos, com imunidades e jurisdição civil dos eclesiásticos, com escravidão e com intolerância civil. Não se conserva com a educação de saber ler e escrever, as quatro regras da aritmética, latim e a língua pátria, e por toda a ciência o catecismo da doutrina cristã. Não se conserva com o ócio, dissolução, montar a cavalo, jogar a espada preta e ir à caça. É necessária já outra educação, porque já o Estado tem maior necessidade de súditos instruídos em outros conhecimentos: já não necessita em todos eles aquele ânimo altivo, guerreiro, aspirando

²⁴ Por usarmos neste capítulo a expressão: *Estado Civil* torna-se importante esclarecer seu significado no contexto desta pesquisa, o século XVIII. “No caso específico de Ribeiro Sanches, ao analisar o reino de Portugal, o Estado Civil é o poder revestido pelo monarca e independente da influência do Poder Clerical ou como prefere alguns, do Estado-Igreja. Essa independência almejada por Ribeiro Sanches se fez possível com a ascensão do marquês de Pombal ao poder e com a efetivação da reforma educacional na Universidade de Coimbra” (ASSIS, 2016, p. 39).

sempre a ser nobre e distinguido, até chegar a ser cavaleiro ou eclesiástico (SANCHES, 1952, p. 116).

Segundo Carlota Boto, o modelo educacional, defendido por Sanches, tinha como propósito “[...] preparar súditos capazes de identificar e reconhecer como legítimos as leis e os costumes do Estado” (BOTO, 2004, p. 162). Dessa forma, ele defendeu a promoção de escolas públicas, coordenadas pelo Estado, uma educação laica, pois o dever dos eclesiásticos, a seu ver, era cuidar de assuntos relacionados à fé dos súditos, e que essa educação promovesse as demandas e necessidades do Estado. Entretanto, como afirma a professora Carlota Boto, o ensino público e coletivo, traçado por Ribeiro Sanches, não poderia ser confundido “com democratização de oportunidades sociais” (BOTO, 2004, p. 162), pois, de acordo com o médico iluminista:

Logo me perguntarão se toda a mocidade do reino deve ser educada por mestres, se o Estado há de contar entre esta mocidade o filho do pastor, do jornaleiro, do carreteiro, do criado, do escravo e do pescador? Se convém que nas aldeias de vinte ou trinta fogos haja escolas de ler e de escrever? Se convém ao Estado que os curas, os sacristães e alguns devotos, cujo instituto é ensinar a mocidade a ler e a escrever, tenham escolas públicas ou particulares de graça ou por dinheiro, para ensinar a mocidade que, pelo seu nascimento e suas poucas posses, é obrigada a ganhar a vida pelo trabalho corporal? [...]. Que filho de pastor quererá ter aquele ofício de seu pai, se à idade de doze anos soubesse ler e escrever? Que filhos de jornaleiro, de pescador, de tambor, e outros ofícios vis e mui penosos, sem os quais não podem subsistir a república, quererão ficar no ofício de seus pais se souberem ganhar a vida em outro mais honrado e menos trabalhoso? O rapaz de doze ou quinze anos que chegou, a saber, ler e escrever uma carta não quererá ganhar a sua vida a trazer uma ovelha cansada às costas, a roçar de pela manhã até à noite, nem a cavar (SANCHES, 1952, p. 126-127).

Na concepção de Ribeiro Sanches, se a educação fosse ofertada a todas as camadas da sociedade, alguns ofícios, necessários ao reino, seriam suprimidos pelo abandono dessas atividades, não havendo no futuro quem desempenhasse as tarefas mais rudes. A educação era, então, voltada para a nobreza, assim como para a população plebéia, que trabalharia como médicos, comerciantes, engenheiros, artífices, etc. Essa mesma concepção foi defendida por Voltaire, que argumentou que, a instrução afastaria a população dos trabalhos manuais, trazendo prejuízos para o equilíbrio econômico necessário à organização da sociedade (BOTO, 2004). Nesse sentido, o médico iluminista mostrou-se estar perfeitamente de

acordo com o pensamento das Luzes, pois, esse modo de pensar estava afinado com “[...] o espírito geral do enciclopedismo que, realmente, via no princípio da instrução para todos não só irrealismo, mas até alguns inconvenientes” (MACHADO, 2001, p. 93).

Ribeiro Sanches fez um alerta sobre o que a cultura letrada, sendo disseminada para a camada mais baixa, poderia acarretar no ânimo dessa população, quando escreveu que

Todo o rapaz ou rapariga que aprendeu a ler e a escrever, se há de ganhar o seu sustento com o seu trabalho, perde muito de sua força enquanto aprende, e adquire um hábito de preguiça e de liberdade desonesta. Como são os mestres de ler e escrever homens rudes, ignorantes, sem criação nem conhecimento alguma da natureza humana, têm aqueles meninos três horas pela manhã e três de tarde, assentados, sem bulir, sempre tremendo e temendo. Perdem a força dos membros, aquela desenvoltura natural, porque a agitação, o movimento e a inconstância é própria da idade da meninice; e não convém uma educação tão mole a quem há de servir à república, de pés e de mãos, por toda a vida (SANCHES, 1952, p. 129).

O médico iluminista defendeu, ser dever do Estado, garantir o trabalho para a população da camada mais baixa (o povo), pois assim teriam garantidas as suas condições de subsistência. Nesse sentido,

Se uma vez o Estado abraçar fazer executar a lei acima, conceberá no mesmo instante que o trabalho e a indústria se devem considerar como base do Estado Civil. É-lhe necessária a providência de procurar pela agricultura e pelas artes onde o povo adquira o seu sustento; é-lhe necessário estabelecer, pelo menos, um comércio interior e comunicação de vila a vila, de comarca a comarca, para promover a circulação: que sem ela, não continuará o trabalho do povo, nem a indústria. Em uma palavra, era necessário para estabelecer a proibição das escolas de ler, nas aldeias, gastar o Estado uma certa parte do seu rendimento na ereção e fundamentos do trabalho e da indústria (SANCHES, 1952, p. 130).

Sendo assim, o trabalho bastaria para educar a mocidade portuguesa, como se observa nas palavras a seguir:

Não necessitaria esta classe do povo de outra educação do que os Pais e Mães estivessem empregadas no trabalho, e seus filhos, não tendo outro recurso para ganharem a vida, seguiriam aquele caminho que exercitaram os progenitores e os tutores. Quem trabalha faz um acto virtuoso. Evita o ócio; vício maior contra o Estado: e St. Bento

achou o trabalho de mãos de tanta virtude que o pôs por regra e sete horas a cada dia (SANCHES, 2003, p. 34).

Para Ribeiro Sanches, o povo procedia por imitação dos seus superiores, seriam rudes, cortesões, pacíficos ou insultadores, pelo modo como fossem tratados. “Deste modo, que a mocidade plebeia tenha ou não tenha mestre, os costumes que tiver serão sempre a imitação do que virem nos seus maiores, e não do ensino que tiveram nas escolas” (SANCHES, 2003, p. 34).

Diante disso, a escola, proposta pelo médico português, deveria capacitar o estudante para o exercício da vida civil e habilitado para exercer plenamente o ofício pretendido, como bom súdito e bom cristão. Para o autor, o propósito dos estudos era capacitar os estudantes para o conhecimento das “coisas naturais”, “e das coisas civis”, que aprendessem o que fosse útil para eles mesmos e para a pátria, “o que é lícito, o que é decente” (SANCHES, 2003, p. 21).

Vale ressaltar a distinção de Sanches acerca da questão hierárquica da população. Para o médico iluminista, o povo correspondia à camada mais baixa (os agricultores, lavradores), e a esses, o ensino das letras não era necessário, mas apenas a educação cristã. “Nos domingos e dias de festa devia o pároco e o sacristão ensinar a doutrina cristã a estes meninos; e com a sua diligência ficaria o menino instruído na obrigação de cristão” (SANCHES, 2003, p. 34). Depois, os plebeus estavam restritos ao ensino das Ciências Úteis, destinadas ao serviço do reino, e à nobreza era delegada a aprendizagem das Ciências Civis, para a administração do Estado (CARVALHO, 1979).

Dessa forma, percebe-se que as reformas pedagógicas, elaboradas por Sanches, objetivaram a questão política portuguesa, que visava à produção do conhecimento, legitimada pela Coroa e não mais pelo clero, com o intuito de que a educação fosse útil ao reino, no cumprimento de seus propósitos políticos e econômicos. Sendo assim, o ensino não teria unicamente o objetivo de instruir, mas de cumprir os objetivos políticos do Estado, que até então, estivera nas mãos da Companhia de Jesus. Tratava-se, portanto, de uma educação política, cuja finalidade seria formar os futuros detentores dos cargos administrativos do reino, como também, dos demais ofícios, para conservação do Estado Político e Civil, ou seja, o pressuposto geral da boa educação era a utilidade pública (RAMOS JÚNIOR, 2003). Assim, Sanches defendeu que,

Todas as leis que decretar o mais excelente Legislador, todo o trabalho e indústria de cada particular, se não levar a utilidade por último fim, vem a ser a destruição do Súbdito, e do mesmo Estado: assim que a utilidade pública e particular vem a ser o vínculo e alma da vida civil. [...] é do jus da Majestade fomentar e promover a utilidade pública, com decência; e que nenhuma requer maior atenção no ânimo do Soberano, do que a Educação da Mocidade que deve toda empregar-se no conhecimento, e na prática das virtudes sociáveis referidas, e em todos os conhecimentos necessários para servir a sua pátria (SANCHES, 2003, p. 7).

Percebemos, então, que as propostas pedagógicas de Ribeiro Sanches tinham, como premissa, o ideal de utilitarismo para a conservação do Estado Civil e legitimação do controle estabelecido pelo monarca, sendo consolidadas por meio das reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal. Para fundamentar sua posição quanto à influência do monarca português, nos assuntos educacionais do reino, Sanches declarou:

[...] Na intenção de mostrar evidentemente que S. Majestade é o Senhor de abolir e de instruir as Escolas e Universidades que achar não prejudiciais ou úteis a conservação dos seus dilatados domínios [...] Mostrei que todos os monarcas, e com especialidade os nossos, tem em si incluindo todos os poderes, que tinham os seus súditos antes daquela solene transação; e que neles existe a Jurisdição do Primeiro Juiz, do Primeiro General, do Primeiro Pai, do Primeiro Censor, autorizado a decretar todas as leis que forem úteis para a conservação e aumento do seu Estado (SANCHES, 2003, p. 18 e p. 21).

Desse modo, fica evidente que, na idealização do pensamento reformador de Ribeiro Sanches, o monarca possuía total primazia acerca da educação e do ensino no reino, ficando a cargo do Estado Civil a elaboração e constituição de leis régias, que estabeleceriam os limites e funções dos poderes civis e eclesiásticos. Todavia, na consecução do projeto de reformas, que se pretendia estabelecer no reino luso, havia duas objeções que incomodavam o médico português: a escravidão e a intolerância. Pois, de acordo com Sanches: “Como a *Escravidão* causa distinção e preeminência entre os Súditos, assim a *Intolerância Civil* põe um muro de separação entre o Cristão da Religião dominante, e o perseguido, ou o intolerado” (SANCHES, 2003, p. 28, grifos no original). Para a professora Carlota Boto, “A intolerância era, para ele, um muro que interditava a prosperidade e a concórdia” (BOTO, 2004, p. 162). Essas ações causavam prejuízos ao reino luso e que, se foram proveitosas nos

tempos passados para a constituição do território monárquico, naquele momento, eram danosas à prosperidade de Portugal. A esse respeito, Sanches declarou:

Se eu pretendesse somente que a Mocidade Portuguesa fosse perfeitamente instruída, como já disse acima, não havia de reprová-la a *Escravidão* introduzida em Portugal: o meu intento é que seja dotada de humanidade, daquele amor de conservar os seus semelhantes, e de promover a paz e a união da sua família, como aquela de toda a sua pátria. Mas não é possível que se introduzam estas virtudes enquanto um Senhor tiver um Negro a quem dá uma bofetada pelo menor descuido; enquanto cada menino, ou menina, rica, tiver o seu negrinho, ou negrinha. Aquela Companhia tão íntima pela criação altera o ânimo daqueles Senhoraços, que ficam soberbos, in-humanos, sem ideia alguma de justiça, nem da dignidade que tem a natureza humana. Eu vivi muitos anos em terras onde a escravidão dos Súbditos é geral, e vi e observei que nelas não se concebe ideia da humanidade, e coração mavioso, capaz de obrar acções de justiça, de ordem, com aquele amor para a espécie humana. Por essa razão não creio que se poderá estabelecer jamais educação boa nem perfeita naquele Estado, onde a *Escravidão* estiver introduzida, ou a tempo, ou sem termo (SANCHES, 2003, p. 27).

De acordo com Maximiano Lemos (1911), Sanches não reprovava a escravidão absolutamente, mas criticava os abusos da nobreza, em relação aos escravos e pretendia que a mocidade portuguesa fosse educada em sentimentos de humanidade e justiça, pois a crueldade e a injustiça, no trato para com os servos, propiciariam a insubordinação contrária ao sentimento de patriotismo, que deveria ser consolidado nos súbditos do reino lusitano, e isso também traria empecilhos para o progresso social²⁵.

A questão da intolerância foi muito bem vivenciada pelo médico português em sua terra Natal, que “o tornou estrangeirado pela intolerância” (MACHADO, 2001, p. 83). Assim, defendeu a compaixão e a piedade, sendo estas a via de construção da cidadania e bons cidadãos se tornariam também, tolerantes. A tolerância seria alcançada por meio da instrução e da boa educação, premissa

²⁵ “Aqui é interessante abrir um espaço para explorar um pouco a história da escravidão no reino de Portugal. Tal prática teve início com alguns mouros, prisioneiros de guerra, os quais foram sendo progressivamente libertados. Com os descobrimentos, retomou-se a prática da escravatura, primeiro através de ações bélicas de captura de nativos africanos e, a partir de 1446, com a sua aquisição a potentados africanos, que vendiam aos portugueses os prisioneiros de guerras tribais, os quais eram anteriormente vendidos a mulçumanos, quando não eram mortos ou comidos em práticas antropofágicas. Os escravos africanos foram levados, quer para a metrópole, quer para as ilhas atlânticas e depois em grande escala para o Brasil, onde trabalhavam, sobretudo, na produção de açúcar e, a partir do século XVIII, nas minas de ouro e diamantes” (ASSIS, 2016, p. 42).

necessária para a ordem política, econômica e social; virtudes potencializadoras da grandeza de uma nação.

Para contribuir com o desenvolvimento do progresso do reino lusitano, o médico português elaborou um plano pedagógico, que atenderia as diferentes camadas da sociedade. No entanto, vale ressaltar que Sanches não defendia uma educação para as camadas mais pobres, pois o salário dos professores deveria ser pago em parte pelo Estado, e em parte pelos pais dos estudantes. Muito do que Sanches escreveu foi semelhante às propostas que havia elaborado para o reino russo, por intermédio do General Ivan Ivanovic Beckoj, como já citamos na segunda seção deste trabalho. Como o próprio Sanches afirmou suas propostas educativas para Portugal não estiveram condicionadas a temas relativos à educação particular ou doméstica, ou à educação da mocidade no âmbito escolar, porém, a intenção do médico português foi,

[...] propor tal ensino a toda a Mocidade dos dilatados Domínios de Sua Majestade, que no tempo do descanso lhe seja útil, e à sua pátria: propondo a virtude, a paz e a boa fé, por alvo desta educação, e a doutrina e as ciências, como meio para adquirir estas virtudes sociáveis e cristãs (SANCHES, 2003, p. 33).

Nesse sentido, seu projeto educativo propunha um ensino que fosse útil para os súditos e para o reino português, e no contexto de utilidade, a educação para todos estava condicionada as funções que cada súdito desempenhava no reino. Sanches discorreu sobre sua proposta de projeto educativo, na segunda parte das *Cartas*, descrevendo como deveriam ser os estudos e a organização das Escolas Menores, das Escolas Maiores ou Faculdades e a criação do Colégio Real dos Nobres.

4.2 O PLANO DE REFORMA DAS ESCOLAS MENORES

Ribeiro Sanches entendia que as pessoas das camadas mais pobres da sociedade não necessitariam estudar. Nas aldeias ou vilarejos pequenos, Sanches afirmou que: “[...] em nenhuma Aldeia, Lugar, ou Vila onde não houvessem duzentos fogos, não fosse permitido a Secular, nem Eclesiástico, ensinar por dinheiro ou de graça a ler ou escrever” (SANCHES, 2003, p. 34). No entanto, até mesmo nas

aldeias, poderia haver lavradores ricos, que quisessem educar seus filhos a ler e escrever. Nesse caso, os pais deveriam pagar mestres para ensiná-los na própria casa, mas, se os pais não tivessem recursos o bastante para pagar um mestre, então, caberia ao Estado criar escolas nessas vilas ou em cidades próximas, denominadas de *Pensões*, pois os alunos deveriam permanecer em regime de internato, enquanto estivessem estudando (CARVALHO, 2001).

Para o médico português, a função dos mestres que ensinavam a ler e a escrever era um cargo público, que deveria ser organizado e dirigido pelo Estado. De acordo com Sanches (2003), naquele período, os mestres, que exerciam a função, não estavam preparados para o exercício do cargo e possuíam vícios notórios, que escandalizavam. Para a contratação, eram obtidas informações de *vita et moribus* (vida e moralidade), do candidato e, algumas vezes, também requeriam as inquirições de sangue e, em sendo aprovados pelo Bispo, poderiam lecionar. No entanto, não eram feitas inspeções nessas escolas e também não eram pagos salários público aos mestres (MACHADO, 2001).

Sanches descreveu como o Estado Civil deveria organizar essas escolas, em relação aos mestres, e ele propôs que:

Um Mestre de escola não deve ter defeito visível no seu corpo, nem vesgo, torto, corcovado, nem coxo; porque se viu na experiência uma escola de meninos serem vsgos porque o seu Mestre tinha aquele defeito. Imitamos o que vemos, e sem nos apercebermos do que fazemos, adquirimos o hábito (SANCHES, 2003, p. 35).

Quanto à condição civil dos mestres, Sanches afastou a possibilidade desta função ser exercida pelos eclesiásticos, pois acreditava que,

Nenhum Mestre poderia ter escola (do modo que propomos) sem ser casado, condição sem a qual não obstante todas as mais qualidades, não poderia exercitar esta função; e no caso que ficasse viúvo, seria obrigado a casar-se dentro de pouco tempo ou obrigado a deixar a Escola (SANCHES, 2003, p. 35).

Para que fosse admitido, o candidato deveria fazer uma petição ao Diretor de Estudos e das Escolas da Província, para ser examinado, e no exame deveria constar:

1. Que sabia a Língua Latina, e a Materna, com propriedade;
2. Que sabia bem escrever;
3. Como também a Aritmética, pelo menos as quatro Regras e seria conveniente com a de três, e as frações, ou dos quebrados;
4. Que sabia de que modo se tem pelo menos o livro de conta e razão, pelo do *deve* e *há-de haver*, com índice ou alfabeto, ou de caixa dos Mercadores (SANCHES, 2003, p. 35).

Além desses exames que comprovariam sua capacitação para o exercício da função, o mestre deveria, também, obter, do Bispo, um certificado que comprovaria seu conhecimento do catecismo. Devemos atentar ao fato de que, para Sanches, o quesito mais importante para a profissão docente era as competências científicas que o mestre devia possuir, em contraste com o que era requerido pelo Bispo, apenas as condições de *vita et moribus*, para o exercício da profissão (MACHADO, 2001).

Nessas Escolas Menores, Escolas Reais ou Escolas de Latim aprender-se-ia,

[...] a ler, a escrever e a contar, e também o Catecismo Cristão, a educação cívica (por um compêndio apropriado a que chama “Catecismo da Vida Civil”), e o governo doméstico aprendido por uma “Arte de ter livros de conta e razão” onde se trataria de róis, quitanças, letras de câmbio e procurações. A esta preparação propedêutica se seguiria o estudo do Latim, do Grego, da Língua Materna, Princípios de Filosofia Moral, Retórica, História e Geografia (CARVALHO, 2001, p. 442).

Observa-se que, as propostas para os estudos menores, elaboradas por Sanches (2003), objetivaram o total afastamento dos padres jesuítas do ensino, mas não afastava os seus preceitos religiosos; o que não teria sentido propor ao rei D. José I, que era católico. Assim, haveria o ensino do catecismo cristão, mas a ênfase maior estava no manual de preceitos cívicos, que prepararia o estudante para o cumprimento dos deveres para com o reino. Assim, o médico iluminista afirmou:

No mesmo Compêndio queria eu que estivessem escritas as obrigações com que nascemos: como devemos venerar a Deus: como somos obrigados a honrar nossos Pais, e a quem tem o seu lugar: que temos a mesma obrigação de respeitar os mais velhos: que devemos ser amigos e fieis: guardar-lhe segredo, palavra, cuidar do seu bem, como do nosso próprio: e como nós amamos naturalmente a nossa pátria, assim devemos ser-lhe fieis; cuidar em tudo do seu bem, que é o nosso: e como el Rei é a cabeça dela, que a este, como a nosso primeiro Pai na terra, devemos respeitar e honrar (SANCHES, 2003, p. 37).

As escolas menores seriam inspecionadas pelos Delegados dos lugares onde estivessem estabelecidas, sendo visitadas, uma ou duas vezes ao ano. Os mestres também seriam supervisionados por essa equipe. O salário dos mestres seria pago pelos pais dos estudantes, como também, receberiam, do Estado, o suficiente para terem suas necessidades supridas (SANCHES, 2003).

Ribeiro Sanches também propôs a reforma das escolas intermédias, preparatórias para o ingresso na Universidade. As recomendações foram as mesmas acerca da capacitação dos mestres para lecionarem. A respeito dos estudos, Sanches elencou, de forma processual, os saberes necessários à mocidade no período anterior ao ingresso na Universidade. Assim, defendeu o cultivo da memória nos estudos, por meio da observação das coisas que acontecem na vida diária; leitura, para o entendimento do que foi aprendido e experimentado; ensino dos mestres, de viva voz e face a face, em forma de diálogo; conversação, para troca de experiências; meditação, reflexão atenta sobre tudo o que foi realizado no percurso do aprendizado (SANCHES, 2003).

Segundo ele, a organização dos estudos começaria pelo ensino da História, mas esse estudo não deveria somente “incluir quantos reis teve uma monarquia, quantas vezes foi conquistada e quantos reis conquistou”. Seria, portanto, “o conhecimento das coisas naturais”. Em conjunto com esse estudo, estava o conhecimento da Geografia Universal e da Astronomia, “como disciplinas relacionadas com a história geral, pois a instruem e completam. Desse modo, os estudantes obtinham, do passado, aqueles exemplos que lhes servissem de orientação na idade adulta e não apenas a insípida enumeração de fatos bélicos” (SANCHES, 2003, p. 48).

A História Natural teria, em conjunto, o estudo da Botânica, Zoologia e Mineralogia. As aulas seriam práticas e as diferentes espécies ficariam expostas em mostruários, num museu apropriado para os estudos dos alunos, como se pode compreender nas seguintes palavras:

Neste Gabinete vemos as Aves, os Peixes, os Animais, os Insetos, as Árvores e as Plantas da África, da Ásia e da América; e pela mesma separação vamos notando os Minerais, as Pedras, os mármore, as Pedras preciosas, os Sais, os Bitumes, os Bálsamos, e as diferentes terras e barros; esta é a *História Natural*, e como é tão natural saber para que servem estas produções da *Natureza*, o

Mestre lhes dirá as propriedades e o seu uso na Medicina e nas artes mecânicas e liberais (SANCHES, 2003, p. 48).

A seguir, os alunos estudariam princípios da Física, em lugares separados, com aparelhagem para aprenderem os conceitos da Mecânica, da Estatística e da Ótica; fariam uso “do telescópio, do microscópio, do prisma, um modelo de moinho de vento, um relógio e uma pompa pneumática” (SANCHES, 2003, p. 48). Sendo que,

[...] a curiosidade que é tão natural à puerícia dotada de boa índole, o incitará a perguntar a causa daqueles efeitos, que vê obrar por aqueles instrumentos, e ficará informado a não ter por milagres o que são efeitos da natureza; ficará informado daqueles primeiros conhecimentos, que lhe servirão por toda a vida em qualquer estado que a fortuna o puser na Sociedade Civil (SANCHES, 2003, p. 48-49).

Percebe-se que, para além do cultivo da memória da mocidade, a intenção de Sanches, na elaboração desses estudos, era também, promover a secularização da educação e da ciência, por meio do conhecimento empírico. No entanto, ter a mente enriquecida pelo conhecimento da História, não bastava para vida civil, pois,

[...] necessitamos para ser exactos *pesarmos, medirmos e contarmos* tudo aquilo que temos adquirido pela *observação, leitura e ensino*. A *Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria plana*, são necessárias para medirmos as *alturas, os comprimentos, as distâncias* e as *profundidades*. Além desta utilidade, têm estas Ciências outro bem necessário à Mocidade: elas costumam ser atentos e exactos no que fazem, a não crer de leve, a ficar convencido pela sua razão; instigam a seguir e indagar o que é evidente, ou pelo menos certo, e a descansar, quando se achou a verdade (SANCHES, 2003, p. 49, grifos no original).

Por fim, Sanches achava indispensável o ensino da retórica e da poesia para que o estudante pudesse “dizer e representar por palavras, e pela escritura, o que queremos que outros saibam, e fiquem persuadidos, tanto pela arte de excitar as paixões da alma, como pela perspicuidade, elegância e urbanidade do discurso” (SANCHES, 2003, p. 49). Na poesia estudariam os *Lusíadas*, de Camões, com seus cenários clássicos de heroísmo e orgulho pátrio, que produziria na mocidade os valores e as virtudes próprias dos bons súditos, ao relembrem as vitórias

alcançadas outrora pelo Império Marítimo. Em conjunto com os estudos da retórica e da poesia, entraria também, a Lógica e a Metafísica,

[...] porque o seu objeto é de discorrer com método e ordem; ter uma ideia clara tanto das palavras e das coisas, distinguindo e separando o que nelas há de comum, com as outras, e de particular, estas duas partes da Filosofia se reduzem a ter método e ordem em tudo o que se diz e escreve (SANCHES, 2003, p. 49).

Nas escolas intermédias ou preparatórias, os alunos seriam classificados em dois grupos: uns pensionistas do rei e outros que teriam os estudos pagos pelas respectivas famílias. Seriam escolhidos, quinze ou vinte estudantes talentosos, para serem adotados pelo Estado, cuja finalidade nos estudos era propagar o que aprenderam às novas gerações. Terminados os estudos, seriam matriculados na Universidade de Coimbra. Concluído os estudos na Universidade, quatro ou cinco desses estudantes, seriam escolhidos para aprofundarem os estudos nas célebres Universidades da Europa, “Em Edimburgo, na Escócia; em Utrecht e Leyde, na Holanda; em Gottingue e Leipzig, na Alemanha; em Paris e Estrasburgo, na França” (SANCHES, 2003, p. 43). Depois que esses estudantes tivessem concluído os estudos no exterior, outros cinco seriam enviados e, assim, sucessivamente. A função desses estudantes era anotar tudo o que tivessem aprendido, para relatarem em Portugal, os novos conhecimentos adquiridos. Sanches não aprovava a vinda de professores estrangeiros para lecionarem em Portugal, pois tinha como exemplo a Rússia, que preparava os próprios estudantes russos para serem os futuros Mestres das Universidades (LEMOS, 1911).

O incentivo do médico português, para que estudantes fossem enviados para outras Universidades da Europa, fora vivenciado por ele mesmo, quando esteve itinerante. Muito do que viu e aprendeu, tornou-se uma base importante para a construção de sua ilustre carreira e, assim, ele desejou que sucedesse o mesmo com os demais estudantes (MACHADO, 2001), pois, de acordo com Sanches:

Não bastará o ensino de Portugal, ainda que tenham os mais perfeitos Mestres, para ensinar e governar estas Escolas. Seria necessário que viajassem por quatro ou cinco anos, pelos Potentados, onde se ensinam as ciências humanas. [...] Porque a Faculdade de Medicina que existe em Coimbra é insuficiente para aprender o que necessita o Naturalista, o Físico, o Químico, o Médico e o Anatomista (SANCHES, 2003, p. 43 e p. 46).

O restante dos alunos, quando concluíssem os estudos nas Escolas Preparatórias, seriam matriculados nas Escolas Maiores ou Faculdades, onde aprenderiam ofícios úteis a eles mesmos, bem como, ao reino português. Seriam formados os juízes, advogados, médicos, etc. (SANCHES, 2003).

O médico português manifestou nas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), ser desfavorável ao grande número de escolas de latim, existentes em Portugal, especialmente as gratuitas. Afirmou que esses estudos deveriam ser ministrados apenas nos seminários, para o uso exclusivo dos eclesiásticos e dos seminaristas, que desejavam ser clérigos (LEMOS, 1911).

Percebemos, após a leitura e análise do discorrido acima, que nas propostas educativas de Ribeiro Sanches, há a predominância do conhecimento para a utilidade dos súditos e do reino, sendo esta a finalidade das suas propostas e que, se não foram totalmente colocadas em prática pelo Marquês de Pombal, coincidiram fortemente com as reformas que o diplomata estava organizando no reino luso.

4.3 O PLANO DE REFORMA DAS ESCOLAS MAIORES

Ao pensar nos Estudos Maiores ou Colégios Reais, Ribeiro Sanches discorreu primeiramente sobre como foram instituídas as Universidades, traçando uma linha do tempo, desde a época em que Carlos Magno ordenou que fossem ensinadas as ciências nas Igrejas Catedrais e nos Conventos. Considerou que, os ensinamentos disseminados pelos clérigos tiveram sua validade até o momento em que a Monarquia Gótica necessitou dos preceitos religiosos para estabelecimento do reino, “onde o vencer, e ignorar as leis da humanidade, era o seu fundamento”, mas que naquele tempo, era necessária outra educação que promovesse “[...] o trabalho e a indústria, e derogar ou ab-rogar aquelas que se estabeleceram no tempo que adquiriram com a espada” (SANCHES, 2003, p. 26). Em seu discurso, Sanches relatou:

Mostrei que as universidades Católicas são de Instituição Eclesiástica, e que nelas se ensinam somente aqueles conhecimentos, que conservam e aumentam a autoridade e primazia dos Eclesiásticos; e que sendo somente da sua obrigação ensinar nas Igrejas, e nas Sés a Doutrina Cristã, a Teologia, e as Escrituras Sagradas, que por sua autoridade e direcção ordenaram ensinar as

ciências humanas, sobre as quais não têm nem devem ter inspecção alguma; que os Privilégios dos primeiros Imperadores Cristãos aos Bispos, a ignorância dos Reis Godos, e Visigodos, o terem assento em Cortes, e possuírem terras com jurisdição civil, foi a causa que os mesmos usurparam governar pelas leis da Igreja o Estado, como também ensinam as ciências humanas, ainda que tão precariamente, que vêm a ser inúteis ao mesmo; que nas Universidades não se ensinam a Física, a História Natural, as Matemáticas, a Astronomia, a Filosofia Moral, o Direito das Gentes, nem as nossas Ordenações, Ciências das quais necessita o Estado para o seu bom governo, e aumento: e que só ao Soberano pertence fundar estes Estudos, e aos Mestres Seculares ensinar neles; do mesmo modo que só é da competência dos Eclesiásticos ensinar a Teologia, Escritura Sagrada e Cânones, e a eles mesmos estudar estas ciências. Que Sua Majestade é o Soberano Senhor de fundar Universidades ou Escolas onde se ensinem as ciências naturais, e as Civis, não dependendo estas por nenhum princípio da autoridade Eclesiástica (SANCHES, 2003, p. 22).

Após discorrer acerca da educação nas Universidades, sob a égide eclesiástica, o médico português concluiu “[...] que toda a Educação que tivemos até os nossos tempos, foi conforme as máximas Eclesiásticas, tanto nas Escolas do Latim e Filosofia, como nas Universidades” (SANCHES, 2003, p. 23). Nesse sentido, a Universidade, proposta por Sanches, era de instituição régia, sem nenhuma influência eclesiástica (LEMOS, 1911).

Em seguida, Sanches demonstrou, em seus escritos, quais eram as ciências necessárias ao reino lusitano e, para tanto, ele propôs a divisão dos estudos em três faculdades distintas:

Na primeira. Toda a História da Natureza Universal, da Natureza humana; as produções que resultam da combinação de vários Corpos; as suas propriedades e virtudes; e a aplicação delas para uso e utilidade da vida humana, e vida civil.

Nesta Escola se ensinaria a História natural, a Botânica, a Anatomia, a Química, a Metalurgia, e a Medicina com todas as suas partes. Mas como sou obrigado a escrever do método de ensinar e aprender a Medicina, então é que tratarei mais particularmente desta Escola.

Na segunda Escola. Todos os conhecimentos que necessita o Estado Político e Civil para governar-se e conservar-se, e viverem os súbditos naquela felicidade a que pode conduzir a inteligência humana.

Nesta se ensinaria a História Universal, Profana e Sagrada; a Filosofia Moral, o Direito das Gentes, o Direito Civil, as Leis Pátrias: a economia civil, que se reduz ao Governo interior de cada Estado.

Na terceira Escola. Todas as coisas que pertencem à Sagrada Religião e ao seu exercício (SANCHES, 2003, p. 46).

Essas Escolas Maiores ou Faculdades seriam fundadas pelo Estado Civil, independentemente da intervenção da Santa Sé. As Faculdades de Teologia e de Direito Canônico, o médico iluminista propôs que fossem transferidas para Évora, Lisboa ou Braga, mas, mesmo afastadas, seriam inspecionadas por dois Fiscais Seculares, autorizados pelo rei, para reverem e aprovarem tudo o que fosse impresso ou decretado nessas Universidades, para que não refutassem as Leis do Estado. Em Coimbra estariam os Colégios de Filosofia e Matemática, Jurisprudência e Leis do Estado, Medicina e Cirurgia. Nenhum eclesiástico poderia ser matriculado na Universidade de Coimbra e nem exercer funções no ensino, exceto o de capelães, para realizarem o culto na capela da Universidade, caso não houvesse uma Igreja Paroquial (SANCHES, 2003).

A intenção do médico português, ao propor o afastamento das Faculdades Eclesiásticas das demais, não era ingênua, pois ele entendia que a presença dos eclesiásticos, junto aos estudantes, poderia induzi-los a imitação, a que tanto êxito tiveram aqueles clérigos. O que se pretendia, naquele momento, era promover, nos sentidos, uma rede imitativa de utilidade para o Estado laico (MACHADO, 2001). Sobre isso, Sanches afirmou:

O intento que tiveram as escolas que fundaram os Imperadores Romanos (como veremos abaixo) e que deve ter a Universidade que proponho, é formar a mocidade ingênua do Estado, de tal modo que sejam capazes de servir a pátria no tempo da paz e da guerra, e tão virtuosos que pelo seu bom proceder e exemplo, comuniquem aos povos as virtudes sociáveis e cristãs, adquiridas pela imitação, e pelo ensino dos Magistrados da Universidade, e dos seus Lentes (SANCHES, 2003, p. 2).

A questão da imitação foi justificada por Ribeiro Sanches como a causa de muitos súditos do reino não quererem outro ofício, se não aquele da Nobreza e dos Eclesiásticos, pelos privilégios e imunidades que possuíam. Portanto:

Em Portugal todo o que não nasceu Nobre, ou não é Eclesiástico, deseja vir a ser membro destes dois Corpos respeitáveis, donde a conveniência, a honra, a distinção e o proveito têm ali o seu assento: o Lavrador, o Obreiro, o Oficial trabalham dia e noite para fazerem um Clérigo, um Abade, e um Cavalheiro do Hábito de Cristo; uma viúva e três ou quatro filhas estão fiando dia e noite para meterem um filho Frade, pela honra que dará à família, e porque vindo a ser Pregador ou Provincial a estabelecerá toda com honra e cabedais. Todo o Comum do Reino está continuamente trabalhando, e

forcejando para sair do estado em que nasceu; todo se considera violentado, porque lhe falta aquele Senhorio que vê no Nobre, e no Eclesiástico: para isto servem as Leis que temos, e para isto somente é que gasta o Reino tanto, na Educação das Escolas e das Universidades (SANCHES, 2003, p. 26).

Assim, de acordo com Ribeiro Sanches (2003), era urgente e necessária a reforma da Universidade de Coimbra, para integração da mocidade lusa em ofícios que fossem úteis para o progresso do reino Português.

O Colégio de Filosofia e Matemáticas serviria como ingresso ao estudante que pretendesse dar continuidade aos estudos de Medicina e Jurisprudência, caso não desejassem seguir com os estudos, a formação que adquiriram os capacitaria para o exercício de diferentes profissões. Os alunos estudariam por dois ou três anos e, ao final de cada ano, seriam submetidos a exames. Quem se saísse bem nos exames, receberia um passe para frequentar outros Colégios ou para ensinar nas Escolas Reais, ou ainda, exercer outras profissões. O aluno, que não apresentasse bom desempenho nos relatórios, estudaria por mais tempo ou seria excluído do Colégio, o que poderia acontecer já no período de admissão (LEMOS, 1911).

Quanto ao Colégio de Jurisprudência, Sanches não se achou competente para tratar do assunto, porque não tinha prática suficiente em Direito, como tinha na Medicina (LEMOS, 1911). Para o Colégio de Matemática, Sanches propôs o ensino elementar que, em sua visão, necessitava ser aprimorado. Como justifica, quando escreve que

Estas são matemáticas Elementares para prosseguir os estudos da Universidade. E não proponho o curso inteiro delas, onde se incluem o cálculo sublime e as Matemáticas mistas, porque estes estudos deviam ser ensinados por dois ou três Lentes, diferentes dos do Colégio da Filosofia, para se aplicarem a esta Ciência aqueles que quiserem fazer maiores progressos nela (SANCHES, 2003, p. 8).

As propostas, que o médico cristão-novo redigiu para a reforma dos estudos no Colégio de Medicina, foram especificadas mais detalhadamente em seu *Méthodo para aprender e ensinar a Medicina* (1763). Nas *Cartas*, o médico português justificou seus poucos comentários acerca do tema, afirmando que estava preparando um documento específico sobre o assunto.

Para a matrícula no Colégio de Medicina era indispensável a frequência e o exame do curso de Filosofia. Os estudantes frequentariam de três, até cinco anos de curso e teriam aprovação pelos exames feitos anualmente. O aluno que fosse apresentado pelos examinadores, ao Conselho Acadêmico, acerca de seu bom desempenho, receberia um diploma e uma medalha de ouro, sendo aprovado pela Universidade (SANCHES, 2003).

As disciplinas ministradas seriam: “Anatomia, clínica, botânica, matéria médica e farmácia, Instituições de Boerhaave, Aforismos de Boerhaave, História da Medicina, Prática Cirúrgica e Prática Médica” (LEMOS, 1911, p. 251). Para as aulas práticas do curso, Sanches afirmou que:

Não somente a teoria da Medicina, mas também a sua Prática estão hoje reduzidas ensinarem-se na Universidade: ou que a de Coimbra fique Régia, e Pontifícia, ou Régia somente, como disse em outro lugar, requer o estudo desta ciência que se ensine em um Colégio separado das suas aulas, ou Gerais. Por que este Colégio deve constar dos Estabelecimentos seguintes:

1. De um Hospital com trinta até cinquenta camas.
2. De um Teatro Anatômico; e de lugar para as preparações anatômicas.
3. De um Jardim espaçoso para a cultura das Plantas e Árvores, com algumas salas onde estarão os Repositórios da História Natural.
4. De um Laboratório Químico.
5. De uma Botica (SANCHES, 2003, p. 15).

O quadro docente seria composto por quatro Lentes, com obrigação de lerem duas horas por dia, para saberem mais facilmente quais as matérias de Medicina ensinariam. Os cursos seriam divididos em dois: um curso de inverno com início em outubro e o outro de verão, iniciando em abril (SANCHES, 2003). Sendo distribuídos do seguinte modo:

Quadro 1: Lições desde o princípio do mês de outubro, até o fim do mês de março

Manhã	Das 7 até às 8. Lição no Hospital	o Lente A
	Das 8 até às 9. Cirurgia Prática, Anatomia, Hospital	o Lente B
	Das 9 até às 10. Química	o Lente C
	Das 10 até às 11. História da Medicina	o Lente D
Tarde	Da 1 até às 2. Os Aforismos de Boerhaave	o Lente A
	Das duas até às 3. Anatomia, Cirurgia Prática	o Lente B
	Das 3 até às 4. Matéria Médica, Química	o Lente C

Fonte: Sanches (2003, p. 16).

Quadro 2: Lições no Verão desde o princípio do mês de abril

Manhã	Das 6 ou das 7 até às 8. Botânica, Matéria Médica	o Lente C
	Das 7 ou 8 até às 9. Hospital	o Lente A
	Das 8 ou 9 até às 10. Institutiones Medicinae Boerhaave	o Lente B
	Das 9 ou 10 até às 11. História da Medicina.	o Lente D
Tarde	Das 3 ou 4 até às 5. Aforismos de Boerhaave	o Lente A
	Das 4 ou 5 até às 6. Instituições de Medicina Boerhaave	o Lente B
	Das 5 ou das 6 até às 7. Matéria Médica, Farmácia	o Lente C

Fonte: Sanches (2003, p. 16).

Quando analisamos as propostas de reforma da Universidade, especialmente do curso de Medicina, é notório percebermos a ênfase que Ribeiro Sanches deu à dimensão prática e experimental nos estudos. Diferentemente do que ele havia presenciado, quando esteve em Coimbra, sua intenção foi “dar ao raciocínio um methodo philosophico diferente da metaphysica aristotélica por tanto tempo conservada na Universidade” (LEMOS, 1911, p. 254). Segundo o professor Fernando Augusto Machado,

O *déficit* que cobria Portugal nos campos da observação em geral, da anatomia, da botânica, da química, tiveram nele repetidos cuidados e inquietações. É sintomática, e teve bons frutos na reforma pombalina, a lista de estabelecimentos que ele propôs para o Colégio Médico: Hospital, Teatro Anatómico, Jardim Botânico, Laboratório Químico e Botica. Não deixamos também de assinalar, nesta sequência, o enorme crédito que atribuiu às Matemáticas, logo desde o ensino elementar, fundado quer nas virtudes metodológicas que lhe são inerentes, quer na sua indispensabilidade para outras ciências, nomeadamente a Física Experimental (MACHADO, 2001, p. 74).

Nesse sentido, o projeto pedagógico, delineado pelo médico português, para as Escolas Maiores, tinha como meta, a formação de súditos, aptos para gerirem a organização do reino e isso demandaria preparo acadêmico para especializá-los a diferentes funções requeridas pelo Estado Civil. Disto, portanto, haveria a necessidade de reforma do ensino na Universidade de Coimbra.

4.4 A EDUCAÇÃO DOS MENINOS NOBRES

A educação da mocidade nobre foi tema de estudos pedagógicos no século XVIII na Europa. Essa classe social demandava dos governantes certa preocupação

porque, por possuírem determinados privilégios, os filhos dos nobres eram criados pelos pais com demasiada permissividade, o que os levava a adotarem certos hábitos de ociosidade, orgulho, prepotência, arrogância, insubordinação, criando resistências frente à autoridade real (CARVALHO, 2001). Essa condição da mocidade nobre portuguesa, também trouxe preocupações para o médico português e ele intencionava outra maneira de se educar essa mocidade. Nas palavras do médico português, “O maior proveito que retiraria o Estado desta educação seria que pensasse e que reflectisse maduramente, e que não passasse a vida naquela variedade, e encadeamento de divertimentos, caças, jogos, danças, bailes e outros semelhantes” (SANCHES, 2003, p. 54).

Os tempos eram outros, o ânimo ousado e a valentia já não eram suficientes para as conquistas e defesas do reino, e isso exigia da nobreza e da fidalguia portuguesa, que assumissem o comando das forças armadas para a manutenção do império marítimo, pois, de acordo com Sanches:

A Arte da guerra hoje é ciência fundada em princípios que se aprendem e devem aprender, antes que se veja o inimigo: necessita de estudo, de aplicação, de atenção e reflexão; que o Guerreiro tome a pena e saiba também calcular e escrever, como é obrigado combater com a espada e com o espontão: o verdadeiro Guerreiro é hoje um misto de homem de letras e de soldado. [...] Do referido se vê a necessidade que tem o Reino da Educação da Fidalguia, não só nas letras humanas, mas também na Política e nas Matemáticas, para servir a sua pátria, nos cargos da guerra, e nos da paz. (SANCHES, 2003, p. 52-53).

Assim, pensava-se que os nobres deveriam ter ofícios para obterem ocupação útil, mas em profissões diferentes daquelas desempenhadas pelos indivíduos não nobres. As profissões, destinadas à nobreza, deveriam proporcionar à classe, o acúmulo de honrarias. Nesse sentido, restava-lhes o servir a pátria, com o conhecimento das ciências civis, necessárias para a administração do Estado. Com esse intuito, Sanches propôs a criação, em Portugal, do colégio denominado: “Corpo de Cadetes”, “Escola Militar” ou “Colégio dos Nobres”. O médico português declarou: “[...] Atrevo-me a propor à minha Pátria esta sorte de Colégios, não somente pela suma utilidade que tirará desta Educação a Nobreza, mas, sobretudo, o Estado e todo o povo” (SANCHES, 2003, p. 54). Sanches revelou sua intenção, ao

propor para Portugal a Escola Militar: “É educar súbditos amantes da Pátria, obedientes para mandar, e virtuosos para serem úteis a si, e a todos com quem devem tratar” (SANCHES, 2003, p. 55).

Com a proposta de estabelecimento do Colégio dos Nobres, ao Marquês de Pombal, Sanches (2003) acreditava que Portugal teria um grupo de estadistas capacitados para defender e administrar o reino português. Assim, ele afirmou: “Que me concedam que os Generais, os Almirantes, os Magistrados, e todos os Cargos da Corte sejam administrados por homens educados em uma escola, como a que acabo de propor, estou certo que será um Reino bem governado [...]” (SANCHES, 2003, p. 62).

De fato, o Colégio dos Nobres não era novidade na Europa e Ribeiro Sanches percorreu nas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), sobre o estabelecimento dessas Escolas Militares, em diferentes regiões da Europa. Especialmente, ele citou o exemplo da criação da Escola Militar de São Petesburgo, na Rússia, que conheceu bem de perto, quando foi nomeado médico daquela Escola (SANCHES, 2003). A sugestão da criação do Colégio dos Nobres em Portugal originou-se do conhecimento que Sanches obteve da dinâmica da instituição russa (CARVALHO, 1979).

Sanches assim descreveu esses Colégios:

É uma Escola Militar um Corpo de Guarda, onde os soldados são os meninos e moços Nobres ou Fidalgos: estes são os que fazem as sentinelas e as rondas dentro da Escola: ali se exercitam na Arte Militar; e toda ela é governada por esta disciplina; e aquele tempo que os Soldados nos Corpos de Guarda consomem a jogar, a fumar tabaco, e a zombar, ocupam os moços Nobres destas Escolas nos estudos ingénuos, que são aqueles que servem para servir e mandar na sua Pátria (SANCHES, 2003, p. 54).

Sanches (2003) afirmou a importância que teve a criação desses colégios em diferentes regiões da Europa, salientando que, em Portugal, era necessária e urgente a criação do Colégio dos Nobres, diante dos gastos excessivos que se mantinha com os estabelecimentos de ensino do reino, cuja finalidade “[...] é para chegar a ser Sacerdote e Jurisconsulto” (SANCHES, 2003, p. 55), em detrimento da condição que se esperava possuir a mocidade nobre: o serviço à pátria para a utilidade do reino (SANCHES, 2003, p. 55).

Vimos, portanto, nas propostas de reforma para a educação no reino luso, defendidas por Ribeiro Sanches, que a mocidade nobre deveria estudar em Escola Militar, onde seria preparada para a aprendizagem das Ciências Cívicas, que os capacitaria para o exercício da administração estatal. Mas, como seria essa Escola Militar ou Colégio dos Nobres? Quem seriam os Mestres? O que aprenderiam nessa Escola? O médico português se deteve no restante das *Cartas* a responder a esses questionamentos.

4.4.1 O Colégio Real dos Nobres

Nas orientações contidas nas *Cartas*, Ribeiro Sanches propôs que o Colégio dos Nobres deveria ser construído longe da Corte, para que não houvesse visitas frequentes aos estudantes e mestres, e estes fossem distraídos pelos visitantes, e também, para que ficassem distantes dos divertimentos da cidade (SANCHES, 2003).

Todos os Mestres, Governadores ou quaisquer empregados tinham que ser casados. Nenhum estudante, por mais rico que fosse, poderia ter um empregado só para si. A limpeza dos aposentos seria feita por uma doméstica, acima de cinquenta anos. Ela cuidaria de cinco aposentos, assim, não haveria criado particular. Todos os quartos do estabelecimento seriam decorados da mesma maneira e todos os adornos tinham que ser adquiridos em Portugal, evitando-se assim, o luxo e valorizando o que era produzido no reino. Da mesma maneira o vestuário e os calçados seriam iguais para todos, semelhantes a uniformes militares, e todos os itens tinham que ser adquiridos no reino, para que não houvesse diferenciação e desigualdade entre os internos. Os dirigentes do estabelecimento também usariam uniformes, cada um conforme a função que ocupava. As refeições seriam feitas nos refeitórios, todos juntos e não era permitido comerem nos quartos. Como também, não lhes era permitido passearem nos quartos uns dos outros, sujeitos a pena de prisão. Não eram permitidos castigos corporais, esses seriam substituídos por castigos morais, determinados pelo Conselho do Colégio (SANCHES, 2003).

Na Escola Militar, os alunos ingressariam dos oito aos nove anos. Para Ribeiro Sanches, quanto mais cedo entrassem na Escola, melhor seria, porque

estariam distantes do luxo em que as famílias criavam os filhos, como também, a maioria das mães não queria criar seus filhos, cuidar, amamentar para não perder a beleza se assim fizesse. Deixavam os filhos sob os cuidados das amas, que inculcavam nas crianças todos os tipos de superstições, medos e maus hábitos. De acordo com Sanches, essas crianças nobres cresciam sem amor às famílias e à Pátria e, nas palavras do professor Fernando Augusto Machado:

As qualidades de elevação moral e de corpo são, continuavam indispensáveis, mas já não eram suficientes, mesmo que para a simples arte da guerra. Agora, esta tomara já uma importante componente científica a vários níveis. O verdadeiro militar deveria ser um misto de homem de letras e de soldado, incluindo nessas letras saberes que iam da política à matemática, dada a heterogeneidade de funções que a pátria lhe reservava. E dado que estas nem sempre poderiam esperar por idade mais avançada e mais experiência feita, nem era curial que a nação fosse só governada por velhos, mister se tornava que aqui se adoptasse o paradigma romano: *novos na idade e velhos no conselho*, acrescido de *abalizados na ciência*. Esta é a razão de sobra para que propusesse uma frequência temporã do colégio adequado que, nestes casos, substituiria a própria educação doméstica e a das escolas públicas normais, desde os oito ou nove anos (MACHADO, 2001, com grifos no original).

O médico português propôs que as meninas nobres também fossem educadas em Colégios em regime de internato e, que ali, fossem bem educadas nos conhecimentos da religião, da vida civil, reduzido o ensino apenas ao conhecimento da Geografia, da História Sagrada e profana, e aprenderem a bordar, pintar, estofar e fazer outros trabalhos manuais, para não perderem tempo com novelas amorosas, versos profanos e em passatempos que corrompiam os costumes. As mulheres eram as cuidadoras do lar e esses maus costumes adquiridos seriam transmitidos aos filhos, aos maridos, aos irmãos, pervertendo assim, as famílias. Nesse sentido, Sanches (2003) propôs que parte dos Conventos de Freiras e das Ordens Religiosas fosse destinada a abertura de Colégios para meninos e meninas da nobreza.

O escritor português afirmou ser excessiva a quantidade de conventos e mosteiros, o que redundava em graves desfalques na economia de Portugal. Defendeu que parte desses Conventos deveria ser utilizada na instalação de fábricas e de quartéis, para proveito do Estado (SANCHES, 1952).

4.4.2 Os Mestres do Colégio dos Nobres

Ribeiro Sanches (2003) afirmou que o primeiro e quotidiano ensino do Colégio dos Nobres deveria ser o Religioso, para o preparo de bons cristãos e para a disciplina mental. Um Pároco e dois Vigários administrariam os sacramentos e os rudimentos da fé católica, no entanto, não fariam novenas e demais “beatices” da Igreja.

Os Militares seriam os Mestres que ensinariam os exercícios corporais, para que o corpo estivesse ágil e resistente ao trabalho e à fadiga, provenientes da guerra. Os alunos aprenderiam o manejo das armas, as evoluções e táticas de guerra. Os melhores Mestres para esse ensino seriam os estrangeiros, pois, de acordo com Sanches, o principal objetivo daquela escola era:

Que a Nobreza e a Fidalguia fiquem tão bem instruídas, e tão bem morigeradas que obedeçam às Leis Pátrias, à subordinação dos Maiores, e que percam aquela ideia que devem ser premiadas por descenderem de tal ou tal causa: e que fiquem no hábito de pensarem, que só pelo seu merecimento chegarão aos postos e às honras a que aspira a sua educação (SANCHES, 2003, p. 58).

Sendo assim, os oficiais estrangeiros teriam mais facilidade para instruir o menino nobre, porque não se intimidariam em ensinar a disciplina militar a alguém da mais alta esfera (SANCHES, 2003).

Os Mestres para o ensino da dança, esgrima, montar a cavalo, deveriam ser portugueses. E os Mestres para ensinar as línguas Castelhana, Francesa e Inglesa, necessariamente seriam estrangeiros. Sanches (2003) também propôs, com ressalvas, que fossem estrangeiros os Mestres para o ensino do Latim e da Religião Protestante. Ao assumirem suas funções, cada Mestre receberia instruções sobre leis de economia no interior da Escola, fariam juramento de observá-las com exatidão e cumprimento para manutenção da ordem e utilidade da Escola.

Sanches defendeu o ensino do Latim no Colégio dos Nobres, pois:

Ainda que se aprenda a gramática da nossa língua, ainda que venham Bluteaus da Irlanda a fazer-nos dicionários, jamais a saberemos bem, sem ter primeiro aprendido o latim, e não creio que jamais português sem ele escreverá rectamente. No trato do mundo ocorrem mil ocasiões de saber Latim, uma sentença que se diz nesta Língua em conversação; o título de um livro latinizado, ou em latim;

estando nos Cargos ou civis ou políticos, ou nos da guerra há milhares de ocasiões onde o Latim é necessário; de outro modo fica o Ministro ou o General envergonhado, e confuso (SANCHES, 2003, p. 60-61).

Embora o estudo do Latim, defendido por Sanches, não priorizasse o perfeccionismo no conhecimento da língua e a ênfase dada à gramática, o médico português ressaltou a necessidade de o Mestre avaliar quais alunos teriam habilidades para aprender a Língua latina e quais não teriam essa habilidade, sendo dispensados da mesma (SANCHES, 2003). Percebe-se, portanto, que essa matéria não era obrigatória a todos os alunos. Todavia, ela era um instrumento potencializador para outras e variadas utilidades (MACHADO, 2001).

Nas propostas de Ribeiro Sanches (2003), a Escola Militar estaria na dependência do Secretário do Estado, sob o comando do rei e o Governo do interior do Reino observaria qualquer desordem que, porventura, viesse a acontecer, para aplicar as medidas cabíveis.

4.4.3 Ciências que deveriam ser ensinadas no Colégio Real dos Nobres

Ao elencar os estudos que deveriam ser aplicados na Escola Militar, o médico português soube dosar exercícios físicos, com a atividade intelectual. As quintas-feiras seriam destinadas inteiramente para o exercício militar: manejo da espingarda, Evoluções e Táticas Militares. Na quarta, sexta e sábado, os educandos estudariam vinte lições, a saber:

- *Cinco* lições de Gramática da sua própria língua; escrevê-la e compô-la nela com propriedade e elegância; a língua Latina, Castelhana, Francesa e Inglesa.
- *Três* lições de Aritmética Geometria, Álgebra, Trigonometria, Secções cónicas, etc..
- *Três* lições de Geografia, História profana, sagrada, e militar.
- *Duas ou três* do Risco, Fortificação, Arquitectura militar, naval civil com os instrumentos e modelos necessários para aprender estas Ciências.
- *Duas* de Hidrografia, Náutica, com os instrumentos.
- *Cinco* dos exercícios corporais: dança, esgrimir, manejo da espingarda, montar a cavalo, e nadar (SANCHES, 2003, p. 59).

O conhecimento dessas matérias era necessário para dar prosseguimento aos estudos, sendo que, com esses conhecimentos adquiridos, os educandos estariam preparados para a fase seguinte: a aprendizagem da Filosofia Moral por teoria e prática e o adestramento para o comando de navios. Assim, estudariam:

- O Direito das Gentes, os Princípios do Direito Civil, Político e Pátrio, que deviam ser as nossas Ordenações reformadas [...].
- A Economia Política do Estado, isto é o conhecimento da Agricultura universal: a Navegação, e o Comércio nos Mares conhecidos.
- Saber escrever a sua língua com propriedade, e com a mesma falar a Castelhana (de que injustamente fazemos pouco caso), a Francesa, e a Inglesa.
- A Geografia, sem a qual não saberemos nem ainda a nossa História que deviam todos saber, com a de Castela, de França, Inglaterra e o principal da Eclesiástica [...].
- A Arte de Guerra e da Náutica; esta também por prática, embarcando-se em cada viagem de Navios de Guerra para as nossas Colónias alguns destes educandos.
- Todos os Estatutos Militares, e Náuticos; mas não superficialmente, como é mau costume, mas com exactidão e inteligência.
- Todos os exercícios do corpo referidos; e saber a arte de conhecer os cavalos, os seus apetrechos, o seu sustento, e tudo o que toca ao Inspector General da Cavalaria; necessária precaução para ser oficial perfeito nesta parte do exército: do mesmo modo se devia aprender tudo o que pertence a um navio de guerra: e na Artilharia, e Arquitectura Militar (SANCHES, 2003, p. 60).

Percebe-se que, as disciplinas propostas pelo médico português, atendiam a critérios de modernidade e de funcionalidade, cuja intenção era promover transformações para a modernização e capacitação dos súditos do reino lusitano (MACHADO, 2001).

Ribeiro Sanches (2003) afirmou ainda que, nem todos os educandos poderiam ser capazes de aprender as ciências. Nesse sentido, os alunos que não alcançassem bom desempenho, deviam ser rejeitados pela Escola Real. Todavia, poderiam manejar armas num navio de guerra, sendo essa uma piedosa resolução do Estado Civil, no tratamento para com os educandos menos hábeis.

O médico português, ao terminar suas sugestões, acerca da educação para a mocidade nobre portuguesa, relatou os exemplos das Escolas da Rússia e da França, e os postos de trabalho que os educandos ocupavam quando terminavam

os estudos na Escola Militar. Em Portugal, Sanches sugeriu que a mocidade nobre fosse empregada do seguinte modo:

Chegados os educandos àquele tempo que podem ter algum emprego fora da Escola Militar, deviam ser empregados conforme o génio, a capacidade, as forças, e os seus Estudos: o Director dos Estudos daria conta ao Conselho desta Escola, onde presidiria um Secretário do Estado, não só do proveito que cada educando adquirira nos seus Estudos, mas que tal e tal poderia ser útil nos Negócios Estrangeiros; outro nos Tribunais económicos do interior do Reino; outro no serviço da frota, e outro no exército. Antes de serem decorados com Cargos públicos, seria conveniente, que se exercitassem aqueles destinados a navegar nos Navios de Guerra expedidos a combater os Corsários, ou a conduzir as frotas: outros assistirem em certos Tribunais, e Conselhos, como ouvintes, outros fazendo campanhas, ou ficando por alguns meses nas Praças fronteiras do Reino; e também algum número deles no serviço da Corte; mas sempre com obrigação de voltar a viver na Escola Militar, onde deviam conservar o seu posto até saírem empregados nos Cargos públicos, e com tenças procedidas de alguma Ordem Militar, ou já estabelecida ou que devia estabelecer-se para este fim (SANCHES, 2003, p. 61).

Para Ribeiro Sanches (2003), os estudantes, assim educados no Colégio dos Nobres, formariam uma geração de próceres habilitados para o soerguimento do reino português. Segundo o médico português,

[...] o segredo de adquirir imortal fama nos postos e nos cargos com utilidade pública, consiste na distribuição do tempo, na ordem da vida e regra de viver; o que somente se aprende na primeira idade, como hábito que fica por toda a vida. [...] Se consultarmos os monumentos da História, acharemos que a glória e aumento dos Reinos não lhes veio dos numerosos exércitos, nem das riquezas; acharemos que foram ilustres pela Educação dos seus Monarcas e dos seus Súbditos (SANCHES, 2003, p. 62-63).

No ano seguinte ao da publicação das *Cartas sobre a educação da mocidade*, foi fundado em Lisboa, no dia 7 de março de 1761, o Colégio Real dos Nobres, juntamente com a publicação dos Estatutos para o funcionamento do Colégio. No entanto, a sua abertura só aconteceu em 19 de março de 1766.

Segundo o professor Rômulo de Carvalho:

Um aspecto notável, e extremamente positivo, desta instituição, foi a organização, no Colégio, de um Gabinete de Física Experimental para o qual se adquiriu ou se mandou construir valiosíssimo material didáctico que nos colocou, nesse aspecto, ao nível do que então havia de melhor em toda a Europa (CARVALHO, 2001, p. 452).

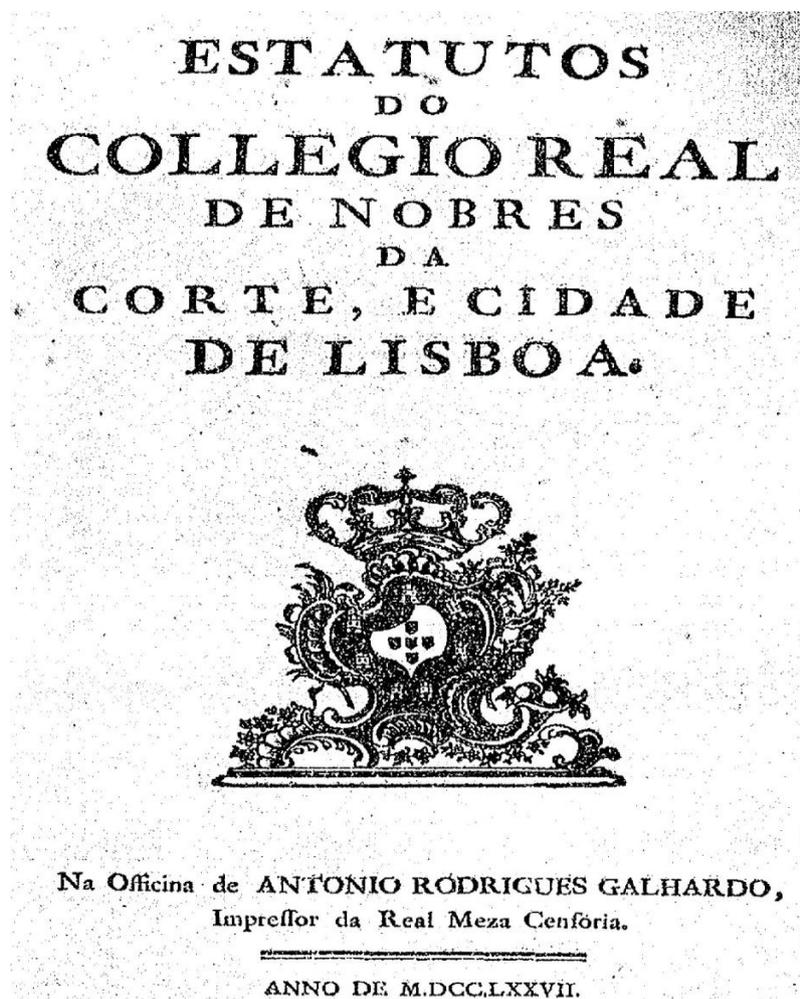
Além da inovação que a fundação da Escola Militar trouxe para Portugal, como citada por Carvalho, a intenção maior de Ribeiro Sanches era proporcionar a sua pátria estadista, capaz de a administrar, e então torná-la próspera.

O professor Laerte Ramos de Carvalho afirma que:

Embora não se conheçam documentos que nos autorizem a admitir qualquer afinidade entre o pensamento político iluminista das cartas de Ribeiro Sanches e a orientação doutrinária do pombalismo, ainda que seja nos anos mais dramáticos da disputa com os jesuítas, o certo é que estas cartas não deixaram de ter repercursão, pois a criação do Colégio dos Nobres, por elas preconizada, logo encontrou o firme apoio do gabinete de D. José I (CARVALHO, 1978, p. 91).

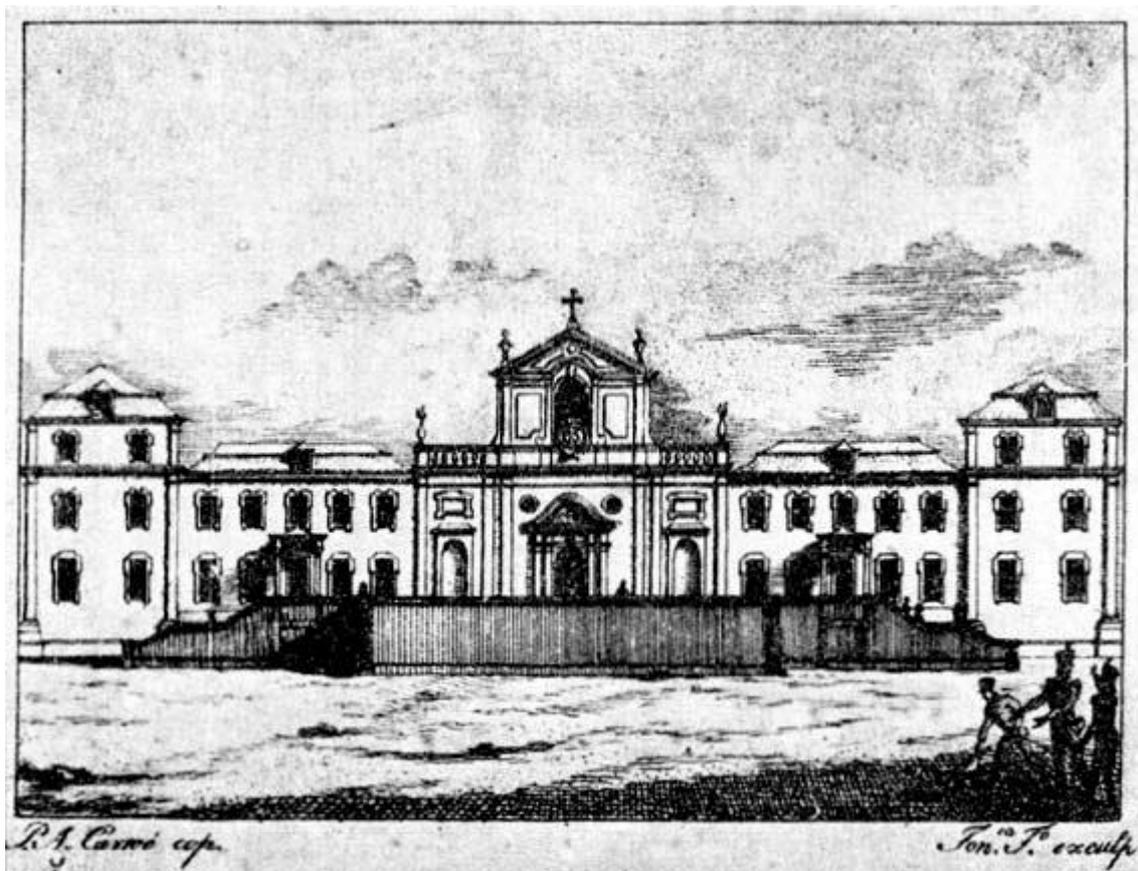
Assim, as propostas do médico português estavam atreladas às ideias de mudanças, modernidade e progresso do reino português, como pretendido pelo rei e pelo Marquês de Pombal.

Figura 2: Estatutos do Colégio Real dos Nobres de Lisboa



Fonte: Rômulo de Carvalho (2001, p. 29).

Figura 3: Edifício do Colégio Real dos Nobres de Lisboa



Fonte: Rômulo de Carvalho (2001, p. 450).

O médico português finalizou suas *Cartas*, argumentando sobre a utilidade que teria para o reino português, o estabelecimento do Colégio dos Nobres e concluiu, discorrendo sobre o que, para ele, era ser patriota. Para Sanches, o patriotismo estava vinculado ao serviço útil, como ele próprio vivera, e assim afirmou:

Em que Escola se aprende hoje no Reino a amar a sua Pátria? Não consiste este amor perder a vida por ela, atacando um Corsário, ou subindo por uma brecha; a glória que redundá destas acções, recompensa bem o perigo: este amor consiste em ser-lhe útil, e em aumentar por todos os meios a sua conservação, e a sua grandeza: ama a sua Pátria o Senhor de terras, que as faz férteis, que multiplica por casamentos as aldeias, contribuindo com o seu, e com as suas terras a sustentar estes Súbditos, e os que hão-de vir desta união; ama a sua Pátria aquele que podendo comprar um vestido de pano de Inglaterra o manda fazer de Covilhã; estes são os Patriotas, e aqueles que conhecem no que consiste a sua conservação, e a sua ruína. Somente na Escola proposta se poderão adquirir estes conhecimentos, e adquirir estes hábitos virtuosos (SANCHES, 2003, p. 63).

Sanches acreditava que seus escritos não satisfariam totalmente o Marquês de Pombal e afirmou, ao final das *Cartas*, estar disposto a corrigir as omissões ou defeitos que o Ministro notasse, e que desejava que os apontasse e os anotasse, para que ele pudesse corrigi-los com ideias mais perfeitas para a educação da mocidade portuguesa.

Em nossa análise das *Cartas sobre a educação da mocidade*, percebemos que Ribeiro Sanches propôs a secularização do reino português, especificamente em relação à educação da mocidade portuguesa, para que esta fosse preparada para assumir a administração do Estado Civil. Uma educação hierarquizada, pois cada súdito deveria assumir a sua função na sociedade em que estava inserido, para a utilidade e progresso do reino. Sendo assim, caberia ao Estado organizar essa educação, promotora do estabelecimento de uma nova ordem social, que despontava na Europa, e que compelia o Estado português, tornando-se necessário haver mudanças para que ocorresse o desenvolvimento industrial e científico no reino luso. Nesse sentido, as propostas de Sanches (2003), de formar súditos preparados para o fortalecimento do reino, coincidiram com os propósitos do rei D. José I e de seu Ministro, o Marquês de Pombal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos analisar o projeto reformador do reino português, a partir das *Cartas sobre a educação da mocidade*, escritas pelo médico António Nunes Ribeiro Sanches. Percebemos que, as propostas de reforma da educação para o reino luso, defendidas por Sanches, tinham como premissa, a renovação dos métodos de estudo em Portugal, para que houvesse mudanças na sociedade, por meio da transformação da mentalidade portuguesa, e esse fator ocorreria por intermédio da educação, considerada alicerce para o desenvolvimento do reino luso. Sanches observava que em Portugal havia população insuficiente e as causas desse fenômeno estavam no grande número de plebeus que se tornavam eclesiásticos e a emigração dos súditos portugueses para as colônias, especialmente o Brasil. Com esse pensamento, ele defendia que a mais sólida base de um Estado, era a multidão de súditos que promovessem as forças, poder, grandeza e majestade do reino, por meio do trabalho e da indústria. E, em Portugal, a indústria agrícola reclamava proteção, pois somente com a produção maior, com a introdução de muitas manufaturas e com a intensiva produtividade do campo, é que Portugal poderia voltar a competir com os demais reinos da Europa.

Nesse sentido, o médico iluminista propôs mudanças para o reino luso como: a abertura de mais estradas, o estabelecimento do crédito agrícola, que os gêneros alimentícios fossem pagos em dinheiro, e não por meio de troca, incentivou a prática intensiva da lavoura, o estabelecimento de fábricas de lã, etc. e, lamentava que na exploração das colônias de Portugal e Espanha, foi levado em conta apenas a extração do ouro e dos metais preciosos, estabelecendo muito pouco a agricultura, ofícios, fábricas e indústrias para o provimento das necessidades do reino. Para Sanches, um bom patriota deveria se alimentar e vestir do que a sua pátria produzia, e que, esses preceitos de economia, deveriam ser ensinados na Universidade (LEMOS, 1911). Diante disso, o principal objetivo de Sanches com a renovação da educação em Portugal, era a formação de uma nova mentalidade da mocidade portuguesa, visando à produção, o trabalho e a riqueza do reino, por isso, a sugestão da criação do Colégio Real dos Nobres.

As propostas de reforma, elaboradas por Ribeiro Sanches, estavam inseridas em um contexto de ideias, que se espalhavam pela Europa no século XVIII. Eram as ideias iluministas, que se expandiam em diferentes setores da sociedade europeia.

No entanto, em nossos estudos, compreendemos que as ideias ilustradas não se deram de forma homogênea em todas as regiões por onde foram disseminadas, as mudanças se processaram no contexto de cada sociedade, com cultura e particularidades próprias.

Em Portugal, as ideias iluministas tiveram, como principais divulgadores, D. Luís da Cunha, Luís António Verney, António Nunes Ribeiro Sanches, Sebastião José de Carvalho e Melo, entre outros intelectuais, que objetivaram reestruturar Portugal, para adequá-lo às mudanças econômicas e sociais que estavam acontecendo na Europa. Esses estrangeirados portugueses, no contato que tiveram com o estrangeiro, relacionaram a sociedade lusa às demais sociedades e concluíram que, o reino português necessitava de mudanças urgentes, especialmente na educação, que tinha como mentores, os padres da Companhia de Jesus. Os jesuítas foram considerados os responsáveis pelo atraso econômico, enfrentado por Portugal, no século XVIII, devido aos métodos de ensino que empregavam e que não mais condizia com os interesses do Estado, que passou a formar súditos, dispostos a cumprir as obrigações civis, para o desenvolvimento e progresso do reino. Para regenerar Portugal era necessário destruir as estruturas obsoletas, retirando o monopólio da educação dos inicianos e centralizando a organização do ensino sob instituição régia, sem nenhuma influência administrativa da Igreja.

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, quando empossado como ministro da Secretaria do Exterior e da Guerra, trouxera consigo a experiência diplomática adquirida no exterior. Quando assumiu o cargo de secretário de Estado dos Negócios do Reino, ficando responsável pelas medidas decisórias do governo de D. José I, como seu Primeiro-Ministro, Pombal pretendeu modernizar o reino luso, assimilando à cultura portuguesa aspectos da cultura estrangeira, e subordinando a Igreja ao Estado. Para tanto, o Marquês empreendeu uma reforma nos Estudos Menores, desmantelando a estrutura escolar mantida pela educação jesuítica e instituindo as Aulas Régias, controladas pelo Estado. A reforma dos Estudos Maiores foi outro intenso empreendimento realizado por Pombal, no que concerne ao controle estatal, então instituído para a direção da Universidade de Coimbra e a alteração nos cursos e em seus currículos.

Nas propostas elaboradas por Ribeiro Sanches nas *Cartas sobre a educação da mocidade*, a educação não se destinava a todos. O povo aprenderia por imitação,

devendo ser-lhes ensinado apenas os preceitos religiosos, aos plebeus era destinado o conhecimento das ciências úteis; e à nobreza, a aprendizagem das ciências civis, para administrarem o Estado. Nesse sentido, era necessário para o fortalecimento do Estado Civil, compor um corpo de funcionários especializados para exercerem determinadas funções, dispostas de modo hierárquico. Sendo assim, a educação seria o ponto de partida para o desenvolvimento de Portugal. Essas prerrogativas, Sanches dissertou categoricamente em suas *Cartas*.

O objetivo desta dissertação foi analisar as propostas de Sanches contidas nas *Cartas*, como suporte teórico para as reformas pombalinas no ensino em Portugal. E, a partir da bibliografia consultada e análises feitas, constatamos que, em parte, as sugestões apresentadas por Ribeiro Sanches não foram atendidas por Pombal, da maneira que o médico português havia proposto. No entanto, embora o próprio Ribeiro Sanches tenha afirmado que suas propostas eram colocadas em prática por poucos, verificamos que várias de suas sugestões, contidas nas *Cartas*, foram efetivadas, como a criação do Colégio dos Nobres, a reforma do ensino na Universidade de Coimbra, a secularização do ensino, a redução do poder da Inquisição e o seu controle, passando para as mãos da Coroa, e a modernização do exército português.

Defendemos que não era o fato de Sanches ter sido descendente de judeus, que suas propostas não seriam aceitas e colocadas em prática pelo Marquês de Pombal, pois outro judeu professo, Jacob de Castro Sarmiento, até mesmo integrou a equipe que constituiu a Junta de Providência Literária. Acreditamos sim que os problemas pessoais, ocorridos entre o Monsenhor Salema e Ribeiro Sanches, podem ter impedido a ampla divulgação de seus escritos. Este fato permite outras considerações ou mais aprofundamento dos que aqui realizamos.

Outra consideração acerca da mentalidade portuguesa, no período em estudo, permite-nos compreender que as propostas elaboradas por Ribeiro Sanches estavam distantes da cultura portuguesa, o que levou ao descaso, algumas de suas sugestões. Concordamos com Zília Osório de Castro (2004), ao afirmar que Sanches propôs a secularização em Portugal, no sentido de promover o Estado laico, a partir do pacto de sujeição do povo ao soberano, pelo juramento mútuo de fidelidade entre soberano e súdito. Para Pombal, a submissão dos povos ao soberano provinha do direito divino que este exercia, direito concebido pelo próprio Deus. A estrutura social portuguesa estava arraigada no catolicismo e as posições

defendidas por Ribeiro Sanches não estavam atreladas à realidade lusa daquele período. Essas divergências de opiniões teriam afastado o Marquês do médico português, dificultando a devida atenção que seus escritos poderiam ter alcançado. Essas questões foram apenas levantadas e ficam como propostas para análises mais aprofundadas.

Para Sanches, reformar a educação em Portugal era também reformar a cultura portuguesa e para isso compôs as *Cartas*, no intuito de propor um ensino que preparasse bons súditos, úteis ao rei e a pátria. E, para o médico português, o verdadeiro patriota não seria aquele que dá a vida pela pátria, mas o que lhe fosse útil, buscando engrandecer e servir o reino onde vive.

Justamente nesse momento em que pensamos a concepção de Sanches acerca de patriotismo, o Brasil vive um momento de muitas incertezas, fraudes e corrupção na política, o que nos faz pensar sobre o que é ser patriota, tal qual analisado por Sanches. Para o médico português, ser patriota, era ser útil ao reino, num contexto de modernidade e progresso. A nosso ver, o patriotismo ainda revela muito daquilo que Ribeiro Sanches afirmou: o serviço, o esforço construtivo, a dedicação, e assim ele o fez ao longo da vida e na variedade de escritos que divulgou. Pois de acordo com Maximiano Lemos (1911, p. 210), “Não viveu para ser servido, mas para servir”.

A partir da bibliografia consultada, verificamos que, ao longo dos anos, ocorreu uma ampla divulgação dos escritos de Sanches, acerca da diversidade dos temas escritos pelo autor. Isso significa inseri-lo num contexto de importância e lugar que o médico português ocupou ao longo da carreira médica e dos diferentes temas que abordou, ficando esquecido em sua terra Natal, mas que não perdeu sua importância, pela compreensão que temos hoje, da atualidade dos escritos que produziu em seu tempo.

REFERÊNCIAS

FONTES

COMPÊNDIO Histórico do Estado da Universidade de Coimbra. Porto: Campo das Letras, 2008.

CUNHA, Luís António da. **Testamento Político**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra de 1772. Coimbra: Por ordem da Universidade de Coimbra, Liv. III. 1772.

SANCHES, António Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Prefácio de Maximiano Lemos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

_____. **Cartas sobre a educação da mocidade**: prefácio e notas por Joaquim Ferreira, Porto: Domingos Barreira, 1952.

_____. **Cristãos novos e cristãos velhos em Portugal**. Porto: Portugráfica, 1973.

_____. **Ribeiro Sanches**: Dificuldades que tem um reino para emendar-se e outros textos. Org. SÁ, Victor de. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1980.

_____. **Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente (1763)**. Covilhã, 2003. Disponível em: <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/aponts_universidade_reino_conv_eniente.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2017.

_____. **Cartas sobre a Educação da Mocidade (1760)**. Porto: Domingos Barreira, 2003.

_____. **Método para aprender e estudar a Medicina (1763)**. Covilhã, 2003. Disponível em: <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/metodo_aprender_estudar_med.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2017.

VERNEY, Luiz António. **Verdadeiro Método de Estudar**. Porto: Domingos Barreira, 1949.

BIBLIOGRAFIA E SITES UTILIZADOS

AMEAL, João. **História de Portugal**: das origens até 1940. Porto: Tavares Martins, 1968.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARAÚJO, Ana Cristina. Ilustração, Pedagogia e Ciência em António Nunes Ribeiro Sanches. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 6, p. 377-394, 1984.

_____. Medicina e Utopia em Ribeiro Sanches. In: **Ars Interpretandi**: Diálogo e Tempo. Homenagem a Miguel Baptista Pereira. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000, p. 35-85.

_____. **A cultura das luzes em Portugal**: temas e problemas. Lisboa, Portugal: Horizonte, 2003.

ASSIS, Guilherme Marchiori de. **A ilustração e o primado da educação**: as visões de António Nunes Ribeiro Sanches e do Marquês de Condorcet. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <http://www.portais4.ufes.br/.../tese_7882_Dissertação%20completa%20-%20versão%20final.pdf> Acesso em: 18 jan. 2017.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a Sua Época**. São Paulo: Alameda, 2004.

BOTO, Carlota. O Enciclopedismo de Ribeiro Sanches: pedagogia e medicina na confecção do Estado. **História da Educação**, vol. 2, n. 4. Pelotas: UFPel, 1998. (107-117).

_____. Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 158-178.

_____. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED, v. 15, n. 44, p. 282-299, maio/ago. 2010.

BOTO, Carlota. **Instrução Pública e Processo Civilizador**: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: UNESP, 2017.

BOXER, Charles Ralph. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa, Portugal: Companhia das Letras, 1969.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo Português?** A reforma da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Annablume, 2008.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: EDUSP, 1978.

CARVALHO, Rômulo de. **Relações entre Portugal e a Rússia no Século XVIII**. Lisboa, Portugal: Sá da Costa, 1979.

_____. **História do Ensino em Portugal**. desde a fundação da nacionalidade até o fim do Regime Salazar-Caetano. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbneqian, 2001.

CASTELO BRANCO, Camilo. **Perfil do Marquês de Pombal**. Porto: Lopes & Cia, 1900.

CASTRO, Zília Osório de. O Estado e a Igreja pensamento de António Nunes Ribeiro Sanches. In: **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 399-406.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

COSTA, Célio Juvenal; BORTOLOSSI Cíntia Mara Bogo; BORGES, Felipe Augusto Fernandes; OLIVEIRA, Natália Cristina. Companhia de Jesus no século XVI: suas influências nos territórios português, indiano e brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 6., 2013, Maringá. **Anais....** Maringá: CIH, 2013. p. 1-12.

CRUZ, António. Nota sobre os estudos menores na reforma pombalina do ensino. **Pombal Revisitado**. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1984. v. 1.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982.

_____. **Despotismo Esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986a.

_____. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986b.

FONSECA, Rafael de Lima. **Ressentimento, Imitação e Governamentalidade: Propostas de uma leitura de António Nunes Ribeiro Sanches (1747-1783)**. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16504>> Acesso em: 15 jan. 2017.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **O Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. Reformas pombalinas e o iluminismo em Portugal. **Revista de História e Estudos Culturais**, Londrina: UEL, n. 4, p. 1-14, 2007.

FREITAS, Ricardo Cabral de. **O físico e o moral na dissertação sobre as paixões da alma (1753) de António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783)**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20122>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

GAUER, Ruth M. Chittó. O pensamento iluminista português e a influência na formação da intelectualidade brasileira. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 146-157.

GRESPLAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

KANT, Immanuel. **Textos Seletos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

LARA, José Elias. **O Testamento Político de D. Luís da Cunha: uma proposta de “regeneração” do reino lusitano**. 2007. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

LEMOS, Maximiano. **Ribeiro Sanches: A sua vida e a sua obra**. Porto: Eduardo Tavares Martins, 1911.

MACHADO, Fernando Augusto. **Educação e cidadania na Ilustração Portuguesa: Ribeiro Sanches**. Porto: Campo das Letras, 2001.

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa, Portugal: Guimarães, 1972.

MATEUS, Samuel. A querela dos antigos e dos modernos. **Cultura – Revista de História e de Teorias das Ideias**, Lisboa, Portugal, v. 29, p. 1-20, nov. 2013.

MATTOSO, José. **História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa, Portugal: Estampa, 1988.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENEZES, Sezinando Luiz; COSTA, Célio Juvenal. Considerações em torno da origem de uma verdade historiográfica: o Tratado de Methuen (1703), a destruição da produção manufatureira em Portugal, e o ouro do Brasil. **Revista Acta Scientiarum**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 199-209, jul./dez. 2012.

MONCADA, L. Cabral de. **Um “iluminista” português do século XVIII: Luiz António Verney**. São Paulo: Saraiva, 1941.

MORAIS, Regina Célia de Melo. **L. A. Muratori e o Cristianismo Feliz na missão dos padres da Companhia de Jesus no Paraguai**. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

NAMORA, Fernando. **Deuses e demônios da medicina**. Lisboa, Portugal: Arcádia, 1951.

NICHOLAS, David. **A evolução do mundo medieval: sociedade, governo e pensamento na Europa, 312-1500**. Lisboa, Portugal: Publicações Europa América, 1992.

OLIVEIRA, Natália Cristina de; COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luís. Ciência moderna em Portugal: a ‘aula da esfera’ no colégio de Santo Antão. **Revista Acta Scientiarum**, Maringá, v. 39, n. 3, p. 243-253, jul./set. 2017.

PIMENTA, Rodrigo Mello de Moraes. **Vão-se os anéis, ficam-se os dedos: a educação da mocidade e a ilustração portuguesa nas obras de Luiz Antônio Verney, Martinho de Mendonça de Pina e Proença e António Nunes Ribeiro Sanches**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <<http://www.historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGH/IS/dissertações-defendidas?page=6>> Acesso em: 18 jan. 2017.

RAMOS JÚNIOR, Nelson de Campos. **Mediador das Luzes: Concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783)**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042013-124043/>> Acesso em: 15 jan. 2017.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Luiz Antônio Verney e o Projeto Pedagógico Modernizador do Reino Português: Uma Análise do Verdadeiro Método de Estudar (1746)**. 2012. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. **Poder, intelectuais e contra-poder: Pombal Revisitado**. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1984.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002. v. 1 e 5.

SILVA, Iverson Geraldo da. **Textos e contextos ilustrados: as avaliações de Luiz Antônio Verney, António Nunes Ribeiro Sanches e Sebastião José de Carvalho e Melo sobre o Portugal Setecentista**. 2017. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2017/03/Textos-e-Contextos-Ilustrados.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

TRIGUEIROS, António Júlio Limpo. **“O negócio jesuítico” e o papel da política regalista portuguesa**. Lisboa, Portugal: Brotéria, 2009.

LITERATURA DE APOIO

ALVES, Patrícia Woolley Cardoso Lins. **D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c. 1777-1802)**. 2011. 330 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BARROS, Alberto Ribeiro de. **A teoria da soberania de Jean Bodin**. São Paulo: Unimarco, 2001.

BODIN, Jean. **Los seis libros de la República**. Madrid, Espanha: Editorial Tecnos, 2006.

DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le Rond. **Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências das Artes e dos Ofícios**. São Paulo: UNESP, 1989.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GRAY, JOHN. **Voltaire: Voltaire e o Iluminismo**. São Paulo: UNESP, 1999.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Nova Cultural, 2007.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

MONTESQUIEU, M. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Abril, 1973.

ROSOLEN, Solange Montanher. **A Reforma Pombalina e as mudanças no ensino Jurídico na Universidade de Coimbra**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

SÉRGIO, António. **Breve interpretação da história de Portugal**. Lisboa, Portugal: Livraria Sá da Costa, 1977.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.